UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROLAM – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA
LATINA

MARCOS ALEXANDRE RINALDI ROSA

O banditismo social em regiões periféricas do Brasil e do México na segunda metade do século XIX: Antônio Silvino e Pancho Villa.

São Paulo
2008

MARCOS ALEXANDRE RINALDI ROSA

O banditismo social em regiões periféricas do Brasil e do México na segunda metade do século XIX: Antônio Silvino e Pancho Villa.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Integração da América Latina.

Linha de pesquisa: Sociedade, Economia e Estado.
Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Caccimali.

São Paulo
2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

Marcos Alexandre Rinaldi Rosa

O banditismo social em regiões periféricas do Brasil e do México na segunda metade do século XIX: Antônio Silvino e Pancho Villa.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Integração da América Latina.

Linha de pesquisa: Sociedade, Economia e Estado.
Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Caccimali.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

À Marina e Letícia, que com carinho e paciência souberam relevar meus momentos de isolamento e negligência como pai e marido.

AGRADECIMENTOS

À minha família, meus pais, Ary e Roseli e minha irmã Graziela.

À minha esposa e filha pelo amor incondicional.

À Profa. Dra. Maria Cristina Cacciamali, pela orientação segura, pelas palavras de incentivo e carinho quando as dificuldades me levaram a fraquejar e pela confiança que resultou nessa oportunidade.

Aos professores Paulo Martinez e Maria Lígia Prado, por suas valiosas observações no Exame de Qualificação.

Ao Prof. Flávio Carvalho, estimado colega de trabalho que sempre alimentou meu interesse pelas questões latino-americanas.

Aos amigos de outros tempos, cujo prolongado convívio nos momentos de dor e alegria reforçaram meu sentimento de humanidade.

Ao professor e maestro Daniel Damasceno, pela forma como revelou a mágica da vida na música.

À memória de Danielle e Ciderlene.

*“Campesino, cuando tenga la tierra
sucederá en el mundo el corazón de mí
mundo desde atrás de todo el olvido
secaré con mis lágrimas todo el horror de
la lástima y por fin te veré,
campesino, campesino, campesino,
campesino, dueño de mirar la noche en
que nos acostamos para hacer los hijos,
campesino, cuando tenga la tierra
le pondré la luna en el bolsillo y saldré a
pasear con los árboles y el silencio
y los hombres y las mujeres conmigo”.*

D. Toro / A. Petrocelli

RESUMO

ROSA, M. A. R. O banditismo social em regiões periféricas do Brasil e do México na segunda metade do século XIX: Antônio Silvino e Pancho Villa. 2008. Dissertação (Mestrado) – PROLAM, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

A partir da segunda metade do século XIX, a América latina é definitivamente incorporada ao sistema capitalista internacional na condição de apêndice do mercado mundial, então liderado pela Inglaterra, como produtora e fornecedora de produtos agrícolas. A consolidação dos princípios liberais defendidos pelas elites políticas das jovens nações americanas estabelece a necessidade da modernização dos setores econômicos internos. Paralelamente, a penetração do capitalismo acarreta profundas transformações sobre os setores sociais e as pressões e o ônus desse mecanismo incidem, em última instância, nas camadas pobres do campo e nas comunidades remanescentes de indígenas. Por intermédio da ação do Estado, inicia-se o processo de apropriação e expansão das terras potencialmente agricultáveis e as regiões outrora remotas e isoladas passam ser integradas à totalidade do território nacional. A desarticulação dos valores camponeses decorrentes desse processo provocou a reação das massas do campo e estimulou o crescimento do banditismo social. No presente trabalho, estabelecemos uma análise paralela, através da utilização do método comparativo, acerca desse processo no nordeste brasileiro e no norte do México, tomando como ponto de partida a ação de dois bandoleiros contemporâneos e atuantes em cada uma dessas áreas. As diferentes trajetórias que se estabelecem entre ambas as personagens, a partir de um determinado momento, revelam a interferência dos processos históricos distintos e particulares em cada país.

Palavras-chave: Banditismo, valores camponeses, modernização, etc.

RESUMEN

ROSA, M. A. R. El bandolerismo social en regiones periféricas de Brasil y de México en la segunda mitad del siglo XIX: Antônio Silvino y Pancho Villa. 2008. Disertación (Máster) PROLAM, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Después de la segunda mitad del siglo XIX, América latina es definitivamente incorporada al sistema capitalista internacional en la condición de apéndice del mercado mundial, entonces liderado por Inglaterra, como productora y proveedora de géneros agrícolas. La consolidación de los principios liberales defendidos por las élites políticas de las jóvenes naciones americanas establece la necesidad de la modernización de los sectores económicos internos. Paralelamente, la penetración del capitalismo acarrea profundas transformaciones sobre los sectores sociales y las presiones y el precio de ese mecanismo inciden, en última instancia, en las clases pobres del campo y en las pocas comunidades de indígenas. Por intermedio de la acción del Estado, se inicia el proceso de expoliación y expansión de las tierras potencialmente productivas y las regiones otrora remotas y aisladas pasan a ser integradas al territorio nacional. La desarticulación de los valores campesinos decurrentes de ese proceso provocó la reacción de las masas del campo y estimuló el crecimiento del bandolerismo social. En el presente trabajo, establecemos un análisis paralelo, a través de la utilización del método comparativo, acerca de ese proceso en el nordeste brasileño y en el norte de México, tomando como punto de partida la acción de dos bandoleros contemporáneos y actuantes en cada una de esas áreas. Las diferentes trayectorias que se establecen entre ambos personajes, en determinado momento, revelan la interferencia de los procesos históricos distinguidos y particulares en cada país.

Palabras-llave: Bandolerismo, valores campesinos, modernización, etc.

ABSTRACT

ROSA, M.A.R. The social banditism in peripheral areas of Brazil and Mexico on the second half of the XIX century: Antônio Silvino and Pancho Villa. 2008. Dissertation (Master) – PROLAM, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Starting from the second half of the XIX century, Latin America is definitely incorporated to the international capitalist system under the condition of the appendix of the world market - which was then ruled by England - as the producer and supplier of agricultural products.

The consolidation of the liberal principles defended by American young nations political elites establishes the modernization need of the internal economical sectors.

At the same time, the penetration of the Capitalism brings about deep transformations on the social sectors and the pressure and the onus of this mechanism falls, as a last resort, upon the poor rural class in the remaining indigenous communities.

By the means of the State action, it starts the process of appropriation and expansion of the potentially agriculturable lands and the regions which were remote and isolated in the past, become integrated to the totality of the national territory.

The disconnection of the rural values resulted from this process caused the reaction of the peasant people and stimulated the growth of the social banditism.

In this current work, we establish a parallel analysis, through the utilization of the comparative method, about this process in Brazilian Northeast and in the North of Mexico, considering as a starting point the action of two contemporary bandits who acted in each one of these areas.

The different trajectories which get established between both characters, starting at a certain moment, reveal the interference of the particular and distinct historical processes in each country.

Keywords: Banditism, peasant values and modernization.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. ASPECTOS FÍSICOS E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO	21
2.1. SERTÃO NORDESTINO	21
2.1.1. OCUPAÇÃO, SOCIEDADE E ATIVIDADES ECONÔMICAS	23
2.2. NORTE DO MÉXICO	28
2.2.1. OCUPAÇÃO, SOCIEDADE E ATIVIDADES ECONÔMICAS	30
3. ASPECTOS DO BANDITISMO SOCIAL	35
3.1. RAÍZES DA INSURGÊNCIA CAMPONESA	35
3.2. BANDITISMO: CANGACEIROS E BANDOLEIROS	41
4. HISTÓRIA E TRAJETÓRIA: O CONTEXTO QUE PRODUZIU SILVINO	45
4.1. SEGUNDO REINADO E A TRANSIÇÃO REPUBLICANA	45
4.2. ANTÔNIO SILVINO	56
5. HISTÓRIA E TRAJETÓRIA: O CONTEXTO QUE PRODUZIU VILLA	70
5.1. O MÉXICO PORFIRISTA	70
5.2. A REVOLUÇÃO MEXICANA	84
5.3. FRANCISCO “PANCHO” VILLA	96
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
7. REFERÊNCIAS	124

I - INTRODUÇÃO

Onze anos separam o grito de Dolores e os levantes populares dos padres Hidalgo e Morelos da consumação da independência, através do golpe de Iturbide, em 1821. O México independente se organizou sob a forma de uma frágil monarquia constitucional que duraria pouco tempo. A mobilização das camadas populares durante o processo de ruptura com a metrópole espanhola contrastava, em quase tudo, com o projeto político vislumbrado pelas elites conservadoras e pela burguesia liberal e prenunciavam um quadro de acirradas disputas ideológicas que colocaria o país na rota de inumeráveis guerras civis. Depois da derrubada do imperador e da instauração do regime republicano, a sucessão de presidentes e o número de golpes civis e militares foram assustadoramente elevados. O México do século XIX *caracterizou-se por uma duradoura instabilidade política que transitava entre os anseios dos conservadores monarquistas, desejosos de uma nação forte e centralizada e os burgueses liberais, defensores do modelo federalista*¹. Por baixo dessa disputa fervilhavam as camadas pobres de índios e mestiços e os governos constitucionais, fossem eles liberais ou conservadores, nunca deixaram de tratá-las com descaso nas épocas de paz e violência e repressão quando sublevadas.

No Brasil, essa transição foi aparentemente mais suave, para não dizer melhor controlada. Os quatorze anos transcorridos entre a chegada do príncipe-regente de Portugal e sua corte ao Rio de Janeiro e o grito de 1822, fizeram do processo de independência uma obra muito bem planejada e articulada pela casa de Bragança, a aristocracia e os interesses econômicos da Inglaterra. Os decretos de Dom João VI afrouxaram gradativamente os laços

¹ IN: J. A. AGUILAR y R. ROJAS (coord.). *El republicanismo en Hispanoamérica*, p. 112. Ao analisar a historiografia mexicana do século XIX, Luis Barrón afirma que ela “interpreta los años de 1824 a 1867 como una época de caos, da anarquía y de conflictos entre dos facciones principales: la liberal y la conservadora.

com Portugal e o mercado brasileiro se abriu para o mundo. Com exceção de poucas províncias, a ruptura política com Portugal transcorreu sem maiores sobressaltos e a burguesia liberal republicana não encontrou espaço e força política para implementar seu projeto. Do ponto de vista social e econômico as coisas continuaram rigorosamente iguais. Uma monarquia altamente centralizada sufocou, de forma violenta, as tentativas separatistas do período regencial. Isso, em nome da manutenção da unidade territorial do império e os propósitos da aristocracia e de boa parte da burguesia. Eram tão evidentes em fazer de tudo para se manterem no poder e evitar as agitações populares, que as diferenças ideológicas entre conservadores e liberais praticamente não existiam.

O século XIX é crucial para a compreensão da atual realidade latino-americana. Não somente porque suas duas primeiras décadas correspondem ao processo de ruptura política com as metrópoles européias, mas também porque ao longo de seu transcurso foram lançadas as bases políticas e econômicas que serviriam de guia para as incipientes nações do novo mundo, uma vez que *as burguesias liberais que lideraram e apoiaram os movimentos de independência não estavam em condições de organizar sistemas de poder capazes de substituir-se à antiga Metrópole*². Fragmentados ao término das independências, os países latino-americanos, agora sob controle de uma burguesia que oscilava entre conservadora e liberal, iniciaram a busca pela formação e consolidação de sua identidade como Estado-nação eliminando, de antemão, qualquer possibilidade de implantar um modelo democrático que preconizasse um desenvolvimento econômico, social e político verdadeiramente revolucionário, pois *os interesses particularistas das camadas privilegiadas, em todas as situações, podiam ser tratados facilmente como os interesses supremos da Nação*³.

² Celso FURTADO: *A economia latino-americana*, p. 40.

³ Florestan FERNANDES: *Capitalismo dependente e as classes sociais na América latina*, p. 12.

De maneira geral, as duas décadas posteriores ao fim do processo de independência sentiram ainda os efeitos da instabilidade da ruptura, e é possível dizer que somente por volta da metade do século XIX *a América latina definitivamente ingressou e passou a integrar as novas linhas em expansão do comércio internacional como área de influência inglesa*⁴.

Este trabalho pretende realizar um estudo comparativo, historicamente circunscrito nas três últimas décadas do século XIX e na primeira década do século XX, sobre a configuração de grupos armados de bandidos no Brasil e no México. Nessa época, foi prolífera a formação de bandos armados sob o comando de figuras populares que conquistaram relevante proeminência local atingindo *status* de reconhecimento capaz de ultrapassar as fronteiras de sua área geográfica de atuação, chegando, até certo ponto, a conseguir desfrutar de reconhecimento nacional.

A atuação desses grupos estabelecia conexões políticas e sociais multilaterais que os permitiram transitarem com relativa autonomia entre a frágil presença do poder oficial do aparelho estatal, as comunidades carentes atingidas pelo elevado grau de pobreza e indiferença do Estado e os grandes mandatários locais, detentores da terra. Nesse sentido, entendemos que o banditismo manifestou-se como caminho alternativo e, ao mesmo tempo, como resposta entre o jugo e a exploração dos latifundiários e a quase inexistente possibilidade de ascensão social que se estabelecia numa economia agropecuária tradicional em face à marcha do sistema capitalista mundial.

O fenômeno social do qual nos ocuparemos neste trabalho está, pois, circunscrito geograficamente no sertão nordestino do Brasil e nos estados do norte do México. Nessas

⁴ FURTADO, *ibid.*, p. 55.

duas áreas, tão distantes entre si, as sociedades que aí viveram, nessa mesma época, testemunharam o aparecimento e a atuação de centenas de bandos armados cujo principal objetivo era o de lograr sobreviver dentro de um universo que lhes oferecia pouquíssimos recursos e muito menos oportunidades que favorecessem uma vida digna.

A existência de um código de ética próprio estabelecia uma espécie de legislação completamente marginal às leis do Estado, cuja presença ínfima não o dotava de recursos suficientemente sólidos para empreender qualquer tipo de repressão mais efetiva – embora as *volantes* (Brasil) e os *rurales* (México) demonstrem certa preocupação do Estado - e que conferia a esses bandos um caráter quase sempre pautado pela violência das ações.

A referência para o início de nossa análise está centrada na existência histórica de dois personagens contemporâneos, cujas trajetórias encontram alguns pontos comuns e outras tantas divergências. No Brasil, trata-se de Antonio Silvino, um dos primeiros cangaceiros a adquirir fama e notoriedade na região Nordeste do Brasil. Nascido em 1875, em Pernambuco, Silvino foi um bandido espetacular, segundo os relatos de cronistas e historiadores do início do século XX. Galante, educado e de família tradicional, entrou para o cangaço por volta do início de 1897. Andava pelo sertão acompanhado por homens que variavam de seis a doze. Suas ações violentas e implacáveis contra os inimigos, mescladas com a postura diferenciada e polida com a qual tratava seus aliados, lhe renderam notoriedade tamanha que rapidamente ficou conhecido em todos os lugares.

No México, a figura de Pancho Villa. Nascido em 1878 no estado de Durango, era de família pobre e humilde. Transformou-se em ladrão de gado, realizando saques e pequenos furtos como meio de subsistir dentro de uma sociedade inserida numa região pobre e

dominada pela presença dos grandes latifundiários, e sem qualquer perspectiva de mobilização do Estado diante de tal quadro. Para escapar das perseguições empreendidas pelas autoridades, Villa também passou a fazer parte de bandos armados que perambulavam por toda região norte do país. Nessas expedições rotineiras pelo deserto mexicano, Villa acumulou um conhecimento geográfico tão vasto que lhe rendeu, anos mais tarde, o título de “O Centauro do Norte”. Considerado um dos grandes generais da revolução mexicana, Villa compôs e comandou a Divisão do Norte e foi, por longos anos, tido como imbatível no campo de batalha em sua região.

Silvino, Villa e seus sequazes, confirmam a observação do historiador inglês *Eric Hobsbawm*⁵ em um dos primeiros estudos sobre esse tema: que o banditismo social é um fenômeno universal, curiosamente uniforme e se manifesta por excelência nos ambientes rurais.

Não há dúvidas de que as personagens citadas acima desempenharam papéis muito importantes para as sociedades nas quais estavam inseridas. Como proscritos, foram efetivamente temidos e admirados pelas camadas pobres e, por isso delas recebiam a proteção necessária para a manutenção de suas atividades lícitas ou ilícitas. Contudo, não se trata aqui de empreender esforços na elaboração de uma biografia. Dados e informações acerca das ações e da vida de Villa e de Silvino são relativamente conhecidos, em que pese toda a gama

⁵ Eric J. HOBBSBAWM: *Bandidos*. O autor afirma que os bandidos sociais são proscritos rurais encarados como criminosos pelo Estado, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, e são considerados por sua gente como heróis, vingadores e paladinos da justiça. Acrescenta que o banditismo é um fenômeno característico das sociedades que se baseiam no pastoreio e na agricultura, mobilizando principalmente camponeses e trabalhadores sem terra, oprimidos e explorados por seus senhores, governo, advogados e bancos. Floresce quase que invariavelmente nas áreas remotas e inacessíveis, tendendo a tornar-se epidêmico em épocas de pauperismo ou crise econômica. Para ele, no entanto, o banditismo não está dotado de um papel revolucionário, muito embora bandidos possam ser recrutados ou cooptados por aristocratas e coronéis, o que lhes conferiria um papel político definido, o banditismo apresenta tênues afinidades com a revolução por se tratar apenas de um protesto social, ou seja, um prelúdio ou campo de cultura para a revolta.

de atribuições míticas e fantasiosas a eles imputadas pelo imaginário popular, como é comum nesses casos.

Antonio Silvino foi capturado e preso em 1914. Nesse mesmo ano, dois meses depois, Pancho Villa entrava triunfalmente na Cidade do México como a principal liderança militar da revolução mexicana. Salvo por poucas referências que ainda permanecem na memória popular nordestina, Silvino foi suplantado por outros bandidos que adquiriram fama maior, como Sebastião Pereira e Lampião. Caiu no esquecimento. Pancho Villa governou um estado e comandou dezenas de milhares de soldados. É um herói nacional do México.

Que ocorreu? Além de serem contemporâneos, Villa e Silvino foram igualmente bandidos conhecidos e perseguidos pelas autoridades. Quais fatores podem ser relevantes para explicar a opção pelo banditismo? Havia neles consciência política revolucionária, um comprometimento com as camadas populares em empreender esforços acreditando na possibilidade de uma verdadeira transformação política e social? Até que ponto? Que circunstâncias históricas determinaram os destinos de cada um, ou seja, onde é possível encontrar o momento que forjou trajetórias distintas, levando ao esquecimento de Silvino e à imortalização de Villa?

Pretendemos traçar uma linha comparativa entre as duas trajetórias, analisando as circunstâncias do processo histórico no México e no Brasil, que seja capaz de responder a esses questionamentos. Além de compreender o banditismo como fenômeno social e contrapartida às determinantes econômicas e políticas desencadeadas pela inserção dos países latino-americanos no mercado mundial após a segunda metade do século XIX, isto

é, sem negligenciar as estruturas econômicas, entendemos que a análise da conjuntura histórica do México e do Brasil nesse período, constitui a pedra de toque deste trabalho.

No México, o processo revolucionário de 1910 logrou êxito em aglutinar forças representativas de quase todas as camadas sociais e correntes políticas e a participação dos setores populares foi vigorosa. No Brasil, as mobilizações foram mais pontuais e jamais conseguiram apresentar um elevado grau de comprometimento entre as diferentes camadas sociais envolvidas. No caso das revoltas populares, a resposta do governo e das elites foi sempre o aniquilamento completo de suas lideranças.

Em sociedades onde vigoraram por muito tempo o mandonismo local, propiciado por uma estrutura econômica desigual, e marcadas pela frágil presença do Estado, os traços do poder paralelo, designado por coronelismo no caso brasileiro e caudilhismo no México, ainda se fazem sentir nos dias atuais. Isso ocorre porque a estrutura fundiária, por ter sido muito pouco alterada, continua bastante desigual, embora a revolução mexicana tenha conseguido em parte atenuá-la.

Propõem-se aqui estabelecer uma análise das trajetórias de dois proscritos. Como bandidos, atuaram exatamente na mesma época em regiões geográficas bastante distantes. Em determinado ponto, levadas pelas circunstâncias históricas de cada país, essas trajetórias que encontravam entre si muitas semelhanças, se distinguiram radicalmente. A compreensão desse processo exige a análise cuidadosa da história comparada entre o Brasil e o México desse período. Sobre o método comparativo, *Marc Bloch* afirma que *ele pode muito, mas não tudo, pois é necessário fazer escolhas de um ou vários meios sociais diferentes e de fenômenos que parecem à primeira vista, apresentar mutuamente certas semelhanças, descrever suas curvas*

*evolutivas, constatar não somente as semelhanças, mas principalmente suas diferenças e explicá-las na medida do possível*⁶.

O que perguntar às fontes? Quais questionamentos devem ser levantados diante de um ou mais fenômenos? Bloch afirma que o método comparativo pode ser capaz de responder positivamente a isso, desde que o objeto de análise, isto é, duas ou mais sociedades distintas e contemporâneas e o fenômeno em questão estejam muito claramente delimitados no tempo histórico.

Para empreender os estudos e análises aqui propostas, concordamos que a utilização da metodologia comparativa, nos termos fixados pela argumentação de Marc Bloch, constitui o instrumental metodológico mais coerente e seguro. As linhas gerais do nosso trabalho guardam significativa convergência com os requisitos metodológicos. Primeiro porque se trata de duas sociedades contemporâneas, mas diferentes – cujas linhas evolutivas históricas apresentam semelhanças e divergências. Depois, porque ambas apresentam a ocorrência de um fenômeno universal, o banditismo social. Por fim, as circunstâncias e especificidades históricas dos países em questão conduziram as duas personagens ativas de tal fenômeno por caminhos distintos. Esse contexto, por sua vez, está submetido a uma rigorosa delimitação temporal, abarcando o último quartel do século XIX e os primeiros quinze anos do século XX.

⁶ *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*, IN: *Mélanges historiques*. O autor conceitua o método comparativo em História e adverte que a busca pelas semelhanças pode conduzir ao erro, transformando a análise em mera caricatura. O interesse realmente frutífero nesse método reside mesmo na percepção das diferenças como traço de originalidade de cada sociedade, determinada pelas influências dadas pela realidade local de cada uma. Aponta também que os documentos são testemunhas e por isso é preciso saber interrogá-los. Dessa forma, aplicar a metodologia comparativa no estudo de sociedades sincrônicas, mas espacialmente diferentes, pode render bons resultados. Desde que seu horizonte temporal seja bem delimitado, a abordagem científica será mais rica. O autor exemplifica seu conceito ao estudar o fenômeno dos cercamentos (*enclosures*) e seus desdobramentos na sociedade inglesa e francesa dos séculos XVII e XVIII.

Há uma extensa bibliografia referente ao fenômeno conhecido como banditismo social, bem como sobre a questão camponesa e sua mobilização em torno das revoltas rurais. O contexto histórico do Brasil e do México, no que concerne ao corte temporal que estabelecemos para esse estudo, também é bastante prolífero nesse sentido. Portanto, nossa referência para a obtenção de dados, informações e interpretações está assentada, em sua grande parte, na produção historiográfica dessa bibliografia.

Em relação às fontes históricas de época, não tivemos acesso satisfatório àquelas relativas ao contexto mexicano, exceções feitas à obra de John Reed, jornalista estadunidense, participante e testemunha ocular da revolução, ao lado das tropas villistas e a *Los de Abajo*, romance de Mariano Azuela ambientado no interior do México revolucionário no momento histórico correspondente ao auge da atuação da Divisão do Norte.

No caso brasileiro, utilizamos alguns relatórios oficiais das províncias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, durante o período do Império (1860/1889), na intenção de investigar até que ponto há convergências de informações sobre as secas, os índices de criminalidade, a situação da segurança pública e privada e os relatos sobre casos de violência que podem ou não serem associados ao banditismo. Sobre o contexto político que se caracterizou pelo declínio da monarquia e a implantação do governo republicano, obtivemos dados históricos a partir do periódico carioca *A República*, jornal do clube republicano que exhibe informações sobre a conjuntura de transição entre os dois regimes. Finalmente para o período republicano, encontramos edições de O Estado de São Paulo do mês de dezembro de 1914, cobrindo a captura, condenação e prisão de Antonio Silvino.

Nossa opção em privilegiar a produção historiográfica como referência para este estudo não somente não nos isenta, como impõe condição fundamental ao exigir que a análise seja feita com maior acurácia. Evidencia, portanto, que procuramos relativizar, até onde possível, as tendências interpretativas de cada autor, pois sabemos que para uma abordagem histórica, as fontes e documentos de época são portadores de maior isenção quando colocados diante dos questionamentos feitos pelo pesquisador na interpretação de determinado fenômeno.

Na primeira parte do estudo procuramos traçar os aspectos gerais do meio físico e geográfico das áreas abordadas para, em seguida, estabelecermos com maior precisão a análise das atividades econômicas, da estrutura fundiária e da configuração social que o processo de independência não conseguiu abolir ou alterar prontamente.

A segunda etapa trata o fenômeno do banditismo social em três aspectos distintos e complementares, isto é, como reação ao processo de pauperização das populações camponesas, como poder paralelo ao Estado diante da configuração de um aparato de leis revestidas de pouca legitimidade e como movimento revestido ou não de um caráter revolucionário consciente.

Na terceira e quarta partes analisamos a evolução do contexto histórico no Brasil e no México, respectivamente, tendo como ponto de partida o ano de 1850 e enfatizando as perspectivas políticas e econômicas em cada caso. Em seguida, inserimos nesse contexto as trajetórias de Silvino e Villa. Com isso pretendemos elaborar uma perspectiva que nos permita facilmente verificar em que momento elas passaram a se distanciar, conduzindo cada qual por caminhos distintos, sob a perspectiva da amplitude do reconhecimento nacional.

A quinta parte é dedicada às considerações finais. Nesse momento procedemos com a análise transversal que perpassa por temáticas relevantes como a configuração física das regiões em questão, o desenvolvimento do capitalismo dentro da lógica liberal e modernizante, adotadas pelas elites, os movimentos camponeses e o banditismo enquanto reações ao sistema e sua capacidade de articulação política com outras forças sociais. Pretendemos com isso atribuir a coerência necessária que se espera do método comparativo, em nosso intento de analisar as trajetórias de dois bandidos sociais, ressaltando os aspectos semelhantes, mas procurando explicar as especificidades a partir dos aspectos divergentes.

II - ASPECTOS FÍSICOS E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO

2.1. – Sertão nordestino

A região Nordeste do Brasil é uma das cinco macro-regiões administrativas estabelecidas pelo IBGE. Composta por nove estados da federação (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Norte), conta com uma área de 1.561.177 quilômetros quadrados, o que equivale a 18,25% do território brasileiro. Limita-se a leste e ao norte com o Oceano Atlântico, a oeste e sudoeste com os Estados do Pará, Tocantins e Goiás, e ao sul com os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Uma diferenciação climática associada à variação do relevo e ao predomínio de atividades econômicas específicas estabeleceu quatro grandes áreas distintas denominadas de sub-regiões nordestinas.

Ao longo da costa atlântica, na extensa faixa litorânea que se estende do Rio Grande do Norte até o extremo sul da Bahia, com cerca de oitenta quilômetros de largura, se encontra a planície da *zona da mata*, com solos férteis e clima tropical marcado pela ocorrência de chuvas regulares. É aí que estão seis das nove capitais de estados sendo, portanto, a zona mais densamente povoada.

No sentido oeste eleva-se uma grande barreira – a serra da Borborema – sobre a qual está situado o *agreste*. É uma região de transição, um planalto onde a vegetação abundante da

floresta tropical começa a escassear e as temperaturas ficam mais baixas em função da altitude. Cidades médias importantes como Campina Grande, Caruaru e Feira de Santana estão situadas nessa área.

Mais a oeste, sobre o planalto nordestino, inicia-se a maior das sub-regiões. O *sertão* é a extensa área do clima semi-árido. Os solos são rasos e pedregosos, as chuvas escassas e mal distribuídas e as atividades agrícolas sofrem grande limitação. De acordo com Andrade, é nessa região que ocorrem *as secas periódicas que matam a vegetação, destroçam os animais e forçam os homens à migração*⁷. A vegetação típica do sertão é a caatinga, caracterizada por arbustos com poucas folhas e galhos bastante retorcidos e plantas adaptadas a longos períodos de estiagem, cactáceas espinhentas como o mandacaru e o xiquexique. Nas partes mais úmidas existem brejos e bosques de palmeiras. O rio São Francisco é o maior rio da região e única fonte perene de água para as populações que habitam as suas margens. A caatinga é uma vegetação bastante peculiar e tende a se transformar inteiramente nos raros períodos de chuvas, abandonando seu aspecto cinza e monótono para se tornar verdejante e majestosa. Embora cobrindo 55% da superfície, o sertão é a área menos povoada do Nordeste brasileiro.

Há ainda outra zona de transição que compreende o extremo oeste do Piauí e o estado do Maranhão. É a sub-região denominada *meio-norte*. Fortemente influenciada pelo clima equatorial em virtude de sua proximidade com as bordas da grande floresta amazônica, apresenta clima quente e úmido com a presença de florestas de carnaúba e babaçu, denominadas genericamente de mata dos cocais.

⁷ Manuel Correa de ANDRADE: *A terra e o homem do Nordeste*. p.37.

Para este estudo, trata-se do sertão a área que nos interessa. Foi dentro de seus limites que o banditismo floresceu e, a partir da segunda metade do século XIX, nos períodos de crise desencadeados pelas longas estiagens, tornou-se epidêmico.

2.1.1. – Ocupação, sociedade e atividades econômicas

O processo de colonização efetiva do Brasil teve início a partir de 1532. Após o efêmero ciclo de extração do Pau-brasil, os colonizadores portugueses encontram, na zona da mata nordestina, condições geográficas e climáticas ideais para o empreendimento da economia açucareira. Paralelamente, o sistema de capitanias hereditárias outorgava terras - sob a forma de concessão do rei de Portugal - em quantidades exorbitantes para poucos nobres dispostos a nelas fixarem o povoamento.

Durante o século XVI e boa parte do XVII, esse povoamento restringiu-se ao litoral. Não obstante a vila de São Vicente, ao sul, foi a costa nordestina que se tornou o centro econômico da colônia, abrigando a grande maioria dos engenhos de açúcar. Surgiram na zona da mata, então, os primeiros núcleos urbanos importantes: Salvador, Olinda e Recife.

A ocupação do sertão teve como foco irradiador a região da zona da mata. Prado Júnior afirma que *a penetração começou a partir de dois focos: Bahia e Pernambuco, desde o princípio do século XVIII*⁸. Andrade também aponta para essa mesma trajetória de

⁸ Caio PRADO JÚNIOR: *Formação do Brasil contemporâneo*. p.62-3. Destaca que entre esses dois centros de expansão a ocupação não foi regular. A expansão baiana teria sido mais interiorizada, chegando a transpor o São Francisco e fixando-se na área que corresponde aos limites atuais do estado. Por outro termo, a ocupação

deslocamento dizendo que *o sertão nordestino foi integrado na colonização portuguesa graças a movimentos populacionais partidos de Salvador e Olinda, centros açucareiros que comandaram a arremetida para os sertões à cata de terras onde se fizesse a criação de gado*⁹.

Não há dúvidas que o povoamento das vastas terras do sertão vinha atender uma demanda imprescindível da economia monocultora do açúcar: o abastecimento de carne para a população das cidades e o fornecimento de animais de tração para os trabalhos realizados nos engenhos.

Se as condições climáticas do agreste permitiram a prática de uma economia em pequena escala e diversificada de gêneros agrícolas que eram comercializadas com o litoral, no sertão a criação de gado converteu-se em atividade primordial, pois *à parte a pecuária, reduzida é a atividade dos sertões uma vez que a agricultura, praticada nas próprias fazendas, é de subsistência e as áreas propícias ao desenvolvimento agrícola mais robusto são raras*¹⁰.

Foi a criação de gado, atividade complementar da economia colonial, que engendrou a ocupação das terras mais distantes da linha costeira no nordeste. Em meados do século XVIII, contudo, outra atividade econômica também iria contribuir para o aprofundamento da interiorização do território. Partindo da quase esquecida e empobrecida região de sudeste, as expedições de prospecção de metais preciosos e de apresamento de indígenas de São Paulo, romperam a linha de Tordesilhas e viabilizaram o ciclo da mineração.

pernambucana não se internou. Teria ela subido para o norte acompanhando a costa da Paraíba e do Rio Grande do Norte e, dirigindo-se para o interior, margeou a ocupação baiana, mas com menor profundidade de alcance.

⁹ ANDRADE, *ibid.* p.183.

¹⁰ PRADO JÚNIOR, *ibid.* p.64.

O gado foi submetido ao único tipo de criação possível. A forma extensiva necessitava de grandes extensões territoriais onde os animais eram deixados ao sabor da natureza, sem muitos cuidados e alimentando-se eventualmente em alguns recantos de capim em virtude da pobreza do solo. É certo que a maior preocupação consistia em não deixar os animais se perderem, reunindo a boiada ao fim da tarde e nas comitivas de migração.

As fazendas proliferaram com relativa rapidez nesse ambiente quase deserto, pois havia pouca exigência para constituí-las, *uma casa simples e alguns currais, poucos vaqueiros e seus auxiliares*¹¹. Enormes porções de terra caíam sob domínio dos desbravadores do sertão, configurando uma sociedade fundada sob o símbolo do latifúndio pastoril.

Nesse ambiente gestou e desenvolveu-se uma sociedade *sui generis*, a civilização do couro. Conformou-se aí, *um tipo particular de população com uma subcultura própria, a sertaneja, marcada por sua especialização ao pastoreio, por sua dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na estruturação do poder, na organização familiar, na vestimenta típica, na dieta e numa religiosidade propensa ao messianismo*¹².

Essa especificidade da sociedade sertaneja pode ser identificada por aspectos que foram muito pouco modificados desde esse período. O primeiro deles é a própria composição ética predominantemente cabocla. Ao contrário da rigidez disciplinar e da dureza do trabalho nos engenhos, afirma Ribeiro que por isso *muitos mestiços devem ter se dirigido ao pastoreio, como vaqueiros e ajudantes e só assim pode-se explicar o predomínio do fenótipo brancóide*

¹¹ PRADO JÚNIOR, *ibid.*, p.188.

¹² Darcy RIBEIRO: *O povo brasileiro*. p.340.

*de base indígena do vaqueiro nordestino*¹³. No entanto, é Prado Júnior quem atenta para a presença do elemento negro. Embora concorde que a base étnica do sertanejo resida na mestiçagem do indígena com o branco, ressalta que a miscigenação do indígena ocorreu *também com os negros fugidos das zonas costeiras, parecendo mesmo ter sido no sertão nordestino muito numeroso o cruzamento do índio com o negro*¹⁴.

Realmente há referências recorrentes de cangaceiros negros ou cafuzos. O mais conhecido deles seja talvez José Bahiano. Pertenceu ao bando de Lampião e foi um de seus homens de confiança. Forte e alto, falava pouco, nunca sorria, cantava maravilhosamente e era responsável, de acordo com os padrões de decência da sociedade local, pela conduta das mulheres dentro do bando. Punia os deslizes marcando-as com um ferro em brasa que continha as iniciais JB.

Outro aspecto que parece ter se conservado praticamente imutável é a profunda desigualdade econômica e social determinada pela posse da terra. Para Andrade, *uma das causas que mais contribuem para agravar as desigualdades econômicas é a estrutura fundiária dominante desde a colonização, que tende para a concentração da propriedade e a falta de garantias que permitam maior estabilidade aos meeiros e agregados*¹⁵.

Forjada sob o signo da expansão territorial decorrente da pecuária extensiva, num ambiente geográfico pouco acolhedor, a sociedade sertaneja apresenta o traço de uma desigualdade muito pouco atenuada. Os proprietários constituíram, desde os primeiros

¹³ *Ibid.* p.343.

¹⁴ PRADO JÚNIOR, *ibid.*, p.113.

¹⁵ ANDRADE, *ibid.* p.63.

tempos, a categoria detentora do poder econômico e político. Abaixo, os vaqueiros¹⁶ e seus poucos ajudantes. Na base, uma grande quantidade de agregados, moradores das terras em quase tudo dependentes e invariavelmente submetidos ao poder de seus patrões.

Poucos são os braços de que necessitam a criação de gado nessas condições. A pecuária extensiva é uma atividade econômica que absorve limitada mão de obra. A agricultura, por sua vez, realizada precariamente num ambiente desfavorável e sob condição de garantir a manutenção da existência com o mínimo possível, requer também pouca gente. De fato, o crescimento da população sertaneja produzia excedentes que, a cada geração, encontrava dificuldades maiores para inserir-se na economia agro-pastoril, reproduzindo e aprofundando os níveis de pobreza e opressão a que eram submetidas. Com exceção dos fazendeiros, a maioria preponderante do povo vivia numa penúria extrema e, de geração em geração, a população sempre crescente dos sertões foi se tornando supérflua.

Esse contingente populacional a mais, inserido numa sociedade profundamente desigual, vivendo sob o jugo opressivo e arbitrário dos grandes latifundiários e sem qualquer perspectiva de justiça social, forneceu desde sempre as imensas levas de emigrantes para o norte e, posteriormente para o sudeste e sul do Brasil. Dele também emergiram os bandidos que proliferaram em bandos nas caatingas, sobretudo durante os períodos mais intensos de seca, característica marcante do ambiente geográfico pouco amistoso¹⁷ do sertão.

¹⁶ Em *A terra e o homem do Nordeste*, 2001, Manuel Correa de Andrade fornece importante estudo sobre a realidade geográfica do Nordeste brasileiro e sua articulação com o processo histórico da ocupação da região. Ao caracterizar as funções de trabalho no interior da sociedade sertaneja, atribui ao vaqueiro papel central, pois além de cuidar do rebanho, é ele quem administra a propriedade e dá ordens aos ajudantes e agregados na ausência do proprietário. Sua remuneração era feita pelo fornecimento de gêneros de manutenção ou, na maioria das vezes, recebia um quarto das crias do rebanho (quarteação). Já para os agregados ou moradores, que trabalhavam a terra, o pagamento se dava por meio da “meia” (meeiros) ou da “terça”.

¹⁷ É preciso relativizar as condições geográficas do sertão nordestino, ou seja, o meio físico-climático e a relação com ele estabelecida pela sociedade local. Evidentemente que as secas sempre foram uma dura realidade a ser enfrentada pela população, e que constantemente dizimavam o gado e as lavouras. Uma das descrições mais detalhadas da geografia do sertão e das características da caatinga coube a Euclides da Cunha, em *Os Sertões*.

2.2. – Norte do México

O México é o país mais meridional da América do Norte. Seu território apresenta formato triangular que se estende no sentido sudeste-noroeste, desde sua pequena fronteira sul com a Guatemala até a imensa linha fronteira norte, cuja extensão ultrapassa dois mil quilômetros, com os Estados Unidos. Possui uma superfície total de 1.958.201 quilômetros quadrados¹⁸ sendo, portanto, pouco maior que a região Nordeste do Brasil.

De acordo com Batalla, o México possui nove zonas geoeconômicas, determinadas por uma grande variação física e climática, dentro das quais *se apresentam 26 áreas que constituem um esquema de regiões geográficas dotadas, cada qual, de características físicas particulares*¹⁹. Três dessas regiões configuram a grande zona de fronteira e proximidade geográfica com os Estados Unidos. A região Noroeste, nas costas do Pacífico, é formada pelos estados da Baixa Califórnia, Baixa Califórnia do Sul, Sonora, Sinaloa e Nayarit. A região Norte, composta pelos estados de Chihuahua, Coahuila, Durango, Zacatecas e San Luis Potosi. E a região Nordeste, no litoral do grande golfo do México, no Atlântico, que conta com os estados de Nuevo León e Tamaulipas. Imediatamente ao sul dessa área, no sentido (e já próxima) da capital do país, encontra-se a região do *Bajío*, palco das mobilizações populares que desencadearam o processo de independência e que engloba os pequenos estados de Aguascalientes, Guanajuato, Michoacán e Querétaro.

Não obstante o inestimável valor histórico e literário da obra, escrita no calor dos últimos meses da destruição do arraial do Belo Monte (Canudos), os referenciais do autor são de um homem culto do Sudeste. Sobre isso, o historiador social norte-americano Billy Jaynes Chandler, em seu livro *Lampião, o rei dos cangaceiros*, adverte que os intelectuais urbanos e distantes do meio tendem a elaborar um quadro exagerado quando descrevem a paisagem do sertão. Acabam por ressaltar demasiadamente as adversidades do clima, do solo e da flora. Para os habitantes dessa área, não negligenciando as dificuldades, a adaptação é natural. Chandler - que viveu no nordeste por cerca de dez anos realizando pesquisas de campo sobre o cangaço - considera que Euclides da Cunha não descreve realisticamente o sertão e seu povo, pois visitou a região por um curto período do verão.

¹⁸ Angel Bassols BATALLA: *Geografía económica de México*. p.89.

¹⁹ *Ibid.* p.118.

Por sua posição geográfica e pela configuração do relevo irregular, o México apresenta uma grande diversidade climática. A presença da *Sierra Madre*, que entra pela fronteira sul como continuidade da cordilheira dos Andes e atravessa todo o território, faz do México *un país eminentemente montañoso donde en 86% del territorio predominan cerros, altiplanicies o cordilleras*²⁰. Ainda na parte sul-sudeste, nos estados de Chiapas e Oaxaca, esse imponente sistema montanhoso se divide em dois paredões que correm paralelamente no sentido sul-norte, acompanhando o alargamento do território. Configura-se assim a *Sierra Madre Occidental*, que se estende pelo lado do oceano Pacífico, cortando os estados do noroeste e parte dos estados do norte até atingir a fronteira e entrar pelos Estados Unidos; e a *Sierra Madre Oriental*, que corre junto ao litoral do oceano Atlântico, atravessando os estados do nordeste até terminar nas proximidades da fronteira, no extremo norte do estado de Coahuila.

Em oposição aos climas tropicais e subtropicais das porções central e sul, caracterizados pela elevada umidade e por ciclones de verão, as regiões norte e nordeste do México apresentam climas tipicamente áridos e semi-áridos que somente são alterados pela presença das serras. Dessa forma, a partir: a) da encosta oeste da Sierra Madre ocidental até a Baixa Califórnia, b) no grande espaço que se encontra inserido entre as duas serras e que corresponde quase inteiramente os estados de Durango e Chihuahua, e c) da encosta oeste da Sierra Madre ocidental até o litoral do Atlântico, predominam vegetações desérticas e subdesérticas dotadas de escassas formações vegetais e também estepes arbustivas marcadas pela presença de cactáceas. Somente nos altiplanos correspondentes a cada uma das serras, pela influência da altitude, é possível encontrar bosques característicos da vegetação de montanha.

²⁰ *Idem, México: formación de regiones económicas*, p.58.

Para os propósitos de nosso estudo, nos interessa a porção setentrional do México, particularmente os estados de Durango e Chihuahua, palco da movimentação de inúmeros grupos armados de bandoleiros durante o século XIX e início do século XX, além de representar um dos principais espaços de atuação de Villa, primeiro como proscrito, depois como general revolucionário.

Não obstante as especificidades de cada área, as conformações naturais do sertão nordestino e do norte do México guardam semelhanças consideráveis. Do ponto de vista físico-climático a ocorrência de extensas áreas sobre as quais predominam climas de exacerbada aridez, onde as chuvas, sempre raras e inconstantes, produziram um tipo de vegetação rala, caracterizada pela existência de arbustos secos e retorcidos, cactáceas e plantas xerófitas sobre solos pedregosos. Sob a perspectiva da conjuntura política do século XIX, do ponto de vista administrativo, por exemplo, essas áreas em questão estiveram sempre muito distantes dos centros do poder. Como regiões periféricas, tardiamente foram incorporadas ao projeto liberal de edificação do Estado-nação.

2.2.1 - Ocupação, sociedade e atividades econômicas

Durante o período colonial, sobretudo a partir do início do século XVIII, os espanhóis ocuparam o extremo norte do México (então denominado vice-reinado da Nova Espanha – de acordo com a divisão administrativa implantada pela Espanha). Essa região constituía os confins setentrionais da colônia, estendendo-se até o paralelo 42°.

Logo de início, fatores relacionados à conformação geográfica dessa grande área, frustraram qualquer possibilidade de ganhos imediatos por meio da exploração econômica colonial. Além das imensas extensões desérticas, o norte do México estava povoado por dezenas de indígenas refratários à presença européia, entre eles os Apaches, no extremo norte (atualmente nos estados do Arizona e Novo México) e os Yaquis, um pouco mais ao sul, nos atuais estados mexicanos de Sonora e Chihuahua.

As limitações impostas pela natureza e a resistência dos indígenas contribuíram decisivamente para conservar a baixíssima densidade demográfica dessa região. Contudo, as possibilidades de encontrar jazidas de metais preciosos impulsionavam lentamente alguns aventureiros, que partiam da região central da colônia. Assim, a descoberta de depósitos de prata converteram Guanajuato, Querétaro e Zacatecas, em centros irradiadores que possibilitaram *la marcha de los conquistadores y colonos hacia latitudes cada vez más septentrionales*²¹.

Por volta da segunda metade do século XVII, Durango, Chihuahua, Parral, Monclova, Saltillo, Texas e Novo México, já se haviam consolidado como os principais núcleos mineradores da região norte e somente nesses centros era possível encontrar uma presença mais maciça de colonizadores.

Não há dúvidas que a mineração foi a principal atividade econômica do longínquo norte, desde os tempos coloniais. Contudo, ela foi acompanhada pelo desenvolvimento da pecuária, que se aproveitou das imensas áreas do altiplano encravado entre as ramificações da Sierra Madre. Uma pequena atividade agrícola também cresceu timidamente como apêndice

²¹ *Idem, Geografía socioeconómica de México*, p.361.

da economia mineira. Assim, a pecuária e a agricultura local forneciam as provisões básicas que sustentavam a mineração e, ao mesmo tempo, desempenhavam o papel de maior relevância no processo de fixação humana e povoamento, uma vez que a atividade extrativa caracterizava-se pela sazonalidade, possibilitando deslocamentos em massa ao sabor da velocidade de esgotamento das minas ou da descoberta de novas jazidas em áreas mais distantes. No mais, as grandes extensões continuaram despovoadas.

Essa tímida ocupação colonial foi acompanhada pelo interesse da Igreja Católica na expansão da fé cristã. Desde o final do século XVI, missões das principais ordens religiosas também se fixaram em regiões cada vez longínquas do norte, fundando igrejas e mosteiros, que, muitas vezes, atingiam localidades distantes dos centros mineiros.

Diante da hostilidade constante dos indígenas numa área altamente vulnerável, a metrópole espanhola desenvolveu um sistema de defesa para garantir o funcionamento das minas e fornecer alguma segurança para as populações locais e para as missões religiosas. Dessa forma, o estabelecimento humano se deu também a partir da criação de colônias militares. Esses militares que em tempos de paz convertiam-se em colonos, recebiam terras onde podiam desempenhar a prática agrícola e a criação de gado. Constituíram a gênese dos rancheiros típicos da região norte que, até meados do século XIX, viveram em relativa tranquilidade.

Diferentemente das regiões centrais e sul do México, o longínquo norte não apresentou, em linhas gerais, a configuração típica da hacienda²² como instituição e herança colonial espanhola, calcada na expropriação das terras dos indígenas e em sua conversão

²² Jacques CHONCHOL: *Sistemas agrarios en América Latina*. Para maior aprofundamento sobre os sistemas agrícolas pré-colombianos e coloniais no México e no Brasil.

forçada em mão-de-obra. Portanto, os sistemas de trabalho mais coercitivos foram empregados nas grandes fazendas do centro-sul, como Oaxaca, Morelos e Yucatán, onde as condições climáticas favoreceram o desenvolvimento de grandes lavouras de cereais, com destaque para o milho, para garantir o abastecimento da demanda crescente dos núcleos urbanos. Contudo, o sistema produtivo das haciendas garantiu a conservação autônoma de várias aldeias indígenas, pois *donde las comunidades sobrevivieron, los españoles tuvieron que respetar sus tierras, aun que en numerosos casos fueron ganando lentamente tierras comunales a través de diversas expropiaciones*²³.

Podemos entender, assim, que o sistema produtivo implantado pela metrópole espanhola não seguiu o mesmo padrão em todas as regiões do México, tenha preservado as propriedades *ejidais** relativamente inalteradas até o advento político da emancipação, nas primeiras décadas do século XIX.

A sociedade resultante das colônias militares e dos núcleos mineradores do norte gozava de maior mobilidade, em virtude da rigidez menos intensa que havia nas relações de produção e trabalho. Os salários também diferiam. Em função das dificuldades impostas pela distância e pelo isolamento, e *para atraer y conservar a sus trabajadores, los hacendados norteños tenían que ofrecerles algunos incentivos, el mayor de los cuales era un salario creciente*²⁴.

Entretanto isso não impediu que o sistema haciendas, nas últimas décadas do século XVIII, aprofundasse dispositivos coercitivos cada vez mais eficazes. Entre eles a servidão por

²³ CHONCHOL, *ibid.*, p.67.

* Referente a *Ejido*, palavra utilizada para designar as terras comunais das sociedades indígenas.

²⁴ Friedrich KATZ: *La servidumbre agraria en México en la época porfiriana*, p.44.

dívidas era um dos elementos mais fortes. Após a independência, a oligarquia latifundiária institucionalizou a servidão e, *un propietario que adelanta 50 pesos a un peón puede disponer de él por toda la vida*²⁵. Como apêndice e complemento da servidão por dívidas figuravam as *tiendas de raya donde los campesinos compran a credito los productos que necesitan a precios fijados por los dueños de las haciendas, se quedando ligados a ellas como peones acasillados o aparceros y cambiando un trabajo perpetuo por una deuda perpetua*²⁶.

As dívidas contraídas nas tendas eram transferidas para seus descendentes, de tal modo que se tornava impossível para os peões encontrarem um meio legal que os desvinculassem do proprietário. Dessa forma, a sociedade do norte do México, que durante os séculos do período colonial vivera sob um sistema de relações produtivas relativamente móveis e pouco rígidas, passou a sentir os efeitos de um crescente sistema coercitivo que acompanhava o desenvolvimento do capitalismo monopolista, atingindo sua plenitude durante o porfiriato. É inegável que esse mecanismo acirrou as tensões sociais.

²⁵ CHONCHOL, *ibid.*, p.185.

²⁶ CHONCHOL, *ibid.* p.186.

III - ASPECTOS DO BANDITISMO SOCIAL

3.1. – Raízes da insurgência camponesa.

Busquemos um exemplo único, o último. Em 1850, os sertões de Cariri foram alvorotados pelas depredações dos Serenos, exercitando o roubo em larga escala²⁷.

Homens do campo se rebelam, movidos por uma força que os encorajam a enfrentar com bravura e destemor qualquer coisa que ameace destruir suas tradições ou que represente um jugo insuportável de exploração exercida pelas classes dirigentes. Foi assim que, no Brasil, camponeses empobrecidos sustentaram rebeliões como a Cabanagem e a Balaiada, no período regencial; protagonizaram revoltas como a dos Quebra-quilos, durante o império, e seguiram o Conselheiro para fundarem no norte da Bahia, ainda na infância do regime republicano, uma comunidade igualitária de devotos que almejavam, por fim, o reino dos céus como última morada.

No México, eram os homens do campo que estavam junto aos padres Hidalgo e Morelos, quando se iniciava o parto da independência. Camponeses e indígenas da região do *Bajío*, liderados por Eleutério Quiróz, se insurgiram violentamente contra a modernização da região central. Emiliano Zapata e Francisco Villa levantaram milhares de camponeses para formarem os maiores contingentes militares da revolução.

²⁷ Euclides da CUNHA: *Os sertões*, p.151.

Força potencial das classes camponesas, a rebeldia se encontrava latente, surda, mas pulsando de forma ininterrupta. Na ausência das mobilizações de massa, essa rebeldia apareceu sob a forma do banditismo, fenômeno social universal e eminentemente associado ao universo rural.

As sociedades camponesas sempre estiveram submetidas a um sistema de relações surgido da própria natureza de sua dinâmica. Um sistema muito distinto dos padrões vigentes nos ambientes urbanos. Para o camponês sua relação com a terra adquire um sentido sagrado e espiritual. A amplitude de seu significado extrapola a simples noção de plantio e colheita. É na terra que se trabalha para tirar o sustento da família, sem dúvida. Mas aí também viveram e morreram os antepassados, é o lugar onde ocorrem as celebrações que reforçam os laços comunitários. Em suma, a terra é a vida do camponês e a estrutura dessa sociedade se funda em valores calcados nos laços de cooperação e reciprocidade que possibilitam a reprodução econômica.

Relações recíprocas de cooperação dão grande solidez aos laços de sociabilidade dentro da comunidade. Daí resulta um conjunto de diretrizes éticas e morais que tem a finalidade de zelar pela manutenção desses laços e rechaçar qualquer sistema ou ação que coloquem em risco esse equilíbrio. Trata-se de um código de conduta informal que se estabelece tacitamente entre todos os indivíduos da comunidade. Respeito mútuo, defesa da honra pessoal e familiar e genrosidade são valores muito prezados e vitais para estabilidade das relações. Por isso o caráter geralmente hermético do camponês, que propositalmente deixa transparecer uma suposta ingenuidade aos olhos dos forasteiros, não raramente interpretada como ignorância. Qualquer coisa que venha de fora, da cidade, qualquer alteração ou novidade é sempre uma ameaça potencial para o homem simples do campo.

Evidentemente que sobre esse código tácito paira o sistema político e econômico imposto pelas camadas dominantes. Os camponeses não ignoram que sofrem uma exploração constante por parte dos proprietários, contudo podem ser capazes de se rebelarem coletiva ou individualmente quando se atinge certo limite. É assim, por exemplo, que *o banditismo social atua para manter a exploração dentro de um nível compatível, pois ele não se coloca contra o fato de que os camponeses sejam pobres e oprimidos, mas sim contra o fato de que, às vezes, o sejam excessivamente*²⁸.

John Tutino, buscando fundamentação para explicar as raízes sociais das rebeliões camponesas no México, encontrou em alguns teóricos explicações convergentes tanto com a idéia da ameaça de ruptura do equilíbrio relativo aos laços sociais comunitários²⁹. Nesse sentido, a exacerbação da exploração, mencionada acima, pode também concorrer para isso.

Durante o período colonial, no México, a estrutura econômica implantada pela Espanha não ignorou completamente a relação do indígena com a terra. Descontados os milhares de braços nativos absorvidos pelos *encomenderos* e outros tantos milhões de indígenas exterminados, a coroa assegurou a continuidade de reduções que conservaram mais ou menos intactos os valores comunais. A estabilidade da vida comunitária, garantida pelo seu código de conduta, conservou-se para os camponeses das áreas mais periféricas sem alterações violentas.

²⁸ Eric J. HOBBSBAWN: *Rebeldes primitivos*, p.24.

²⁹ John TUTINO: *De la insurrección a la revolución en México*, p.26-29. Para Eric Wolf e Barrington Moore, reações camponesas foram estimuladas pelas rápidas incursões exploratórias do capitalismo. Joel Migdal sustenta que quando camponeses são integrados aos mercados mundiais sua cultura, outrora local e introspectiva, se voltam para fora. James Scott afirma que a raiz dos levantes camponeses está na degradação do direito de subsistência, um dos principais fatores de ameaça à segurança das comunidades.

No Brasil, o grosso do trabalho provinha dos escravos. Espremidos na estreita faixa da zona da mata nordestina até o século XVIII e depois deslocados para o centro-sul, acompanhado a mudança do eixo econômico decorrente das jazidas de ouro descobertas no interior. Também nas áreas periféricas da colônia, os pequenos agricultores, agregados dos latifúndios, mantiveram sua produção doméstica baseada nos laços comunitários sem maiores modificações.

O século XIX assinalou um momento crucial para a América latina. Os movimentos de emancipação decorrentes da crise do colonialismo fizeram surgir dezenas de novas nações em um prazo de duas décadas. Elites criollas se dividiram ideologicamente entre liberais e conservadores. No Brasil essa disputa foi eclipsada pelo centralismo do regime monárquico, dominado pelos conservadores. No México, a luta entre os dois grupos deflagrou uma instabilidade política que durou cerca de cinquenta anos, possibilitando uma intervenção francesa – articulada pelos conservadores e pela poderosa Igreja Católica - para derrubar o governo liberal de Juárez e restituir a monarquia com Maximiliano de Habsburgo.

Somente a partir da metade do século XIX o capitalismo imperialista da segunda revolução industrial se impôs na América latina, anexando-a como apêndice na engrenagem do mercado mundial. Esse regime neocolonial³⁰, apoiado na emergência e consolidação de uma oligarquia proprietária liberal que se estende por todo o continente ao sul do rio Bravo, vai atingir seu auge mais menos nos anos oitenta.

Para nós parece inegável que o capitalismo aqui imposto pela Inglaterra, potência hegemônica nessa época, articulou o processo de produção agrícola voltado para as

³⁰ Túlio Halperin DONGHI: *História da América latina*. Ver os capítulos IV: Afirmação do regime neocolonial; e V: Maturidade do regime neocolonial.

necessidades do mercado externo e sua intensificação mudou as regras do jogo para as populações camponesas. *A lógica liberal acabou infringindo o código estabelecido de honra e generosidade, afastando o indivíduo da sociedade e tornando-o um marginal*³¹. Podemos entender, nesse sentido, que se a economia de mercado foi uma ameaça para os componentes natural e humano do tecido social, nada mais natural que uma ampla gama de indivíduos passasse a exercer uma pressão cada vez maior no sentido de obter alguma proteção. Com isso pode-se notar, à priori, que as mobilizações camponesas no século XIX e início do século XX, constituíram em grande medida uma resposta às transformações sociais-econômicas e jurídico-políticas, sob o sino da modernização difundida pelas oligarquias, que foram se intensificando com a penetração do capitalismo nas áreas rurais. Essa hipótese é confirmada por Donghi quando diz que:

As vítimas [dessa nova realidade] encontram-se especialmente entre os estratos rurais. [...]. A modernização da economia descarrega sobre as massas de trabalhadores do campo gravames de tal ordem que não podem ser espontaneamente aceitos.³²

Consideramos que os levantes camponeses ocorreram de maneira mais ou menos pontual, historicamente localizados quando o sistema agudizava a exploração, tornando insuportável o fardo e, ao mesmo tempo, colocava em risco a segurança da comunidade, por meio da ameaça concreta da degeneração dos valores comunais.

No Brasil, o movimento messiânico de Canudos representou uma das mais duradouras revoltas camponesas do final do século XIX. A República recém instaurada continuou negando o acesso à terra e o ingrediente federalista concedeu aos estados autonomia em amplo sentido. Essas determinações tiveram um impacto direto sobre a população mais pobre, sobretudo em relação ao sistema tributário. As novas regras de arrecadação, agora

³¹ Karl POLANYI: *A grande transformação: as origens da nossa época*, p. 66. Nessa obra o autor faz uma crítica ao capitalismo imperialista do século XIX. Questiona a crença obstinada dos liberais na auto-regulação do mercado e analisa as consequências negativas decorrentes da sujeição do trabalho e da terra às leis do mercado.

³² DONGHI, *ibid.*, p.156-157.

estabelecidas pelos municípios, criavam taxas e fixavam tarifas que eram reajustadas constantemente e, evidentemente que a população pobre do sertão não compreendia esses mecanismos³³. Sem negligenciar as condições sociais de extrema penúria em que viviam os sertanejos nordestinos, inseridos numa área que por séculos havia se desenvolvido como apêndice da economia açucareira do litoral, pode-se compreender porque o séquito de Conselheiro tornava-se cada vez maior.

Os camponeses do estado mexicano de Morelos já estavam mobilizados mesmo antes da eclosão da revolução. O movimento liderado por Zapata também apresentava um forte componente místico-religioso, desdobramento da dimensão sagrada que se estabelece entre a terra e o camponês. O Plan de Ayala não havia sido resultado de uma inquietação daquele momento. Ao contrário, era fruto de uma longa insatisfação dos homens do campo, receosos dos planos liberais que pregavam a desarticulação das propriedades comunais.

³³ Marco Antônio VILLA: *Canudos: o povo da terra*, p.109.

3.2. – *Banditismo: cangaceiros e bandoleiros.*

Se por um lado os levantes camponeses representavam a reação das massas ante o avanço da modernização capitalista e emergiam de forma pontual; por outro o banditismo configurava um aspecto permanente de rebeldia social, mas no plano individual. A questão que se coloca é até que ponto os bandidos sociais estavam comprometidos em combater as injustiças que se abatiam sobre a sociedade camponesa, da qual eles próprios eram membros? Ensaaiemos uma resposta mais adiante.

Se os bandidos sociais são parte integrante da sociedade camponesa, logo estão inculcados do mesmo código de conduta e moral que perpassa seus indivíduos. São, portanto sujeitos extremante ciosos das noções de honra, respeito e coragem.

No Brasil, especificamente na região nordeste, registros do século XVIII apontavam a atividade de bandos armados. Cerca de cem anos depois, já por volta de 1870, histórias provenientes de contos e trovas populares foram recolhidas pelo escritor cearense Franklin Távora e utilizadas na composição de seu principal romance³⁴, representante da corrente literária naturalista e campesina.

Em sua grande maioria, os bandos armados derivavam dos confrontos familiares nas disputas pela posse da terra. Retomando o código de conduta das sociedades camponesas, uma afronta à honra da família, geralmente materializada sob a forma de um atentado ou um assassinato contra alguém, desencadeava uma série de retaliações infundáveis. E colocava em

³⁴ Trata-se da obra *O cabeleira*. José Gomes é a personagem central da trama. Filho de Joaquim Gomes, homem cruel e de péssima índole e de Joana, mulher bondosa e pura. Durante a infância, José cresce dividido entre os valores opostos de seus pais, mas aos dez anos é levado por seu pai. Já adolescente José Gomes, instruído por seu pai, envereda-se pela vida de crimes. Juntamente com Joaquim e com negro Teodósio, perambulam pelos povoados de Pernambuco aterrorizando as populações e implantando o terror.

pé de guerra duas ou mais famílias. Nesse sentido, a ação da vingança privada era considerada um direito natural perante esses valores. Vingar a morte de um parente era atitude esperada por parte da vítima, algo que a sociedade exigia e entendia como justa. A partir do século XVIII, o nordeste foi palco de inúmeras disputas familiares como a que se estabeleceu entre os Montes e os Feitosa³⁵, no Ceará.

No sertão nordestino o banditismo tomou a forma do cangaço. A estrutura fundiária baseada no latifúndio e a considerável distância dos centros políticos e econômicos facilitaram a suplantação do código de conduta local sobre o sistema jurídico legal do Estado. Os grandes proprietários arregimentavam gente sua para compor bandos armados e assim defender as terras, intimidar adversários e efetivar vinganças. A partir da segunda metade do século XIX, muitos desses bandos armados de jagunços adquiriram autonomia e passaram a vagar livremente pelos sertões.

Durante o período do Império, os relatórios das províncias nordestinas são unânimes em descrever a dificuldade do poder público para combater a criminalidade e a atuação dos bandidos. Na província de Pernambuco, em dezembro de 1864, o comendador Souza Leão, lamentava:

que o crime de homicídio seja o que mais arruíne essa estatística. Nella figuram os assassinatos do subdelegado e do capitão do corpo fixo do destacamento de Tacaratú: o primeiro praticado por João de Faria Leitão, em 2 de Julho do corrente anno, e o segundo em 30 do mesmo mez, por Francisco da Cunha Valpassos que, como Leitão, se poz em fuga. Até hoje tem sido infructíferos os meios e tentativas empregadas para a captura desses criminosos.³⁶

Anos depois, em 1879, um relatório apresentado à Assembléia da Paraíba, afirmava que:

³⁵ Luís de Aguiar Costa PINTO: *Lutas de famílias no Brasil*, p.109-113. Um dos primeiros estudos sobre essa temática no Brasil. O autor considera que a vingança privada surgiu como forma de controle social por força de condições específicas da sociedade camponesa, onde a organização familiar guardava em seu círculo todos os níveis de relações, suplantando por isso a esfera pública.

³⁶ Relatório com que o EXM. Sr. Commendador Dr. Domingos de Souza Leão, entregou a administração da Província ao EXM. Sr. 1º vice-presidente DES. Anselmo Francisco Peretti . Recife, 1864.

não é lisonjeiro o estado de segurança individual e de propriedade no interior da Província. A zona do alto sertão tem sido, há longos annos, infestada de grupos salteadores. [...] os bandos de criminosos muitas vezes tem zombado da lei e das autoridades.³⁷

E nesse mesmo ano, no Rio Grande do Norte, o presidente da província dirigia-se à Assembléa constatando a atuação *de bandos de salteadores armados e dirigidos por célebres facínoras que infestam a zona do sertão*³⁸.

O cangaço foi uma forma peculiar e sistemática de banditismo que se espalhou pela região do sertão nordestino, tornado-se epidêmico depois da segunda metade do século XIX. Há uma vasta bibliografia que imprime diferentes interpretações sobre as causas desse fenômeno social. Até as primeiras décadas do século XX, as abordagens dominantes explicam o cangaço através de uma perspectiva fortemente influenciada pela ideologia positivista. Nesse aspecto, a proliferação dos bandos de cangaceiros era resultado do desvio psicológico de certos indivíduos que naturalmente se inclinam para o mal. Evidentemente o ambiente físico inóspito, assolado pelas secas periódicas, e a sociedade habituada às rudezas e privações são levados em conta, mas sempre associados ao atraso cultural, ausência de progresso e isolamento da modernidade, como se os sertanejos fossem os retardatários da civilização. São os pontos de vista, por exemplo, de Franklin Távora e Euclides da Cunha.

A partir dos anos sessenta, uma corrente interpretativa passou a entender o cangaço pela perspectiva das lutas de classe. A idéia de que se tratava de simples bandidos, criminosos e degenerados sociais foi veementemente refutada e tomada como uma visão das elites cultas

³⁷ Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo EXM. Sr. Dr. Ulysses Machado Pereira Vianna, em 1º de janeiro de 1879.

³⁸ *Falla* com que o EXM. Sr. Dr. Rodrigo Lobato Marcondes Machado abriu a 2ª sessão da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, em 27 de Outubro de 1879.

urbanas. Para Rui Facó³⁹ e Christina Machado⁴⁰, por exemplo, os cangaceiros eram paladinos da justiça. Indivíduos que não se submeteram à exploração imposta pelas classes dominantes e, tomando armas buscaram, ao seu modo, combater a miséria, a opressão e as injustiças.

Por outro lado, Queiroz considera um exagero de interpretação atribuir aos cangaceiros as qualidades de justiceiro, vingador ou contestador social⁴¹. Para ela o cangaço é um fenômeno pontual com limitações temporal e espacial muito bem demarcadas. Inicia-se em 1897 com Antônio Silvino e termina em 1940, com as mortes de Lampião e Corisco sem jamais ultrapassar os limites da caatinga nordestina.

No México, o deslocamento de bandos armados de salteadores – *bandoleros* - também remonta ao século XVIII. Em 1703, populações camponesas de Querétaro, aterrorizadas pela proliferação do *bandolerismo*, solicitaram permissão às autoridades metropolitanas para organizarem milícias rurais próprias. Depois da independência, no contexto das disputas políticas entre conservadores e liberais, o governo de Mariano Arista autorizou a criação de uma força policial rural de caráter nacional e especificamente destinada a reprimir as rebeliões camponesas e o banditismo. Os *rurales*, cujos destacamentos eram formados majoritariamente por *campesinos, zapateros, carpinteros y artesanos, gente pobre atraída por la posibilidad de contar con un empleo fijo*⁴², foram amplamente utilizados durante o governo de Porfírio Díaz. A criação progressiva de doze guarnições de *rurales*, espalhadas por todo o território mexicano nesse período, comprova que a atividade dos grupos bandoleros se não aumentou, ao menos se manteve num nível que continuou causando a preocupação das autoridades.

³⁹ Rui FACÓ: *Cangaceiros e fanáticos*.

⁴⁰ Christina Matta MACHADO: *As táticas de guerra dos cangaceiros*. Laemmert, Rio, 1969.

⁴¹ Maria Isaura Pereira de QUEIRÓZ: *Os cangaceiros*, p.18.

⁴² Paul J. VANDERWOOD: *Los rurales mexicanos*, p.51.

IV - HISTÓRIA E TRAJETÓRIA: O CONTEXTO QUE PRODUZIU SILVINO

4.1. – Segundo reinado e a transição republicana

O Brasil foi o único país que adotou a monarquia como regime político após as guerras de independência que haviam sacudido a América latina. Exceção feita ao efêmero reinado de Iturbide, no México, de fato o regime monárquico brasileiro foi duradouro e estendeu-se por sessenta e sete anos.

A elite política colonial que havia se transferido para cá em 1808, manteve fortes vínculos ideológicos com o Estado português. A experiência de rebeliões como a Conjuração Baiana e, mais tarde, a Revolução pernambucana, revelavam que as camadas populares tinham condições reais de efetivarem mobilizações de grande porte. A participação das massas no processo político era algo que despertava grande temor por parte dessa aristocracia.

Como forma de exercer um poder coercitivo mais forte sobre as possibilidades de mobilização popular e, ao mesmo tempo, frear o republicanismo conservando a unidade territorial e a centralização das rendas, a elite política que dirigiu o processo de ruptura política com Portugal optou conscientemente pelo regime monárquico e representativo altamente centralizado por intermédio do poder moderador. Dessa forma, dentre as variantes que se poderiam ter adotado acerca da configuração política do novo país, decidiu-se por aquela que traria menos instabilidade, garantindo a continuidade do poder nas mãos do

mesmo grupo. Isso explica a manutenção da estrutura fundiária desigual e a continuidade do sistema escravista.

Terminada a Confederação do Equador, a unidade territorial foi novamente ameaçada durante os nove anos do período regencial por meio de grandes revoltas provinciais no norte e no sul. Nesse contexto inicial das disputas políticas entre conservadores e liberais, o ato adicional de 1834 golpeou o centralismo imperial instituindo as Assembléias Provinciais. Essa ascensão dos liberais provocou a reação dos conservadores, temerosos que o país enveredasse pela desordem social e pela anarquia. Em *Um estadista do Império*, Joaquim Nabuco considera que *a Regência foi a república de fato, a república provisória*⁴³.

Nomeado imperador em 1840, aos quatorze anos de idade, D. Pedro II abriu uma nova fase política, acompanhada pelo fortalecimento dos conservadores. O segundo reinado retomou a estrutura centralizada da burocracia administrativa e, embora as Assembléias Provinciais continuassem funcionando a autonomia local foi anulada, pois o imperador designava os cargos do executivo e controlava as despesas das províncias.

Do ponto de vista político o delineamento do segundo reinado foi traçado, em grande parte, pelos partidos conservador e liberal. Tomaremos aqui a exposição do historiador José Murilo de Carvalho. O partido Conservador surgiu de uma coalizão entre os ex-moderados e os ex-restauradores do primeiro império, sob a liderança de Bernardo Pereira de Vasconcelos, representando os interesses da burocracia estatal e dos grandes proprietários rurais. O partido Liberal era composto pelos defensores das leis descentralizadoras, representando as

⁴³ Maria Lígia PRADO: *A formação das nações latino-americanas*, p.70.

aspirações dos profissionais liberais, pequenos proprietários e alguns latifundiários. Contudo, *nenhum dos dois jamais havia apresentado um programa partidário formal*⁴⁴.

As diferenças ideológicas entre conservadores e liberais, sutis e muito confusas, propiciaram uma série de estudos sobre as características precisas da elite política imperial. Carvalho faz um apontamento interessante. Em linhas gerais, diz que estudiosos como Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior negam qualquer diferença substancial entre eles. Já Raymundo Faoro admite certa diferença na origem social de seus membros. Assim, o estamento burocrático era majoritariamente conservador, enquanto os proprietários rurais, desejosos de maior autonomia, fechavam com os liberais. Carvalho parece dar crédito à Faoro quando afirma que:

[...] o Rio de Janeiro era predominantemente conservador, ao passo que Bahia e Pernambuco dividiam-se mais ou menos igualmente entre os dois. Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul eram majoritariamente liberais.⁴⁵

Esta observação parece apropriada para nosso estudo. As disputas políticas no sertão nordestino, sobretudo em Pernambuco, envolvendo famílias poderosas que se alinhavam a um ou a outro partido, precipitou um sem número de ações violentas e vinganças brutais que constituíam um dos mais significativos mananciais de proscritos. O equilíbrio de poder entre conservadores e liberais, bem como as parentelas associadas a cada partido, está explicitado adiante, nas querelas entre os Carvalho e os Baptista.

Outros dois partidos merecem destaque. O Progressista e o Republicano. O partido Progressista teve duração efêmera (1864-1868) e se fundiu aos liberais. O partido Republicano surgiu nos anos setenta, período que coincide com o início da derrocada do

⁴⁴ José Murilo de CARVALHO: *A construção da ordem, a elite política imperial; Teatro das sombras, a política imperial*, p.185.

⁴⁵ *Ibid.* p.197.

império. No Rio de Janeiro o PR foi fundado em 1870, refletindo as aspirações dos intelectuais e da burguesia urbana. O PR de São Paulo, fundado em Itu, em 1873, representava os interesses dos cafeicultores. A própria estrutura descentralizada dos partidos republicanos deixa claro que não existia uma uniformidade ideológica. Prevaleciam sempre os interesses das elites regionais de cada província.

No Rio de Janeiro os republicanos iniciaram, por meio de seu jornal, uma série de ataques ao governo de D. Pedro II. Curiosamente, a centralização do regime imperial não se traduzia na adoção de algum mecanismo de censura. Parece mesmo o contrário, a imprensa oposicionista dos republicanos teve ampla liberdade de expressão. No dia sete de setembro de 1873, uma coluna sobre o quinquagésimo aniversário do Brasil divulgava como:

É bem conhecida a história da nossa emancipação. Apesar dos constantes esforços da *monarchia* para falsificar os *factos* históricos em proveito da dinastia [não há um brasileiro] que não considere o pretendido fundador do império como um *súbdito* obediente do rei de Portugal.⁴⁶

E, um mês depois, entre anúncios para a adesão de assinantes, o mesmo jornal publicava na seção diária de *Chronicas* Políticas, em tom declaradamente irônico as:

Bellezas da Monarchia – Para a edificação dos devotos do *systema*, transcrevemos as seguintes *bellezas*, devidas *successivamente* ao prodigioso influxo da benéfica divindade que realiza este grande império:

- Bárbaro latrocínio [...].
- Deu contas a Deus [...].⁴⁷

O republicanismo ganhou terreno na mesma proporção que o desgaste do governo imperial se tornava irreversível, sobretudo pela rápida expansão da lavoura cafeeira. A partir de 1889, o governo republicano seria eminentemente mais liberal, porém menos democrático que seu predecessor.

⁴⁶ *A República*, 7/09/1873.

⁴⁷ *A República*, 9/10/1873.

No campo da prática política, a disputa entre os dois maiores partidos confirmava a evidente indefinição ideológica. A tática dos conservadores em esvaziar o programa liberal foi acentuada depois de 1871, com o Ministério Rio Branco, estabelecendo uma relação dialética e ambígua. Os conservadores adotavam uma política simultânea de transformação e manutenção com objetivo de conservarem o poder realizando reformas muitas vezes defendidas pelos liberais. Assim, *os liberais propunham as reformas que os conservadores realizavam*⁴⁸.

Além da atuação dos conservadores, havia profundas divisões ideológicas dentro do partido Liberal que contribuíam para impedir a implementação das reformas programáticas. Setores do partido mais diretamente comprometidos com as transformações sociais, principalmente a causa abolicionista, sofreram a concorrência direta do partido rival. Nesse sentido, a única contribuição efetiva dos liberais foi a aprovação, na Câmara, da lei dos Sexagenários. Todas as demais reformas de cunho social – leis Eusébio de Queiróz, do Ventre-livre, de Terras e Áurea – foram obras dos conservadores.

Sob o ponto de vista ideológico o abolicionismo, que trazia em seu bojo as propostas mais significativas de reformas sociais, era uma bandeira dos liberais. Embora exercesse ácida e contínua crítica ao governo central, como vimos acima, o partido republicano defendia um programa tímido e conservador e de fato, somente apoiou a abolição pouco tempo antes de sua efetivação.

Pressões inglesas pelo fim do tráfico negreiro já vinham ocorrendo desde o início do século XIX. Em 1831, meses depois da abdicação do primeiro imperador, promulgou-se a lei

⁴⁸ CARVALHO, *ibid.* p.214.

sobre a proibição do tráfico de escravos. A severa fiscalização da Inglaterra, contudo, não impediu que a lei se tornasse letra-morta em função da força política dos proprietários rurais. Somente em 1850, superados alguns incidentes diplomáticos com os ingleses, o governo brasileiro tomou medidas efetivas e sistemáticas contra o comércio ilegal e a entrada de africanos, através da lei Eusébio de Queiróz.

Os resultados da lei se fizeram sentir imediatamente. A redução significativa do número de escravos provocou um redirecionamento da força de trabalho com a transferência interna de negros do Nordeste decadente para as novas áreas econômicas do Sudeste cafeeiro. Simultaneamente o império impunha um duro golpe contra a ordem escravocrata sobre a qual ele próprio se apoiava.

Parece inegável que a região Nordeste muito se ressentiu dessas mudanças e a segunda metade do século XIX representaria assim um longo período de estagnação e decadência econômica. Além do açúcar, outros cultivos clássicos como o algodão e o tabaco perdiam rapidamente espaço no mercado mundial.

O problema da mão de obra foi sendo gradativamente equacionado pela entrada de braços europeus. O governo imperial tentava criar condições para estimular a imigração através da reorganização da estrutura fundiária para distribuição de pequenos lotes de terras destinados à aquisição pelos imigrantes. A Lei de Terras, aprovada em setembro de 1850, também não vingou. As dificuldades eram enormes. O levantamento de dados sobre os registros, separação e medição das terras públicas foram inviáveis para o governo conseguir a legitimação das posses. Além de oneroso o processo de regularização das terras exigia profissionais que o governo não dispunha. Por outro lado, os grandes proprietários sonhavam

informações e desapareciam com os registros paroquiais obstruindo sobremaneira qualquer esforço do governo em efetivar a lei.

Mais do que a incapacidade do império em implementar medidas concretas no sentido de uma reforma agrária, a Lei de Terras revelou o elevado poder de resistência dos latifundiários a qualquer tipo de mudança e também *a falta de unidade da classe proprietária, pois os interesses de alguns setores não coincidiam com os de outros*⁴⁹. Os proprietários nordestinos não viam vantagem alguma em assumir os encargos de uma reformulação fundiária destinada a viabilizar a imigração, uma vez que o direcionamento dos imigrantes iria claramente beneficiar a economia emergente do sudeste. Portanto, no contexto da realidade do sertão nordestino, a Lei de Terras pouco serviu para abalar a estrutura do latifúndio.

A perpetuação da desigualdade social conjuntamente com o processo de declínio da economia nordestina e as secas periódicas que se abateram sobre o sertão na segunda metade do século XIX, propiciaram a eclosão de revoltas sociais localizadas e elevaram consideravelmente a quantidade de grupos armados. O banditismo assumiu proporções epidêmicas depois de 1870. Se há uma impressão que o segundo reinado, do ponto de vista das agitações internas, foi um período de paz e estabilidade que havia sido conquistado com o fim da Revolução Praieira, ela é no mínimo equivocada. De fato, *não houve revoltas de grande extensão como na regência, mas isso não significa que a violência tenha deixado de existir*⁵⁰.

⁴⁹ *Ibid.*, p.322 (*O teatro das Sombras*)

⁵⁰ Hamilton de Matos MONTEIRO: *Crise agrária e luta de classes*, p. 20. O autor questiona o mito da estabilidade interna do segundo reinado através do estudo de duas rebeliões populares ocorridas no sertão nordestino. Analisa, sob a perspectiva das lutas de classe, a Rebelião do Ronco da Abelha (1851-52) e a Revolta dos Quebra-quilos (1874-75) ocorridas em áreas de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Sob a perspectiva da economia, o segundo reinado coincide com o ingresso definitivo do Brasil na engrenagem do mercado mundial. A expansão da lavoura cafeeira, que aprofundou a cisão entre o nordeste estagnado e o sudeste próspero e dinâmico, colocava o país numa marcha segura de crescimento econômico – principalmente depois da Guerra do Paraguai - que penetrou pelo século seguinte.

Junto à expansão econômica verificou-se um notável desenvolvimento do aparelhamento técnico, com destaque para as redes de transporte e comunicações. Assim foi que:

As estradas de ferro somavam cerca de 9.000 km em linhas de tráfego, e outros 1.500 em construção. A navegação a vapor se estendera largamente por toda a costa [e] o império deixará também uma desenvolvida rede telegráfica [...] além dos cabos submarinos que ligavam [o país] a diferentes partes da América e Europa.⁵¹

O desenvolvimento industrial não acompanhou com a mesma intensidade a expansão do setor agrícola e o progresso da indústria foi mínimo. Mantinha-se assim a estrutura econômica herdada da colônia em que a monocultura e o escravismo impediam o surgimento de uma atividade fabril consistente, capaz de concorrer com a importação estrangeira. O Brasil consolidava assim, nas últimas décadas do regime imperial, sua condição de dependência econômica como fornecedor de gêneros agrícolas.

A partir do meado dos anos setenta, os interesses dos cafeicultores, em particular, e de parte dos grandes proprietários de maneira geral, foram se distanciando da política exercida pelo governo central. A dinâmica econômica do café, vinculada aos interesses estrangeiros e à moderna economia de mercado, revelava o anacronismo do aparelho administrativo. Os fazendeiros de São Paulo, representantes da nova força econômica, queriam agora um Estado

⁵¹ Caio PRADO JÚNIOR, Caio: *História econômica do Brasil*, p.196-97.

descentralizado sobre o qual poderiam exercer um domínio político direto. Ficava evidente que o império tornara-se um empecilho para impulsionar o capitalismo nas províncias cafeeiras e as novas condições econômicas impunham a necessidade de uma nova ordem política⁵².

Vítima de sua própria prática política ambígua e depois de isolar-se da Igreja e do Exército, o regime imperial caiu sem resistência pouco mais de um ano após a abolição. Num último suspiro, o gabinete Ouro Preto tentou ainda implementar reformas liberais na Lei de Terras que facilitavam seu acesso aos pequenos proprietários. O perigo que representava a possibilidade de um terceiro reinado e, principalmente, o temor dos latifundiários em perder a influência advinda do monopólio da terra diante da efetivação dessas reformas precipitou o golpe republicano.

O republicanismo que, contraditoriamente, cresceu vinculado ao ideal de abolição defendido pelos liberais, jamais conseguiu se converter em um autêntico movimento de massas. Por outro lado, o exército reivindicava seu papel sobre as decisões políticas que orientavam o destino do país. A experiência militar adquirida na guerra contra o Paraguai era ignorada pelo governo central. Desconte com o imperador, parte da oficialidade iniciou a aproximação com os republicanos. Sem tradição política, contudo, o exército encontrou na ideologia positivista – através de Benjamin Constant - o canal que possibilitava essa aproximação e transformou-se na instituição mais segura para viabilizar a transição do regime. Desse modo, *a crise política, o potencial explosivo do exército e a habilidade política dos republicanos criaram as condições para a derrubada da monarquia*⁵³.

⁵² VILLA, *ibid.*, p.90.

⁵³ *Ibid.* p.97.

Mais uma vez as elites políticas e os grandes proprietários, agora articulados com a burguesia urbana e o exército, haviam encontrado uma alternativa capaz de realizar a transição dos regimes de forma estável e pouco traumática. A completa exclusão das camadas populares que, segundo Aristides Lobo, [o povo] assistiu a tudo bestializado, corrobora a eficiência da articulação.

Parece inegável que o novo regime representou, na esfera do poder, a reorganização das forças políticas onde a velha aristocracia imperial cedia seu lugar para a oligarquia cafeeira vinculada ao capitalismo internacional. O principal desejo dos homens que apoiaram a transição se materializou dois anos mais tarde. A Constituição de 1891, baseada na Carta norte-americana, instituiu o federalismo concedendo ampla autonomia para as antigas províncias, agora transformados em estados e para os municípios.

Sob a perspectiva da questão agrária absolutamente nada foi alterado. De acordo com Eisenberg, o advento da República:

não abalou a supremacia dos senhores de engenho. Eles congratularam com o novo regime [...]. A escassa classe média participou do movimento republicano, mas a oligarquia açucareira manteve o controle da política local.⁵⁴

Na região nordeste o advento da República não só conservou as estruturas de dominação das elites como possibilitou seu acirramento. A descentralização política do sistema federalista abriu caminho para reforçar o poder local dos coronéis, que já era grande no período anterior. Assim a posse da terra permanecia como o elemento vital que permitia a

⁵⁴ Peter L. EISENBERG: *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco. 1840-1910*, p.158. O autor foca sua análise na zona da mata pernambucana onde, após o declínio da economia açucareira, inicia-se uma etapa de modernização técnica das instalações dos engenhos que compreende o segundo reinado e os primeiros anos da República. Entretanto o progresso técnico tende a encrementar somente a demanda econômica, visto que a estrutura política e social da região permaneceu rigorosamente igual.

reprodução do sistema de exploração sobre a população mais pobre do campo. Villa mostra-nos duas leis republicanas cujo sentido era exatamente esse:

Lei Nº. 86 de 1895, que considerava devolutas todas as terras de uso particular desprovidas de títulos legais.

Lei Nº. 198 de 1897, que considerava devolutas as terras cujos títulos não fossem legalizados em tempo hábil, além de extinguir as aldeias indígenas.⁵⁵

Fica evidente por meio desses dispositivos legais que o acesso à terra foi negado aos pobres do campo. Os sertanejos em sua maioria não detinham os documentos legais e tão pouco possuíam recursos financeiros para regularizarem a posse. O novo regime, mais que manter intocada a questão fundiária, estimulou o crescimento dos latifúndios por meio da anexação de terras que pertenciam aos camponeses e aos indígenas.

⁵⁵ VILLA, *ibid.* p.125.

4.2. – Antônio Silvino

“No bacamarte eu achei
leis que decidem questão
que fazem melhor processo
do que qualquer escrivão
as balas eram soldados
com que eu fazia a prisão”⁵⁶.

Médico e escritor potiguar, Raul Fernandes é filho de uma família tradicional há muito radicada no Rio Grande do Norte. Ele recolheu inúmeras trovas populares, que conhecia desde os tempos de menino, e algumas delas inseriu no seu livro sobre as façanhas de Antônio Silvino e seu bando em seu estado natal. Esta é de Francisco Chagas, poeta popular, e data de 1897. Quase todas elas, originadas a partir dos relatos de pessoas que conheceram e conviveram com Silvino, sintetizam um ponto de vista que encontrava eco em muitos dos habitantes do sertão. A morosidade da justiça e principalmente a parcialidade das leis, manipuladas de acordo com os interesses dos grupos ou partidos que se encontravam no poder, não raramente conduziam aqueles que por alguma razão sentiam-se vítimas de toda sorte de injustiças, a exercer a correção imediata de qualquer falta por meio do uso das armas.

Com Antônio Silvino não foi diferente. Ele foi um dos mais notáveis bandidos do nordeste brasileiro e o primeiro cuja fama extrapolou os limites dessa região. *Silvino reinou nos sertões por dezoito anos*⁵⁷.

Nasceu em dois de novembro de 1875 com o nome de Manoel Batista de Moraes, na cidade de Afogados da Ingazeira, interior de Pernambuco. Desde criança recebeu o apelido de Né Batista. Seu pai, Pedro Batista de Almeida, era conhecido como Batistão, e sua mãe chamava-se Balbina de Moraes.

⁵⁶ Raul FERNANDES: *Antonio Silvino no RN*, 1990, p.42

⁵⁷ QUEIRÓZ, *ibid.*, p.81.

A família Batista gozava de certo prestígio na cidade de Afogados e arredores em função de ser proprietária de algumas terras. Portanto, Silvino não integrava a categoria dos desfavorecidos e marginalizados que compunham a maioria da população numa área pobre, castigada pela inconstância das chuvas e bastante isolada dos grandes centros urbanos. Além disso, havia certo tempo que os Batista estavam envolvidos em disputas de parentelas naquela região. Os Moraes, família de dona Balbina, mãe de Silvino, tinham profunda ligação com as parentelas dos Feitosas e dos Brilhantes. Estes últimos *tiveram dois chefes de bandos muito conhecidos na região do Teixeira e do Pajeú das Flores: José e Jesuíno Brilhante*⁵⁸. Seu pai, o Batistão, que era ligado aos Cavalcanti Ayres, havia adquirido fama de valente em virtude dessas querelas (assassinara um pistoleiro contratado para matá-lo) e possuía muitos desafetos. Todas essas famílias estiveram sempre envolvidas em disputas seculares que remontam aos primórdios da ocupação dos sertões do vale do Cariri, da Paraíba e de Pernambuco. Suas lutas tornaram-se célebres no Nordeste.

Raul Fernandes assinala, sobre episódio referente a Batistão, que *com o passar do tempo, muda a política e o coronel Luiz Antônio, estando de cima, mandou o seu irmão, o delegado, prendê-lo reunindo capangas e soldados*⁵⁹. Essas alterações, protagonizadas pelos dois maiores partidos da época, marcavam a tônica das disputas políticas no período monárquico e desencadeavam uma série de retaliações aos grupos de parentelas rivais que se estenderam por boa parte do Brasil republicano, depois de 1889. Conforme Maria Isaura Queiroz:

Após 1822, os Dantas e os Cavalcanti Ayres aderiram ao partido Liberal. A partir de 30, outro clã se fortaleceu na região: os Carvalho Nóbrega e os Baptista ligados ao partido Conservador. Estes suportaram por quase vinte anos a preponderância dos primeiros. Mas em 1848 subiu ao poder o partido Conservador e a agressividade das famílias se acirrou. Com medo, os Dantas e os Ayres chamaram os irmãos Guabiraba (eram quatro), célebres bandidos dos sertões de Pernambuco. Cirino, um dos irmãos,

⁵⁸ *Ibid.*, p.73. Para maior aprofundamento ver: Raimundo NONATO: *Jesuíno Brilhante: o cangaceiro romântico (1844-1879)*, Rio, Pongueti, 1974.

⁵⁹ FERNANDES, Raul. p.41.

foi emboscado e morto pelo delegado Liberato Carvalho Nóbrega. Iniciou-se então uma seqüência de retaliações. Delfino Baptista foi esquartejado pelos Guabiraba. Tempos depois, em 1875, o coronel Ildfonso Ayres foi morto por João do Bonfim a mando de Liberato. Dez anos depois, o filho de Ildfonso, Antônio Silvino Ayres, assassinou João e sua família. Tornou-se cangaceiro e formou um bando. Seu braço direito era um amigo, Batistão.⁶⁰

Não há registros precisos sobre a infância e a adolescência de Manoel Batista, no entanto é fato que cresceu dentro do ambiente típico do sertão nordestino e desde cedo tenha se familiarizado com as desigualdades sociais, a miséria e a rudeza da vida sertaneja ante as adversidades impostas pelas injustiças de uma sociedade profundamente marcada pela onipresença do latifúndio. É certo também que se habituou precocemente às disputas entre famílias rivais numa região onde a luta pela terra constituía uma herança longínqua e os atentados, emboscadas e assassinatos, sucedidos pela respectiva retaliação, compunham um ciclo infundável. Assim, pode-se entender com mais precisão o fato de Batistão, seu pai, ter feito inimigos perigosos.

Manoel tinha outros três irmãos e, provavelmente, uma quantidade considerável de primos. Uma parentela tão vasta que seria improvável não supormos que passou a compreender com nitidez cada vez maior, à medida que ingressava na adolescência, os valores arraigados da sociedade sertaneja calcados na idéia de justiça imediata e vingança privada. O código de ética do sertão, paralelo ao conjunto das leis institucionais do Estado que pouco tinha valor ou fazia sentido para uma sociedade habituada ao poder local dos coronéis, lhe foi apresentado durante os anos de convívio familiar, e o episódio que marca o início de sua carreira de crimes comprova a eficácia do aprendizado.

A entrada de Manoel na vida de proscrito aconteceu no início de 1897. No ano anterior, Batistão freqüentava o bando de Silvino Ayres e as disputas entre os Cavalcanti

⁶⁰ QUEIRÓZ, *ibid.*, pp.52-53.

Ayres e os Carvalho Nóbrega estavam longe de acabar. O coronel Luiz Antônio Carvalho Nóbrega havia nomeado Francisco Braz e Desidério Ramos como delegado e subdelegado, respectivamente, do município de Afogados. Os Ramos eram protegidos do coronel e este queria a prisão imediata de Batistão. Desidério e seu primo José Ramos da Silva foram executar a ordem, mas Batistão resistiu e foi liquidado a tiros⁶¹.

Como era de se esperar, os Ramos foram processados pela família Batista, mas contando com o apoio da conjuntura política e a cumplicidade do coronel Luiz Antonio, receberam absolvição do tribunal do júri e aproveitaram para fugir, escapando de um segundo julgamento.

Né Batista não se conformou. Ao ímpeto natural da vingança preconizada pelo código de ética do sertão, somava-se a completa descrença no sistema judiciário. Não há dúvida que a certeza da impunidade dos assassinos de seu pai configurava a motivação moral que precipitou Manoel Batista na carreira de proscrito. Assim, *aos vinte e um anos pegou em armas e em poucos dias matou Manoel Ramos Cabaceira, sobrinho do assassino, e João Rosa, que o acompanhava*⁶².

O delegado Francisco Braz iniciou então uma tenaz perseguição a Né Batista. Em poucos dias ambos se encontraram e travaram uma luta de faca que terminou com morte de Braz. Após esse crime Né Batista e seu irmão, Zeferino, juntaram-se ao bando de Luiz Mansidão, negro descendente de escravos que comandava um pequeno bando de cangaceiros. Pouco tempo depois, esse bando uniu-se ao grupo de Silvino Ayres. Como já havia vingado a

⁶¹ De acordo com Maria Isaura de Queiroz, o assassino de Batistão teria sido José Ramos da Silva. Já Raul Fernandes aponta Desidério Ramos como o autor dos disparos.

⁶² QUEIRÓZ, *ibid.*, p.73.

morte de seu pai, Silvino Ayres abandonou a vida no cangaço e passou a liderança para Mansidão. Transcorrido pouco mais de um mês, Mansidão foi morto numa briga. No final de 1897, Né Batista assumiu a testa do bando e adotou o nome Antônio Silvino em homenagem a Silvino Ayres que, além de grande amigo de seu pai, era também seu padrinho.

Quase todos os casos que se referem à entrada de alguém na carreira de bandido apresentam a mesma motivação: a vingança privada em nome da reparação de uma injustiça. Não foi diferente, anos depois, com o mais conhecido dos cangaceiros brasileiros. Lampião viu seu pai, um homem pacífico e trabalhador, ser morto pela polícia dentro de sua casa e não tardou para que ele, *Antônio e Levino (seus irmãos) passassem rapidamente à categoria de bandidos profissionais*⁶³. A ascensão de Né Batista dentro do grupo também seguiu o mesmo padrão. Destacado pela bravura e por um reconhecido censo de justiça que encontrava legitimidade aos olhos da sociedade local, ele foi subindo de posto rapidamente na hierarquia do bando.

Segundo Gustavo Barroso, *Antônio Silvino nunca tomou parte em conluíus políticos*⁶⁴, mas tornava-se cada vez mais influente à medida que cresciam suas façanhas. Possivelmente Silvino jamais teve uma perspectiva política ampliada sobre os problemas sociais que assolavam o sertão e sua gente pobre e talvez seja a isso que Barroso se refira em sua afirmação. Senão, a frase deve ser relativizada. De acordo com Maria Isaura, *notadamente Silvino tornou-se um homem influente, temido e respeitado que, por isso, conseguia o apoio de várias famílias e de coronéis que o acoitavam*⁶⁵. A ação dos coiteiros era fundamental para a sobrevivência dos bandos de cangaceiros, sobretudo para as lideranças cujas façanhas

⁶³ CHANDLER, Billy J: *Lampião, rei dos cangaceiros*, p.49.

⁶⁴ Gustavo BARROSO: *Heróis e bandidos*.

⁶⁵ QUEIROZ, *ibid.*, p.77.

ganhavam proeminência e, evidentemente, atraía muito mais a atenção das autoridades policiais. Não há dúvida que ganhar o apoio de famílias importantes e o acobertamento de coronéis requeria suficiente habilidade política e plena consciência sobre as questões relativas às disputas familiares no âmbito local. Além disso, num ato de clara rebeldia política, proclamou-se “governador do sertão”, negando a autoridade do governo de Recife.

Silvino apresentava-se como guardião dos bons costumes e da autoridade masculina, *exigia dinheiro e alimentos dos fazendeiros, assaltava povoados, atacava inimigos e dava combate à polícia*⁶⁶. Os botins de suas ações supriam as necessidades imediatas, como era praxe entre os bandos devido à constante necessidade de deslocamento, e frequentemente distribuía parte do que arrecadava junto à população mais pobre. Sua notoriedade crescia em função das fugas espetaculares que empreendia aos cercos da polícia e também pelo zelo que mantinha a sua própria imagem. Vaidoso, amava os perfumes, anéis de ouro e jóias. Usava cabelos bem aparados e fixados com brilhantina. Tinha cuidado especial com todas as suas armas, exibindo-as sempre muito limpas, polidas e reluzentes. Dispensava o uso de cavalos e vagava sempre a pé, compondo bandos que raramente ultrapassavam dez homens.

Os feitos de Antônio Silvino rapidamente repercutiram em todo semi-árido nordestino e suas ações se cristalizavam na interpretação popular como o bandido cruel e impiedoso com quem merecia; justo e cordial com os menos favorecidos. A imagem de bandido cavalheiresco, educado, fino e elegante o imortalizou no imaginário popular, pois *respeitava e fazia justiça aos que mereciam e poucos eram os rapazes dos sertões que não conheciam as façanhas de Antônio Silvino*⁶⁷.

⁶⁶ FERNANDES, *ibid.*, p. 42.

⁶⁷ CHANDLER, *ibid.*, p. 29.

A partir de 1901, Silvino converteu-se no maior obstáculo ao processo de modernização implantado pelo regime republicano no interior dos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, sua área de mobilidade. Por anos perseguiu trabalhadores e engenheiros de empresas estrangeiras encarregadas da construção das ferrovias e das vias de comunicação. Interceptava agentes dos correios e queimava as correspondências, parava os trens, exigindo pedágio e cortava os fios telegráficos. Tornou-se cada vez mais audacioso e confiante e na mesma medida que aumentava sua fama por todo o Nordeste, crescia também o desejo e o empenho das autoridades para capturá-lo.

Começou a se cansar da vida nômade, pois aos trinta e sete anos as exigências físicas do cangaço se tornavam um fardo crescente. Em 1912, casou-se com Juventina Maria da Conceição, chamada de Tita. Pretendia, desde algum tempo, retirar-se para o Rio Grande do Norte onde viveria tranquilamente como criador de gado, mas as volantes o obrigavam a fugir. No final desse ano, um esforço das polícias dos estados freqüentados por Silvino criou uma força interestadual com o propósito de por fim, definitivamente, à sua carreira. Como resposta, em janeiro de 1913, assim mandou telegrafar ao governador da Paraíba:

Doutor Castro Pinto, governador bandido. Não precisava reunir quatro estados para me perseguir, pois garanto-lhe que não saio de dois. Doutor Massa (chefe da polícia) toda perseguição que me fizer eu me vingo em sua família.⁶⁸

O tom furioso do recado atesta que a intenção de abandonar o cangaço era realmente algo que Silvino desejava muito. Esse é um traço comum dentro do banditismo social. Ao se rebelarem contra uma ordem estabelecida – e injusta sob sua perspectiva – os indivíduos tornam-se fora-da-lei justamente para recompor, ao seu modo, um mundo ideal. Por isso não se entendem como proscritos. Não aceitam serem submetidos a uma legislação que não os

⁶⁸ BARROSO, *ibid.*, p.36.

favorece e tão pouco protege seus iguais e são vistos por grande parte da sociedade como justiceiros ou vingadores. Cumprido tempo que julgaram necessário para tal objetivo, desejam retornar à condição de cidadão comum.

Poucos dias depois de completar trinta e nove anos, Silvino foi cercado pela polícia em Lagoa da Lage, após ser delatado por um conhecido. Evidentemente a polícia obtinha informações de procurados da lei mediante tortura praticada das mais variadas formas, e não é exagero afirmarmos que a conduta violenta de policiais e bandidos em quase nada diferiam. Ferido com um tiro, Silvino conseguiu se esconder dentro de uma casa próxima à fazenda onde se encontrava. O alferes Teóphanes Torres recebeu dele uma mensagem de rendição, contudo acreditou tratar-se de uma emboscada. A polícia cercou a casa, mas temia qualquer retaliação. O impasse durou três dias e finalmente, muito ferido e quase desfalecido, Silvino foi preso, em trinta de novembro de 1914, sendo rapidamente transferido para Recife.

A notícia de sua captura repercutiu imediatamente, não somente nos jornais nordestinos, que já noticiavam suas façanhas há algum tempo, mas também na imprensa das grandes cidades do sudeste. Em São Paulo, o jornal *O Estado de São Paulo*, publicou matérias quase diárias sobre Silvino, durante cerca de duas semanas. No dia dois de dezembro:

Notícias sobre a prisão de Antônio Silvino – Recife, 1- A expedição que foi hoje buscar Antônio Silvino chegou pela madrugada a Caruaru, de onde partiu nas primeiras horas da manhã para Taquaritinga. O “Diário” (Diário de Pernambuco), na sua edição da tarde, publica o seguinte telegrama, que lhe foi hoje enviado pelo correspondente de Taquaritinga:

Adiantei-me a comitiva, encontrando no pé da serra o alferes Teóphanes Torres e o destacamento conduzindo Antônio Silvino. O bandido vinha montado num burro e amparado por duas praças. Gemia muito, mas vinha calmo e resignado. Contou que, recebendo a primeira bala, caiu com uma syncope, sendo despojado do dinheiro que possuía pelos seus companheiros, que o abandonaram. Foi então preso.⁶⁹

⁶⁹ *O Estado de São Paulo*, 02/12/1914.

De fato a preocupação das autoridades estaduais com a prisão de Silvino foi tão grande quanto o ímpeto em condená-lo rapidamente. Por isso a transferência imediata para a capital, mesmo encontrando-se em precárias condições de saúde. Não há dúvidas que sentia as dores dos ferimentos, agravadas pelo desconforto de permanecer sentado por boa parte de uma viagem que durou dois dias. Nota-se também que os laços de respeito, fidelidade e hierarquia tinham suas limitações. Não raramente os componentes dos bandos de cangaceiros e também das guarnições policiais, empreendiam rápida fuga diante de uma situação claramente desvantajosa durante os combates. Além disso, na eminência da morte – e foi isso, como se verá adiante, o que os companheiros de Silvino presumiram - retiraram-lhe os valores que portava motivados pela dupla intenção de usar o dinheiro para si próprios e não deixar nada para a polícia. José Raimundo, o Compadre e Luiz Martins, o Zé Balaio, companheiros de Silvino, continuaram a roubar após a prisão do chefe.

Nos dias subseqüentes, O Estado de São Paulo passou a publicar matérias contando as façanhas do célebre bandido. Em cinco de dezembro, surgiu uma reportagem informando:

Como Silvino narra sua prisão – Recife, 4 – [...] Depois da refeição, eu e o meu grupo estávamos descansando, sem que pressentíssemos coisa alguma. De repente ouvi um tiro, dado atrás de mim, que foi seguido de outros [...]. Foi então que tomei do meu rifle e iniciei o combate. Corri a arma três vezes, disparando trinta tiros. Quando dava o último tiro, senti-me ferido. A vista turvou-se-me, e esmoreci. [...] Caído de costas, apenas pude ver um companheiro meu aproximar-se e dizer: - Manoel, lembra-te do nome de Jesús. [...] quando dei acordo de mim, não encontrei, nos meus dedos, os anéis de ouro.⁷⁰

E, cinco dias depois o mesmo jornal trazia, em sua terceira página, uma grande foto de Silvino sobre a qual o título *Um Bandido Célebre* aparecia em letras destacadas. Abaixo da foto, o texto em duas colunas informando sobre:

[...] o terrível facínora que durante annos seguidos foi o terror dos sertões de Pernambuco e da Parahyba [...]. A sua compleição physica é formidável pela robustez que apresenta. A altura é normal, mas os músculos tem a rigidez de um atleta, destendem-se com a agilidade de um homem que, como elle, levava uma vida campeadora, em permanente contato com a natureza. [...]. As orelhas curtas e pequenas e o nariz recto e arrebicado. Os olhos vivos e redondos tem uma estranha mobilidade e parecem

⁷⁰ *Ibid.*, 05/12/1914.

habituaados a longas vigílias que não extenuam nem prostram o corpo forte. O bigode negro e basto cae sobre a bocca que elle trazia contrahida numa expressão de desprezo, de quem não perdeu ainda o hábito de commando e a superioridade de chefe. [...] Preso, continua taciturno.⁷¹

Silvino encontrava-se preso na Detenção de Recife e, como se vê, notadamente recuperado dos ferimentos. A descrição detalhada do corpo e do rosto tende a associá-lo com a vida de bandido, típica dos cangaceiros, aproximando assim o leitor da região sudeste, sobretudo no ambiente urbano, de uma realidade que para ele era muito distante. A prática em utilizar certas características físicas como o tamanho das orelhas, o formato dos olhos e a circunferência da caixa craniana, por exemplo, para traçar o perfil psicológico de criminosos e assim esclarecer as motivações e sua “tendência inata” para o mal, foi muito comum no Brasil nas primeiras décadas do século XX. O positivismo, ideologia que dominou o pensamento de grande parte da intelectualidade republicana, considerava a miscigenação étnica o principal fator da degeneração individual e da degradação social. No campo da medicina legal, Raymundo Nina Rodrigues⁷², médico maranhense radicado em Salvador, foi o principal expoente dessa corrente ideológica.

Dias depois, o jornal, em tom irônico e com notável exagero, dizia que:

[...] O facínora, que está no salão da enfermaria, conversa animadamente, mostra-se bem disposto e passeia [...]. Silvino alimenta-se o melhor possível. Toma leite, pede chocolate, vinho do Porto, ovos quentes, bolinhos, uvas, papas, galinha assada, canja, bolachinhas e chá. Passa uma vida de Lord.⁷³

Revelando, ainda na mesma matéria, que após conversa reservada com o enfermeiro da cadeia, João Osório Barreto de Gusmão, Silvino propunha:

[...] lhe dar 500\$000 em troca de uma dose de strichinina. [...] Não quero viver. Sonhei que seria internado num quarto escuro, onde me fariam confessar o que andam dizendo de mim por ahí. Sei que vou passar tudo isso. [...]. Sendo novamente aconselhado pelo enfermeiro, Silvino exclamou: - Bem, o sr., pega a strichinina, não é? Pois fiquem sabendo que desta bocca não sahirá uma palavra! Não quero saber de interrogatórios. Sou innocente!.⁷⁴

⁷¹ *Ibid.*, 10/12/1914.

⁷² Ver duas obras desse autor: *O animismo fetichista dos negros bahianos* e *As collectividades anormaes*, que constituem estudos de caso interpretados sob essa ótica.

⁷³ *O Estado de São Paulo*, 17/12/1914.

⁷⁴ IDEM.

Conforme argumentamos anteriormente, Silvino alegava inocência e recusava-se em tomar a responsabilidade por todos os delitos dos quais era acusado pela justiça. Também temia os interrogatórios, possivelmente por medo de ser submetido a torturas que lhe fizessem confessar qualquer coisa.

No dia vinte, publicou-se parte de uma entrevista concedida no dia anterior:

Uma entrevista com Antônio Silvino – Recife, 19 – Um jornalista foi hoje a enfermaria da cadeia onde entrevistou Antônio Silvino. O bandido declarou que nunca esteve em Recife. Em Taquaritinga também não. Também não entrou em Triumpho como se deu. Ahi foi apenas conhecido por ter passado perto da feira, seguido de dois companheiros.

- Qual foi o fogo mais perigoso que você sustentou?

- Foram tantos que nem sei a conta.

Na cidade de Bonito, estado de Pernambuco, declarou que tendo ido comprar um par de esporas na loja, foi um dia atacado por alguns homens, que se haviam escondido debaixo do balcão. Quebraram-lhe a hombreira do rifle ficando Silvino com a mão retalhada. Mesmo com arma em mau estado, sustentou o combate com os inimigos, que eram valentes. Disse que andou com “Tempestade”, Manuel Antônio, João Codé e outros facínoras. Gostava de jogar no bicho.

Certa ocasião ganhou muito dinheiro no pavão. Com esse dinheiro, socorreu vários pobres.

Não podia ver os necessitados sem lhes prestar auxílio. Uma vez, entrou num engenho, onde encontrou muitas pessoas implorando caridade. Como tinha tres contos no bolso, dispendeu dois contos, repartindo entre todos, que ficaram satisfeitos.⁷⁵

Silvino confronta com veemência a versão das acusações que lhe pesam, dizendo que nunca esteve em determinados lugares. Ao mesmo tempo, não esconde o desapego ao dinheiro e o hábito – que o ajudou a forjar a imagem romantizada de bandido cavalheiresco - de ajudar aos necessitados. Acreditamos que essa postura está vinculada muito mais ao senso de justiça social e a descrença no sistema jurídico do Estado, que numa tentativa desesperada em evidenciar atos de benevolência, visando uma suposta atenuação da pena.

Essa entrevista é algo raro. Foram poucas as vezes que Silvino concordou em concedê-las na cadeia. Numa delas declarou que *a maior parte dos crimes que me são atribuídos não foi eu quem cometeu, foi a polícia*⁷⁶.

⁷⁵ *Ibid.*, 20/12/1914.

⁷⁶ QUEIRÓZ, *ibid.*, p.80.

Passado quase um mês de sua prisão, as coberturas jornalísticas sobre Silvino na grande imprensa da região sudeste começaram a escassear e, em pouco tempo, desapareceram. Contudo, não podemos deixar de reconhecer que a repercussão de sua captura e os desdobramentos subsequentes atingiram relevante alcance, despertando interesse por parte dos grandes jornais. Não há dúvidas que isso constitui um parâmetro concreto que permite atribuir a Silvino o qualificativo de bandido célebre, cuja atividade duradoura, muito trabalho exigiu das autoridades locais nos estados por onde transitou.

Silvino permaneceu dois anos na detenção até o primeiro julgamento, ocorrido em setembro de 1916, que o sentenciou a trinta anos. Foi absolvido no segundo julgamento, mas pegou mais nove anos e alguns meses no terceiro. Foram marcados outros nove julgamentos, porém estes jamais aconteceram. Deveria cumprir então perto de quarenta anos de reclusão. Pouco antes do golpe que instalaria o Estado Novo, em 1937, o presidente Getúlio Vargas comutou a pena e concedeu um indulto a Silvino. Ao todo, passou vinte e três anos na prisão. Libertado e contando sessenta e dois anos de idade, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro. Foi empregado como funcionário público – cargo solicitado pessoalmente por Vargas – mas não se adaptou nem ao trabalho nem à vida na capital.

Um ano depois, logo após a morte de Lampião, Silvino foi procurado pelo jornal *A Noite*, no Rio. Questionado, respondeu:

- Não me causou admiração, porque a vida é incerta, mas a morte é certa. Não me interessam mais esses assuntos de cangaço, pois sou um homem regenerado. Só quero agora, descanso na minha velhice.
- Mas estará resolvido o problema do banditismo? Insiste o repórter.
- Isso não acaba assim. O rifle não conserta nada. Teremos outros Lampiões. É de justiça que o sertão precisa.⁷⁷

⁷⁷ FERNANDES, *ibid.*, p.164.

Mesmo os anos que passou na prisão não dissuadiram sua convicção sobre a pouca legitimidade do aparato jurídico. Para ele, a justiça – a mesma que deixou impune os assassinos de seu pai e que depois o condenara - manipulada de acordo com os interesses dos poderosos, não respondia às necessidades da maioria dos sertanejos.

Quis voltar para o Nordeste e, a partir de 1942, perambulou pelos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, sempre morando em casas de parentes. Idoso e doente passou os últimos meses na cidade de Campina Grande, na casa de uma prima. Silvino morreu no dia vinte e oito de julho de 1944, longe da mulher e dos seus oito filhos, que continuaram a viver no Rio de Janeiro. Somente em 1955, Tita voltou para Pernambuco.

Parece inegável que as ações de Silvino serviram como estímulo para o aparecimento de novas lideranças e bandos que se pautavam por seu exemplo. Numa sociedade bastante ciente da aplicação arbitrária das leis e habituada a conviver com o silêncio e as injustiças decorrentes do poder e da influência dos mais fortes, a atuação desses bandidos não deixava de representar, diante da população pobre, uma resposta imediata e eficiente aos abusos dos poderosos que ultrapassavam os limites da exploração e, ao mesmo tempo, um exemplo de insubmissão à ordem imposta pelo latifúndio.

O próprio Lampião certamente teve Silvino como modelo, pois nasceu e cresceu numa região frequentemente visitada por ele e, inevitavelmente, soube detalhes sobre as peripécias desse bandido excepcional. Quando Silvino foi capturado, em 1914, o futuro rei dos cangaceiros contava dezessete anos. Dois anos mais tarde se acirraria o conflito entre sua família e a de José Saturnino que o lançou ao bando de Sebastião Pereira, outro famoso

cangaceiro. Em 1921, a morte de seu pai pela polícia selaria seu destino como bandido, tal qual havia ocorrido com Silvino.

V - HISTÓRIA E TRAJETÓRIA: O CONTEXTO QUE PRODUZIU VILLA

5.1. – O México porfirista

O processo de ruptura política com a metrópole espanhola ganhou contornos interessantes no México. De início, os padres Hidalgo e, posteriormente Morelos, levantaram as massas camponesas e indígenas para exigirem a independência política seguida de reformas sociais urgentes que atendessem as necessidades dos pobres da terra. A elite política local, sempre temerosa, isolou o movimento e seus líderes foram trucidados pela repressão das tropas metropolitanas. Quando a independência se consumou, onze anos depois, em 1821, a oligarquia política *criolla* estava pronta para iniciar a árdua tarefa de construir a nação, dar forma ao Estado e desenvolver a economia do novo país.

Para realizar tão grandiosa obra, conservadores e liberais possuíam seus próprios projetos políticos. Os primeiros, apoiados sobre a Igreja Católica e o Exército e representando os grandes proprietários rurais, almejavam manter os privilégios adquiridos desde os tempos coloniais estabelecendo uma monarquia parlamentar centralizadora, capaz de garantir a ordem social e a unidade territorial sob o signo da Divina Providência. Os liberais, representantes da burguesia urbana intelectualizada, se opunham propondo a laicização política e social, abolição dos privilégios de acordo com o princípio democrático da igualdade jurídica e um modelo fundiário calcado na pequena propriedade que, de acordo com José Maria Luís Mora – um de seus principais ideólogos – era um meio seguro e justo para edificar o desenvolvimento da república nascente. A convergência ideológica entre ambos se dava na

esfera econômica, por meio do liberalismo; e nas questões sociais, principalmente no que se referia a exclusão das camadas pobres e a repressão das mobilizações populares, comumente entendidas como expressões da barbárie, do caos e da desordem social.

Após o efêmero reinado de Iturbide, conservadores e liberais travaram uma disputa acirrada pelo controle do poder. Os ideólogos do conservadorismo como Lucas Alamán – um dos organizadores do partido conservador – reforçavam a ideia dos perigos que representavam, para a estabilidade do país, os anseios liberais e as agitações das massas, fomentando um clima de terror e medo que somente poderia ser neutralizado por uma monarquia forte e centralizada.

Entre 1821 e 1854, os conservadores mantiveram-se nos postos mais importantes do aparato burocrático. Os liberais, por sua vez, realizavam uma ferrenha oposição acusando-os de não conseguirem resolver os problemas econômicos, as rebeliões internas e as questões fronteiriças com os Estados Unidos. Cabe lembrar que nesse período o México foi alvo da expansão territorial do vizinho do norte. Depois da derrota na guerra do Texas (1845-1848), o país perdeu cerca de metade do seu território, com a assinatura do tratado de Guadalupe-Hidalgo. Não há dúvida que isso representou um duríssimo golpe no sentimento de soberania nacional, possibilitando a reação liberal na Revolta de Ayutla.

O general conservador López de Santa Ana – que por várias vezes já havia ocupado a presidência exercendo um estilo personalista – tentou bloquear a ascensão liberal vendendo para os Estados Unidos uma parte do território na fronteira norte. Com isso pretendia angariar fundos para combater as tropas de Comonfort, militar que apoiava os liberais. Derrotado,

Santa Ana abandonou o país em 1855. A revolta de Ayutla representava assim a ascensão dos liberais, sob a presidência do general Alvarez.

Contudo, os conservadores que dominavam o Congresso impuseram sérias dificuldades e as disputas políticas entre os dois grupos continuaram acirradas.

Benito Juárez, descendente de indígenas e político do estado de Oaxaca, tornou-se a principal liderança do partido Liberal. Uma lei de sua autoria, em 1855, aboliu os foros especiais do exército e da igreja e, no ano seguinte, o ministro da Fazenda Miguel Lerdo de Tejada, expediu a determinação mais significativa acerca da intenção dos liberais em fomentar o desenvolvimento econômico do México. A Lei Lerdo, de 26 de junho de 1856, incidia diretamente sobre os bens e propriedades do clero e das terras comunais indígenas, com o objetivo de desamortizá-las. A intenção da lei, de acordo com seu artigo 26 era que:

[...] todo erário que ingresse nos cofres das corporações, por redenção de capitais, doações ou outros títulos poderá ser aplicado sobre propriedades privadas ou invertido como ações de empresas agrícolas, industriais ou mercantis.⁷⁸

Dessa forma, os liberais iniciavam o ataque sobre as instituições que para eles representavam os principais obstáculos para o desenvolvimento da economia de mercado. Embora a intenção fosse possibilitar a constituição de pequenas propriedades para estimular o consumo e a produção interna, os efeitos da lei logo se mostraram insatisfatórios e opostos. É evidente que as inversões do capital em empresas e propriedades beneficiavam a classe rica, única que tinha condições de fazê-las. Mesmo Herzog, que é um defensor do liberalismo, reconhece que *a conclusão é óbvia, no lugar de resolver o problema da propriedade da terra, as boas intenções dos legisladores estimularam a formação de grandes latifúndios*⁷⁹.

⁷⁸ Jesus SILVA HERZOG. *El agrarismo mexicano y la reforma agrária*. p.85.

⁷⁹ *Ibid.*, p.92.

No ano seguinte os liberais conseguiram aprovar o documento que parecia definitivamente consagrar a vitória de suas aspirações. A Constituição de 1857 incorporou e ratificou a Lei Lerdo, instituiu o federalismo, estabeleceu a distinção dos três poderes e separou o Estado da Igreja. Em suma, materializou o projeto político republicano e reformista dos liberais. A reação dos conservadores foi imediata e uma nova guerra civil teve início. A força política dos conservadores era contrabalançada pela ação de Juárez que acabou por reunir em torno de si as lideranças liberais. A instabilidade política e as dificuldades na aplicação da Constituição fortaleceram os conservadores e a Igreja e Juárez foi detido após um golpe de Comonfort.

Como pano de fundo, os reflexos da instabilidade política que ocorria nas altas esferas do poder do México desse período:

[...] desbarataba todos los elementos del trabajo en el país, lo desangraba sin cesar, y obligaba a las poblaciones rurales a huir de los campos [...] hasta convertirlos en profesión, el bandolerismo y el guerrillerismo.⁸⁰

Libertado pouco tempo depois, Juárez assumiu a presidência interinamente em 1959 e, dois anos mais tarde, após um triunfo político dos liberais, era declarado presidente constitucional. Os conservadores, por outro lado, embalados pela onda restauradora que passava pela Europa, lá encontraram o suporte necessário para a reação. Com apoio político e militar da França, realizaram uma intervenção que restituiu a monarquia. Entre 1863 e 1867 o México voltou às mãos conservadoras sob o reinado de Maximiliano de Habsburgo.

Benito Juárez refugiou-se em Guanajuato e estabeleceu um governo paralelo de resistência à ocupação. Paralela e paradoxalmente, o governo de Maximiliano mostrava-se

⁸⁰ Justo SIERRA. *Evolución política del pueblo mexicano*. p.214.

cada vez mais próximo das tendências liberais, assim minando a força dos conservadores. A partir de 1865, a intervenção convertia-se num empecilho para a França. A resistência dos liberais e o custo elevado para manter as tropas que garantiam a ocupação tornavam insustentável a situação. Inócuo tanto para os liberais como para os conservadores e sem o apoio militar francês, o governo imperial fragilizou-se rapidamente. Em 1866, Juárez iniciava a retomada do poder com o apoio de militares simpáticos à causa liberal. Um deles, o general Porfírio Díaz, retomava o estado de Oaxaca. No ano seguinte, o imperador foi preso em Querétaro juntamente com alguns poucos militares que o ajudavam na execução de uma fuga. Condenado à morte, Juárez negou o indulto e Maximiliano foi fuzilado.

Derrotados os conservadores, parecia agora que finalmente seria possível colocar em prática o projeto liberal. Juárez governou o país entre 1867 e 1872, mas os reflexos de décadas de instabilidade política conservavam ainda um clima de disputas. Os interesses do governo republicano esbarravam na ação dos chefes políticos locais, os caudilhos, empenhados em conservar sua influência política. Com a morte de Juárez, Sebastián Lerdo de Tejada assumiu a presidência e governou até 1876.

Uma tentativa de reeleição de Lerdo desencadeou a mobilização dos caudilhos do centro-sul. Liderados por Porfírio Díaz, tropas rebeldes entraram em confronto com o exército na chamada revolução de Tuxtepec. A vitória de Díaz, em 1877, abriu-lhe caminho para tomar o poder.

Depois de mais de cinco décadas de disputas políticas e de uma instabilidade que impediram o desenvolvimento econômico do México, pela perspectiva liberal⁸¹, o governo Díaz conseguiu reunir condições que puderam enfim, consolidar o projeto republicano e burguês de modernização do país.

Durante um período de quase trinta e quatro anos a vida política mexicana foi dominada pelo general Porfírio Díaz. O espaço de tempo é tão vasto e as transformações decorrentes de sua ação foram tão relevantes que nos referimos a esse período como *porfiriato*. Não que ele tenha exercido a presidência do país ininterruptamente (de 1880 a 1884, governo de Manuel González Flores). De fato, quando isso não ocorreu Díaz cedeu o cargo a Manuel González Flores – 1880 a 1884 – por intermédio de eleições absolutamente controladas e fraudulentas. Mas sem jamais abdicar do poder. Fora da presidência, assumiu o controle do exército como ministro.

Do ponto de vista político, o porfiriato imprimiu um elevado centralismo do poder em combinação com o personalismo conservador do general. Díaz enfraqueceu as lideranças políticas locais esvaziando o princípio do federalismo através da nomeação de interventores. Controlou com mão de ferro o aparelho eleitoral e empreendeu uma política interna – não muito eficaz - de repressão absoluta sobre as manifestações das classes pobres, especialmente os camponeses. Em resumo, uma ditadura.

⁸¹ *Ibid.* A obra de Justo Sierra constitui significativa referência do ponto de vista liberal sobre o período da disputa entre os dois grupos. Sierra foi um dos mais importantes intelectuais porfiristas. Positivista convicto, pertencente ao grupo dos científicos, ocupou o cargo de subsecretário de educação do Ministério da Justiça, em 1901. Entendia que somente a educação – pública e científica – poderia promover na sociedade mexicana a revolução mental capaz de conduzir o país na rota evolutiva do progresso. Paradoxalmente, Sierra condenava a política de submissão econômica e o autoritarismo do governo Díaz, mas reconhecia que esse era um meio eficaz de manter a ordem social interna, condição fundamental para modernizar a economia e promover o desenvolvimento material da nação.

A justificativa ideológica para legitimar o governo vinha da própria necessidade que os liberais tinham para consolidar seu projeto. Díaz cercou-se de intelectuais positivistas que não se importavam em trocar a democracia e a rotatividade do poder pela estabilidade e segurança interna que o regime do porfiriato oferecia. Um ambiente de paz política caracterizado pela hierarquização da sociedade e pela sensação de disciplina interna configurava as condições ideais para o desenvolvimento da economia de livre mercado. Para a burguesia liberal e os grandes proprietários que apoiaram a ditadura de Díaz, qualquer atitude do governo no sentido de combater a “anarquia” e a “barbárie” oriundas das agitações sociais dos de baixo e, paralelamente, impedir o fortalecimento dos conservadores era bem-vinda. Dessa forma, o ideal positivista cumpria uma importante função política, conforme aponta Zea:

[...] La burguesía se encontraba con el problema de tener que invalidar una filosofía que le había servido para alcanzar el poder, pero que ahora hacía inestable el poder alcanzado. Para invalidar una filosofía revolucionaria era menester una filosofía contrarrevolucionaria, de orden. Pero esto había de hacerse sin caer en el antiguo orden. Revolución y antiguo orden eran los mayores peligros para la burguesía[...]. ¿Qué tipo de filosofía tenía que ser ésta? Esta filosofía fue la que realizó Augusto Comte.⁸²

Sob a perspectiva econômica, o México foi definitivamente incorporado ao sistema capitalista mundial como uma economia dependente baseada, sobretudo, na produção e exportação de gêneros agrícolas e de minérios e metais preciosos. A política econômica do porfiriato abriu o país aos investimentos estrangeiros de maneira desenfreada. Em pouco tempo, pela proximidade geográfica, a economia mexicana estava fortemente vinculada aos Estados Unidos. De acordo com Zavalla, *as inversões começaram em 1880. Em 1902, os norte-americanos haviam invertido cerca de 500 milhões de dólares. Em 1909, esse montante já era de mais de um milhão*⁸³.

⁸² Leopoldo ZEA: *El positivismo en México: nacimiento, apogeo y decadencia*. p. 40-41.

⁸³ Silvio ZAVALA: *Apuntes de historia nacional 1808-1974*. p.126.

A expansão econômica simbolizava, para a elite liberal, o renascimento do México, um novo país agora completamente inserido na dinâmica do capitalismo e pronto para realizar seu desenvolvimento material. Não há dúvida que essa realidade exigia a criação de uma infra-estrutura capaz de atender às novas demandas e uma das principais marcas do porfiriato foi a implementação de um sistema de transportes e comunicações que efetivasse a integração de todas as áreas. O símbolo dessa integração foi a espantosa ampliação da malha ferroviária. Até antes desse período, os trilhos não ultrapassavam a extensão de quinhentos quilômetros e a estrada de ferro mais importante, inaugurada no governo Lerdo, ligava a capital ao porto de Veracruz.

A construção de novas ferrovias e a criação dos *Ferrocarriles* Nacional e Central estenderam por todo o país vias e ramais indispensáveis para a circulação das mercadorias nacionais. O longínquo e desértico norte foi definitivamente incorporado ao território nacional e passou a desempenhar um papel considerável na economia. A atividade extrativa que havia conhecido um período de prosperidade colonial, mas em decadência durante quase todo o século XIX, ganhou nova dinâmica. Com os trens, o norte do México se converteu numa região estratégica que ligava a capital e a produção do centro-sul do país ao mercado norte-americano.

Outrora esquecida, a região norte agora atraía os interesses de empresas estrangeiras ávidas por investir no setor da mineração e de grandes pecuaristas norte-americanos desejosos em utilizar suas vastas extensões planas. Segundo dados de Villegas, algumas das mais sólidas inversões norte-americanas se fizeram em:

Sonora [...]. La Creston Colorado Gold Mining Co. tenía minas cuyo valor em dólares era de más de dos millones. [...] en Cananea, la Greene Copper Co. poseía minas de cobre y dos trenes con valor total de 7.500.000 dls. [...] En el Parral, Chihuahua, la Hidalgo Mining Co. cuyo presidente era J. H. Wilson,

poseía 18 minas con capital estimado en 666 mil. [...] Pero radicaba en Chihuahua la más cuantiosa inversión minera, la Batopilas Mining Co., que se elevaba a 12 millones.⁸⁴

A crescente corrida estrangeira e a expansão das ferrovias promoveram a valorização das terras mexicanas, especialmente no norte. A mineração se expandiu para a extração de ouro, prata, cobre, estanho e carvão. No centro-sul, os camponeses das lavouras tradicionais perdiam espaço para os cultivos em larga escala, destinados ao mercado externo, e sofriam com a imposição de um novo regime de trabalho e com novas regras nas relações de produção.

No norte a valorização das terras significou um péssimo negócio para os camponeses e para os pequenos rancheiros. Isso porque a situação levava o governo a implantar uma política agrária capaz de atender as necessidades do sistema. A intervenção estatal na questão fundiária representou um dos aspectos mais nefastos para as camadas pobres. Procurando ampliar a construção de novos ramais ferroviários e aumentar o tamanho das áreas agricultáveis e dos pastos para que pudessem ser adquiridos pelas empresas ou por quem pudesse comprá-las, o governo avançou sobre as terras públicas por meio da criação companhias de agrimensura cujos objetivos eram medir, dividir e avaliar os terrenos baldios. Eram as companhias deslindadoras.

A partir de 1881 as companhias deslindadoras, subsidiadas pelo Estado, expropriaram milhares de hectares de terras comunais para a obtenção de terrenos agricultáveis e para a passagem dos trilhos, agravando ainda mais a problemática da terra em nome da integração territorial e da proximidade comercial com o vizinho do norte. Entre 1881 e 1888 a extensão de terras deslindadas chegou próxima de 32.300.000 hectares e as companhias deslindadoras

⁸⁴ Daniel COSIO VILLEGAS: *Historia moderna de México: el porfiriato, vida económica*. p.1091-92.

abocanhavam um terço delas. A outra parte era vendida a outros poucos beneficiados. O efeito foi devastador. Segundo Zavala *la acción de las compañías produjo una concentración de la propiedad rural y afectó principalmente los propietarios antiguos que por su debilidad o escasez de recursos no podían seguir los litigios*.⁸⁵

Em março de 1894, uma nova abolia o limite máximo de terras que podia ficar nas maos das deslindadoras. O sistema de medição empregado se baseava em triangulações trigonométricas fixadas a partir dos meridianos. Como era muito abrangente, as demarcações comumente invadiam pequenas propriedades privadas e terras comunais. As comunidades indígenas e os pequenos proprietários, em sua maioria pobres e sem recursos, não conseguiam comprovar a posse nem tinham condições para tentar regularizar as escrituras. Por volta de 1889, *los dueños de esas deslindadoras no sobrepasaban las 29 personas, todas ellas muy ricas, influyentes y ligadas a los medios oficiales del porfiriato*⁸⁶.

O resultado se mostrou catastrófico para as camadas inferiores e as terras deslindadas foram arrebatadas a preços modestos por parte dos grandes proprietários rurais. Durante o porfiriato a elevação da concentração fundiária sob controle de uma pequena elite foi assustadora, revelando o absoluto fracasso dos projetos de colonização e distribuição de terras aos pequenos proprietários. O crescimento dos latifúndios foi mais acentuado nos estados do norte mexicano, região em se concentraram as ações das deslindadoras. Eis alguns exemplos com base em dados de Cosío Villegas:

Ignacio Ocampo y Jesus Valenzuela adquirieron más de 4.000.000 de hectáreas cada uno en el estado de Chihuahua, y otros, sin alcanzar a esos extremos, sobrepasaron con mucho los límites marcados pela ley.”⁸⁷

“[...] las fincas más extensas eran ganaderas: en Durango, la de Ladislao Negrete López tenía 83.700 hectáreas y la de Pablo Martínez del Río 418.193.”⁸⁸

⁸⁵ ZAVALA, *ibid.*, p.131

⁸⁶ CHONCHOL, *ibid.*, p. 187.

⁸⁷ COSIO VILLEGAS. *Historia moderna de México: el porfiriato, vida social*, p.188.

⁸⁸ *Ibid.*, p.214.

“Luis Terrazas es el arquétipo legendario del hacendado porfiriano; algunos han calculado en 2.679.954 hectáreas la enorme extensión de sus haciendas [e que por isso] hicieron decir a éste, según su cochero, que él no era de Chihuahua, sino Chihuahua de él.”⁸⁹

Terrazas foi o maior latifundiário do estado de Chihuahua e, juntamente com seu cunhado Enrique Creel, estabeleceu uma dominação absoluta sobre milhares de agregados e trabalhadores de suas quinze fazendas. Fizemos questão de citar Negrete López que, embora possuísse quantidade modesta se comparada com as outras, pertencia ao clã em cujas terras vivia e trabalhava a família de Pancho Villa.

A partir de 1880, Díaz afastou da vida política o clã dos Terrazas – assim também o fez com os Madero, de Coahuila e com os Maytorena, de Sonora – por representarem forças centrífugas que poderiam atuar numa perigosa ameaça ao seu centralismo. Contudo, conservaram o poder econômico que permitia perpetuar a exploração sobre os camponeses. Anos mais tarde, durante a revolução, as propriedades do clã Terrazas-Creel seriam confiscadas e expropriadas por Pancho Villa.

No âmbito das cidades, a industrialização era feita nos mesmos moldes que vinham ocorrendo no campo, com o governo outorgando concessões que possibilitavam aos grupos estrangeiros realizarem as inversões de capitais. Contudo, o desenvolvimento da estrutura industrial foi mais modesto e o país continuou apresentando uma economia predominantemente agrícola. Os setores têxtil e alimentício e a siderurgia tiveram os maiores progressos, delineando a formação de futuros pólos industriais importantes como Monterrey, Puebla e Toluca, além é claro, da capital federal. As reivindicações operárias, ainda que incipientes, se apoiavam no Partido Liberal Mexicano fundado pelos irmãos Flores Magón⁹⁰,

⁸⁹ *Ibid.*, p.215.

⁹⁰ Para aprofundamento ver: Salvador HERNANDEZ PADILHA: *Magonismo: historia de una pasión libertaria, 1900-1922.*

de forte influência anarquista. Posteriormente os sindicatos operários se agruparam em torno da Casa del Obrero Mundial (C.O.M.).

Nos parece que para os liberais que dirigiam a política porfirista, o fracasso da questão agrária e o crescimento do latifúndio representavam uma anomalia do sistema político e econômico em franco progresso. Não faltaram teóricos positivistas que, para justificar a escassez de mão-de-obra provocada pela emigração de contingentes camponeses ante o avanço do latifúndio, evocavam a indolência, a mestiçagem o alcoolismo e a vadiagem do povo. O remédio era a imigração e Mateo Castellanos sentenciava que o México seria *un país más rico, fuerte y respectable si en el lugar de 11 millones de indigenas tuviese 11 millones de extranjeros europeos e estadunidenses*⁹¹. A problemática da terra seria resolvida posteriormente uma vez que a paz porfirista vinha obtendo resultados positivos no processo de modernização do país.

Do ponto vista social, o progresso material resultante da inserção do México no capitalismo monopolista foi muito vantajoso para os grupos internacionais e para os grandes proprietários e relativamente positivo para a burguesia urbana representada por setores da classe média. Na totalidade do conjunto social, o porfiriato produziu um brutal aprofundamento da desigualdade.

Por baixo da aura do progresso e da falsa sensação de segurança, as camadas pobres compostas por camponeses e indígenas sofriam o acirramento da exploração. Nas fazendas as relações de trabalho e a hierarquia social⁹² combinadas com a política agrária de concentração

⁹¹ COSIO VILLEGAS, *ibid.*, p.151.

⁹² CHONCHOL, *ibid.*, p.188. Descreve a composição das ocupações de trabalho nas fazendas do norte nesse período. Abaixo do proprietário e sua família estavam o administrador, o intendente e o escrevente. Depois

de terras e avanço do latifúndio criavam condições de sublevações freqüentes⁹³ que, embora não tivessem sua origem no porfiriato, nele encontraram seu ápice. O aparato jurídico, por sua vez, era ineficiente ao garantir a igualdade na aplicação das leis, em que prevalecia o poder econômico e a capacidade de influência política. Essa conjuntura desigual e opressora estimulava também a proliferação do bandoleirismo.

Para exercer a repressão e conservar a ordem social interna, justificando assim o mito da paz porfiriana, o governo utilizava o exército federal e a polícia rural para sufocar as rebeliões camponesas e atacar os bandos armados que se deslocavam principalmente no norte do país. Os *federales* e os *rurales* eram odiados por grande parte da população pobre do campo. Investidos da imunidade que lhes conferia a farda, agiam contra os camponeses com extrema violência e crueldade. Paradoxalmente, muitos dos soldados dessas instituições eram oriundos do mesmo meio social e nelas encontravam a possibilidade concreta de trabalho e de prestígio pessoal.

Na virada dos séculos XIX e XX, o governo autoritário de Díaz já mostrava sinais claros de desgaste. O centralismo e a corrupção eleitoral passaram a despertar a mobilização de parte da burguesia liberal empenhada em restabelecer os princípios democráticos do republicanismo e do federalismo. Os grandes proprietários do norte, neutralizados politicamente pela ação intervencionista do governo central, procuravam espaços onde pudessem ampliar sua influência nas esferas regional e nacional. A maturação da articulação desses setores deu origem, mais tarde, ao movimento anti-reeleição que se converteria no canal político-ideológico do início da revolução.

vinham o chefe dos vaqueiros e o responsável pela semeadura e colheita. Abaixo os vaqueiros comuns, os agregados (peones acasillados) e os peões temporários (jornaleros).

⁹³ COSIO VILLEGAS, *ibid.*, p.240. Faz referência às insurgências indígenas dos Yaquis, em Sonora; a guerra de castas em Yucatán; aos focos rebeldes na Serra de Álica e aos levantes dos Apaches na fronteira norte.

O porfiriato realizou em parte a obra da modernização econômica do México num momento histórico em que o capitalismo monopolista anexava a América latina na engrenagem do mercado mundial. Por meio da abertura do país ao capital externo houve um significativo desenvolvimento das forças produtivas e um considerável incremento da agricultura e da pecuária. O desenvolvimento do sistema de transportes e a expansão da rede telegráfica possibilitaram a integração completa do território. Mas o custo foi alto demais para as camadas pobres. O aprofundamento da desigualdade social e a política de concentração de terras exigiram uma solução futura para a questão agrária. Uma solução que, pouco tempo depois, mobilizou todos os setores da sociedade mexicana.

5.2. – A Revolução Mexicana

Somos elementos de um gran movimiento social que tiene que concluir por el engrandecimiento de nuestra pátria. Somos instrumentos del destino para la reivindicación de los sagrados derechos del pueblo. No peleamos para derrocar a un asesino miserable, sino contra la tiranía misma. Eso es lo que se llama luchar por principios, tener ideales. Por ellos luchan Villa, Natera, Carranza; por ellos estamos luchando nosotros⁹⁴.

Essas palavras, síntese da ideologia revolucionária de 1910, são de Luis Cervantes para Demetrio Macias, personagens do romance *Los de Abajo*. O ideal da construção de uma sociedade justa e de um México moderno, livre da tirania e da arbitrariedade, perpassou pela mente de todos os camponeses mexicanos que tomaram parte no movimento. O autor, Mariano Azuela⁹⁵, médico de formação, participou ativamente da Revolução e dessa experiência retirou os traços fundamentais para compor paisagens e personagens, intercalando fatos reais e ficção.

Primeiro grande movimento político e social de envergadura no ocidente, no século XX, a revolução mexicana foi amplamente estudada e o acervo de obras, imagens e documentos de época são abundantes. Nessa revolução encontram-se representados todos os seguimentos sociais do México que a ela atribuíram incrível multiplicidade de interesses. A burguesia liberal urbana, associada, por similitude de interesses, a uma classe proprietária de terras de um lado; e os camponeses empobrecidos e expropriados pela política porfirista no processo de modernização da economia, de modo geral, em todas as regiões do país de outro, configuram as duas vertentes mais significativas no desenrolar do processo revolucionário.

⁹⁴ Mariano AZUELA: *Los de Abajo y Mala Yerba*. Col. Conmemorativa 70 años, FCE, 2004, México.

O romance *Los de Abajo* constitui uma das principais referências sobre a Revolução Mexicana. Retrata a perspectiva dos acontecimentos a partir de um grupo de camponeses do estado de Zacatecas que ingressam na luta revolucionária. Escrita entre 1913 e 1915, a obra acompanhou temporalmente o auge e a decadência do villismo, desde a vitória na batalha de Zacatecas, a entrada de Villa e Zapata na capital até a derrota em Celaya.

⁹⁵ Carlos Alberto Sampaio BARBOSA: *A morte e a vida na revolução mexicana: Los de Abajo, de Mariano Azuela*.

O desgaste político e a arbitrariedade dos longos anos da permanência de Diaz no poder conduziram à mobilização de forças opositoristas organizadas em torno da derrubada do presidente. Na primeira década do século XX fortalecia-se o movimento anti-porfirista que tinha como bandeira a não reeleição do General Porfírio Diaz, então há trinta anos no poder e já octogenário. Em 1907, numa entrevista⁹⁶ concedida ao jornalista norte-americano James Creelman, Diaz havia garantido que não pretendia mais concorrer em eleições. No entanto, a oposição sabia que a garantia do presidente não era nada confiável e aprofundou o movimento anti-reelecionista.

Como esperado, Diaz anunciou mais tarde que disputaria outro pleito. No final de 1910, as eleições, fraudulentas como sempre haviam sido durante o porfiriato, deram a vitória a Diaz sobre seu principal oponente, Francisco Ignacio Madero, líder do Partido Anti-Reelecionista. O movimento anti-porfirista reagiu. Madero, um liberal do estado de Coahuila, cuja família era proprietária de muitas terras, foi preso na cidade de San Luis Potosi e, ainda no cárcere, em novembro, terminou de redigir o *Plan de San Luis Potosi*, projeto político que fundamentaria o novo governo revolucionário, marco simbólico do início da revolução. Madero fugiu dias depois, refugiando-se no Texas.

O *Plan de San Luis* foi o elemento aglutinador capaz de aproximar os interesses dos liberais às aspirações camponesas, ao menos nesse momento. A desconfiança dos camponeses acerca das reais intenções de Madero se justificava sob o argumento de tratar-se de um latifundiário, cuja família, poderosa e influente, contava com parentes na administração porfirista. Como liberal Madero era defensor da Constituição de 1857, cujas determinações, no tocante à questão agrária, estavam muito aquém do que pretendiam os camponeses.

⁹⁶ François-Xavier GUERRA: *México: del antiguo régimen a la revolución*. p. 375.

Contudo, o terceiro parágrafo do artigo terceiro do *Plan de San Luis*, que segundo Herzog, *é o mais importante e o que mais influenciou para que milhares de camponeses se somassem ao movimento revolucionário e para que ocorressem levantes armados em muitos lugares do país desde o dia 20 de novembro em diante*⁹⁷, determinava a devolução imediata aos camponeses de todas as terras espoliadas pelo governo. Evidentemente isso era algo que os pobres do campo há muito desejavam. No sul, em Morelos, o movimento camponês zapatista, um dos mais organizados do México nesse momento, alinhou-se a Madero.

Em Chihuahua, o Partido anti-reelecionista, sob o comando de Abraham Gonzáles, já estava bastante organizado em 1910 e era o principal foco da rebeldia oposicionista e os liberais contavam com grande adesão popular, pois o ódio acumulado por décadas de dominação oligárquica, sobretudo aquela exercida pelo clã Terrazas-Creel, mobilizava grande quantidade de camponeses e de indivíduos oriundos das camadas inferiores. O estado de Chihuahua, cuja configuração física montanhosa e a natureza inóspita conferiam larga vantagem aos insurgentes contra as tropas do exército federal, *foi o pivô da revolução, o foco de instabilidade capaz de revelar a debilidade do desgastado governo Díaz*⁹⁸.

Villa, que nessa época morava na cidade de Chihuahua e tinha estreitos laços com Gonzáles, colocou-se à disposição, pois viu que o momento era propício para dar sua contribuição a uma causa que julgava justa. Embora tendo vivido como foragido da lei por muitos anos, Villa nunca deixou de ser um camponês e, por isso, conhecia na pele o funcionamento do sistema de exploração imposto pelos latifundiários – ele mesmo vítima disso - e a condição de pobreza em que viviam milhares de mexicanos. Para ele, no despertar

⁹⁷ Jesus SILVA HERZOG: *Breve historia de la revolucion mexicana*. p.63.

⁹⁸ KATZ, *ibid.*, p.81.

de sua conscientização política, a causa dos males que se abatiam sobre o país encontrava-se na corrupta, arbitrária e injusta política porfirista.

González deu a Villa o comando de uma pequena tropa de rebeldes, no início de dezembro de 1910. Na hierarquia militar revolucionária, estava submetido às ordens de Domingos Pascual Orozco, líder político local e oriundo de uma família com algumas posses em Chihuahua. Além de Toríbio Ortega, outra liderança local, o estado de Chihuahua era fortemente influenciado pelo Partido Liberal Mexicano, dos irmãos Flores Magón, que não reconhecia Madero como líder revolucionário. Essa efervescência política assustava Madero, que via Chihuahua como um foco potencial de fragmentação ideológica.

Em fevereiro de 1911, Madero deixou o Texas, cruzou a fronteira e entrou no México para assumir o controle da revolução. Originalmente entraria por Coahuila, seu estado natal, pois tentava evitar a instabilidade de Chihuahua, mas as mobilizações das tropas de Orozco e Villa obrigaram Madero a entrar no país por Chihuahua. No mesmo mês, Villa depois algumas derrotas para os federais, tomou a cidade de Parral, uma das mais importantes do estado. No mês seguinte, em Bustillos, encontrou com Madero e colocou-se sob suas ordens.

O primeiro grande embate entre as tropas revolucionárias e o exército federal de Díaz ocorreu entre abril e maio de 1911, em Ciudad Juarez, na fronteira com o Texas. A intenção inicial de Madero era negociar um armistício com o general Navarro, comandante das tropas federais e representante de Díaz. A exigência dos revolucionários era a renúncia imediata do presidente. Nos dias subsequentes, o governo tentava ganhar tempo propondo novos acordos e a hesitação de Madero irritou profundamente Orozco e Villa, já posicionados cada qual com seus homens. Por outro lado o governo do presidente Taft, na outra margem do rio Grande,

em El Paso, não interferia diretamente, mas permitiu o posicionamento do exército federal na cidade. Impacientes, Orozco e Villa iniciaram o ataque sem a autorização de Madero. O cerco e a tomada de Ciudad Juarez terminaram em 10 de maio com a rendição de Navarro. Novos desentendimentos entre as lideranças – Madero não aprovava o fuzilamento do general Navarro e acusava Orozco e Villa de insubordinação – levaram Orozco a romper com o líder da revolução. Villa chegou mesmo a sacar sua arma, ameaçando matar Madero⁹⁹.

Pascual Orozco via Madero como um líder fraco e hesitante, propenso a fazer concessões ao governo, por isso retirou-se com seus soldados alegando ser um revolucionário legítimo. Contraditoriamente, aliou-se à oligarquia latifundiária de Chihuahua. Sem Orozco, Madero teve que se aproximar de Villa para consolidar o governo provisório revolucionário. A lealdade de Villa e sua capacidade de comando no campo de batalha, atestada em Ciudad Juarez, o propulsaram rapidamente na hierarquia. Em pouco tempo foi nomeado major, coronel e, por fim, general. Assim, *Villa aparecia entre os quatro grandes chefes militares do exército revolucionário junto a Orozco, Giuseppe Garibaldi e Lucio Blanco*¹⁰⁰.

A campanha vitoriosa de Ciudad Juarez precipitou a renúncia de Porfírio Diaz, que abandonou rapidamente o México para refugiar-se na Europa. Compôs-se um governo provisório, presidido por Francisco de la Barra, até a convocação de novas eleições. Em novembro de 1911, Madero foi eleito presidente constitucional.

⁹⁹ Enrique KRAUZE: *Francisco Villa – Entre el angel y el fierro*. p.18. Nessa obra o autor diz que entre 1901 e 1909 Villa cometeu, seguramente, quatro assassinatos. Contudo não há nenhuma referência sobre a fonte dessa informação. O livro sobre Villa é o número 4 de uma coleção que traz os grandes personagens da História do México. Assim como este, há uma significativa bibliografia que revela nitidamente a interpretação do ponto de vista da burguesia liberal. O sentido da obra é sutil e em certas passagens não deixa de denegrir a imagem de Villa ao mesmo tempo que enaltece a figura de Madero como o grande redentor do povo mexicano. Nessa direção está também a obra de Marte R Gómez, *Panvho Villa, un intento de semblanza*. Ambas tendem a evidenciar a personalidade extremante dualista, exacerbada e contraditória de Villa, caracterizada pelos binômios impulsividade/arrependimento e impetuosidade/compaixão.

¹⁰⁰ KATZ, Friedrich, p.127.

Convergência de interesses inconciliáveis, a presidência de Madero foi incapaz de trazer tranquilidade à sociedade mexicana, pois encontrou grande dificuldade para resolver os problemas mais urgentes, sobretudo a questão da terra. O presidente mostrava-se cada vez mais indeciso, sofrendo pressões de todos os lados. Se no norte os movimentos revolucionários arrefeciam, a mobilização camponesa do estado de Morelos continuou atuante. Os zapatistas se recusaram a depor suas armas e lançaram o *Plan de Ayala*, para os quais se tratava de algo que era *mucho más que un simple programa de acción y le dieran valor de Sagrada Escritura*¹⁰¹, no mesmo mês da eleição, em resposta aos claros indícios que Madero não cumpriria as determinações do *Plan de San Luis* sobre a questão agrária. Alguns artigos não deixam dúvidas sobre isso:

2º: Se desconoce como Jefe de la Revolución al Sr. Francisco I. Madero [...].

3º: [...] se reconocerá como Jefe de la Revolución al General Emiliano Zapata.

6º: [...] los terrenos, montes y aguas que hayan usurpado los hacendados, científicos o caciques [...] entrarán en posesión de esos bienes inmuebles desde luego, los pueblos que tengan sus títulos de propiedad, de las cuales han sido despojados por la mala fe de nuestros opresores [...].

7º: En virtud de que la inmensa mayoría de los pueblos y ciudadanos mexicanos no son mas dueños que del terreno que pisan, sufriendo los horrores de la miseria [...] se expropiarán sin previa indemnización [...] a fin de que los pueblos y ciudadanos de México obtengan ejidos, colonias, fundos legales para campos de sembradura [...].

8º: Los hacendados, científicos o caciques que se opongan al presente plan, se nacionalizarán sus bienes [...].¹⁰²

Rompido com os zapatistas, o governo de Madero passou a ser solapado pelos setores conservadores que não aceitavam a derrota eleitoral e, ao mesmo tempo, temiam as mobilizações das camadas pobres, especialmente dos camponeses. Em fevereiro de 1913, a Igreja, os grandes proprietários e o Exército Federal (Félix Díaz, um dos generais golpistas, era neto de Porfírio Díaz), reunidos em torno do General porfirista Victoriano Huerta e

¹⁰¹ John WOMACK JR: *Zapata y la Revolución Mexicana*. O livro, que traz o Plan de Ayala na íntegra, constitui um dos mais completos estudos sobre o movimento zapatista durante a revolução mexicana. O autor aponta que a essência do zapatismo estava em restituir a terra e os antigos valores aos camponeses expropriados pela modernização capitalista, ou seja, uma revolução de camponeses que rejeitavam a mudança e as transformações preconizadas pelo capitalismo.

¹⁰² *Ibid.*, p.395-96.

apoiados por diplomatas norte-americanos, empreenderam um golpe de Estado para derrubar Madero. A “decena trágica”, como ficaram conhecidos os dez dias de combate entre maderistas e golpistas, ocorridos nas ruas da capital em torno do Palácio Nacional, foi um dos episódios mais sangrentos da história da Cidade do México¹⁰³.

Derrotados, Madero e seu vice-presidente, José Maria Pino Suarez, foram presos e assassinados posteriormente por ordem de Huerta, que assumiu a presidência. O governo Huerta abriu outra fase revolucionária, proporcionando uma nova polarização de forças políticas. Os liberais o viam com muita desconfiança. Militar porfirista que havia aderido à Revolução - sem entusiasmo, entretanto - após a queda de Díaz. Considerado um usurpador por muitos autores liberais, foi descrito como um homem frio, ardiloso e sinistro, cujo passado porfirista despertava temores.

Após o golpe, dois estados do norte não se alinharam ao novo governo. Os governadores de Sonora, José Maria Maytorena e de Coahuila, Venustiano Carranza, se recusaram a reconhecer o poder de Huerta e foram destituídos dos cargos. Villa, em Chihuahua, pôs-se a serviço de Huerta - chegando mesmo a combater os orozquistas – mas após a morte de Madero, voltou-se contra ele.

Em março de 1913, Carranza, que havia sido senador durante o porfiriato e era um rico proprietário de terras, passou a organizar a resistência ao golpe lançando um plano político que evocava a Constituição liberal de 1857, tal qual havia feito Madero. Era o *Plan de Guadalupe*, que atribuía a Carranza o título de *Primer Jefe* da revolução. Seus seguidores

¹⁰³ Agustín CASASOLA: *Jefes, heroes y caudillos*. Trata-se de uma coletânea de fotos feitas pelo autor durante a revolução mexicana. Casasola foi jornalista e trabalhou em importantes jornais da capital – *El Tiempo* e *El Imparcial*. A partir de 1900 passou a dedicar-se exclusivamente à fotografia. As imagens sobre a “decena trágica” são especialmente marcantes e revelam a dimensão da violência nesse episódio.

eram então os “constitucionalistas”. Villa, que nesse período já havia adquirido a fama de invencível, à frente do seu poderoso exército de camponeses – A Divisão do Norte – que *en meses ha crecido de 8 hombres a nueve mil*¹⁰⁴, passou a seguir Carranza.

A atuação militar da Divisão do Norte foi crucial para os constitucionalistas. Entre 1913 e meados de 1914, os villistas, praticamente sozinhos, impuseram uma série de derrotas às tropas federais de Huerta. Utilizando habilmente a malha ferroviária do norte mexicano, Villa tomou importantes cidades como Torreón, coração do sistema ferroviário, numa ação emblemática; depois Ciudad Juarez, Tierra Blanca, Chihuahua e Ojinaga.

Desentendimentos entre Carranza e Villa já vinham ocorrendo há algum tempo. É muito provável que Carranza temia a insubordinação e o ímpeto de Villa, sobretudo porque este gozava de extrema popularidade e estava respaldado pelas inúmeras vitórias sobre os federais. Villa, por sua vez, entendia que Carranza não estava comprometido com os interesses das camadas pobres, uma vez que o *Plan de Guadalupe* era vago com relação à questão agrária. A ruptura definitiva ocorreu por ocasião da batalha de Zacatecas, em junho de 1914. Carranza havia ordenado a Villa que repassasse a ordem para o General Pánfilo Natera atacar imediatamente a cidade, esta se encontrava bem guarnecida pelos federais, pois era a última praça forte antes da capital. Villa, que estava a caminho de Zacatecas com seu exército, contrariou Carranza e telegrafou a Natera ordenando que esperasse sua chegada. A batalha foi decisiva e a vitória de Villa representou a derrocada dos conservadores. Huerta refugiou-se nos Estados Unidos em julho. No mês seguinte, as tropas do General Álvaro Obregón, militar sonorenses, comandante da Divisão Noroeste e braço direito de Carranza, entravam na capital.

¹⁰⁴ KRAUZE, *ibid.*, p.23.

Algumas convenções foram organizadas na tentativa de estabelecer um governo revolucionário. Em outubro, generais villistas e zapatistas, e representantes das camadas médias, reuniram-se na cidade de Aguascalientes para deliberarem sobre o destino da revolução. Carranza, que ocupava o Palácio Nacional, recusou-se a participar e sequer reconheceu como legítima a Convenção de Aguascalientes, pois sabia que esta seria controlada pela ala camponesa. Ficava evidente, nesse momento, a incongruência entre as aspirações camponesas (villistas e zapatistas) e os interesses da burguesia liberal e dos proprietários de terras (carranzistas).

A Convenção adotou o *Plan de Ayala* para a problemática da terra, não mais reconhecia Carranza como o *Primer Jefe* e exigia sua renúncia. Este soube reconhecer a força dos convencionalistas (os constitucionalistas encontravam-se em minoria) e condicionou sua saída à composição de um governo que pudesse representar todos os setores sociais. O General Eulálio Gutierrez foi então nomeado presidente provisório. Carranza retirou-se para o estado de Vera Cruz.

No final de novembro, o exército villista, vindo do norte, e as tropas de Zapata, vindas do sul, marcharam em direção à capital. No início de dezembro, Villa e Zapata se encontraram em Xochimilco, arredores da Cidade do México. No dia 6 de dezembro de 1914, pela manhã, soldados camponeses entravam triunfalmente na cidade. Berta Ulloa, citada por Krauze, assim descreve a cena:

La ciudad se engalanó jubilosa [...]. Algo más que 50 mil hombres de las tres armas se concentraron en Chapultepec, y las once de la mañana empezaron a avanzar por el Paseo de la Reforma. A la vanguardia iba un pelotón de caballería compuesto por fuerzas de la División del Norte y del Ejército Libertador del Sur, en seguida venían a caballo Villa y Zapata, el primero con flamante uniforme azul oscuro y gorra bordada y el segundo de charro.¹⁰⁵

¹⁰⁵ *Ibid.*, p.75.

Os meses que se seguiram, até maio de 1915, correspondem ao período em que a vertente camponesa e as aspirações das classes populares pareciam ter finalmente atingido seu lugar histórico. Entretanto, não tardou para que o governo de EulálioGutierrez encontrasse sérias dificuldades na organização do Estado. Villa e Zapata se retiraram cada qual para seu estado. As divergências ideológicas se aprofundaram até a Convenção fragmentar-se em várias correntes opostas e independentes. Ao projeto camponês de villistas e zapatistas, se opunham os convencionalistas da burguesia liberal ligados a Gutierrez. A estes se opunha o movimento operário encabeçado pela *Casa del Obrero Mundial* (C.O.M.).

Carranza, que articulava em Vera Cruz seu retorno à capital, foi politicamente hábil para se aproveitar dessas indefinições e fortalecer novamente os constitucionalistas. Com auxílio de Obregón, cooptou a C.O.M., conseguiu apoio de importantes setores das camadas médias urbanas, além dos grandes proprietários rurais que já o apoiava antes e era visto com simpatia pelo governo dos Estados Unidos. Paralelamente iniciaram-se campanhas militares entre convencionalistas e constitucionalistas. Essa ampliação do arco de apoios políticos, fundamental para o retorno de Carranza e sua posterior vitória, revelava a impossibilidade de uma aliança entre camponeses e operários.

Enquanto Zapata mantinha-se isolado em Morelos, os principais combates ocorriam no centro-norte do país, região conhecida como *Bajío* e que envolve os estados de Querétaro, Agusalientes, Guanajuato e Michoacán e também nas vastas extensões do norte e noroeste. Menos coesa que nos anos anteriores, a Divisão do Norte suportava sozinha todo o peso das batalhas, dando sinais de esgotamento. Villa era obrigado a abrir várias frentes de combate, mesmo com a reprovação de Felipe Ángeles - um dos mais brilhantes generais villistas - que aprofundavam a fragmentação e precipitavam as primeiras derrotas. Entre abril e maio de

1915, na região de Celaya, estado de Querétaro, o exército de Villa sofreu significativas derrotas impostas pelas tropas constitucionalistas de Obregón.

Simultaneamente, nas áreas urbanas ocupadas pelos constitucionalistas e sob inspiração de Obregón, formavam-se grupos de operários armados hostis à tradição porfirista e ao mesmo tempo contrários a uma suposta tirania camponesa. Eram os chamados “batallones rojos”.

No mesmo ano, em outubro, o governo norte-americano de Woodrow Wilson reconhecia a legitimidade do governo de Carranza. A Divisão do Norte sofreu novas perdas em Sonora e Chihuahua e muitos dos amigos e aliados de Villa o abandonaram. A ascensão de Carranza representava assim a consolidação das vertentes burguesa e proprietária em detrimento do projeto camponês. De 1916 até 1920, resistências camponesas mantiveram-se ainda ativas, realizando ações pontuais com os exércitos de Zapata e Villa em completa desarticulação, portanto já incapazes de comprometerem a estabilidade política dos constitucionalistas.

Em 1916, Carranza *já era vencedor de fato e sua vitória se identificava com a vitória da revolução*¹⁰⁶. No final desse ano Obregón encabeçou a Convenção de Querétaro, cujo propósito seria a elaboração de uma nova Constituição. Relutante, Carranza defendia apenas algumas reformas na Constituição de 1857, mas *la mayoría de los delegados de la convención percibieron la profundidad de los resentimientos agrarios que havian alimentado los años de violencia y que les havian ayudado a llegar al poder*¹⁰⁷. Em 1917, era promulgada a nova Constituição, cujo artigo 27 garantia o direito a posse das terras indispensáveis para a

¹⁰⁶ DONGHI, *ibid.*, p.229.

¹⁰⁷ TUTINO, *ibid.*, p.288.

sobrevivência das comunidades camponesas. Isso permitiu a Carranza, por outro lado, empreender a restituição das terras expropriadas pelos convencionalistas aos seus antigos proprietários, latifundiários em sua grande parte.

Entretanto, grande parte dessas terras eram exatamente as mesmas protegidas pelo artigo 27. Os camponeses de Morelos se levantaram em armas novamente e *para Carranza, Zapata se había convertido en un riesgo enorme*¹⁰⁸. Em abril de 1919, Zapata era assassinado numa emboscada, mas seus ideais de justiça social e reforma agrária continuaram vivos em seus seguidores. Outras mobilizações agraristas precipitaram a queda de Carranza em 1920. Poucos meses depois Carranza foi assassinado. De 1920 até 1936¹⁰⁹ a vida política mexicana ficou nas mãos de Obregón e Plutarco Elias Calles, el *Jefe Maximo*.

5.3. – *Francisco ‘Pancho’ Villa*

Aqui esta Francisco Villa
Con sus jefes y oficiales
Es él que viene a ensillar
A las mulas federales
.....
Ya llegó su amansador
Pancho Villa es guerrillero
Pá sacarlos de Torreón
Y quitarles hasta el cuero.¹¹⁰

Existem centenas de corridos, trovas e xácaras que fazem referência aos feitos de Pancho Villa após o início da Revolução Mexicana de 1910. Cada estrofe, entoada por um soldado diferente, era sempre acompanhada pelo som do violão. Não raro, evidentemente, as

¹⁰⁸ WOMACK JR, *ibid.*, p.316.

¹⁰⁹ Para aprofundamento ver: John W. F. DULLES: *Ayer en México: una crónica de la revolución 1919-1936*.

¹¹⁰ John REED: *Mexico rebelde*. Testemunha ocular da participação das tropas villistas na Revolução, o autor foi muito próximo do próprio Villa. Jornalista norte-americano, sempre teve bom trânsito entre os soldados revolucionários e registrou inúmeras baladas e histórias populares que compõem a lenda épica de Villa. A primeira parte do livro relata sua experiência entre os soldados villistas em Durango. A segunda parte é dedicada a Francisco Villa.

histórias sobre os feitos de Villa são dotadas de certo enaltecimento exagerado. Nada mais razoável, uma vez que cumpriam duas funções paralelas: ridicularizar os inimigos - no caso as tropas federais; e alimentar constantemente o imaginário popular que possuía forte ligação e identificação com a figura de Villa.

Há muito poucos registros sobre a vida de Villa antes de sua entrada na Revolução, junto ao movimento maderista, e isso torna árdua a tarefa de tentar traçar-lhe uma biografia completa. Segundo Katz, existem três versões sobre as primeiras décadas de sua vida¹¹¹.

Não obstante, é impossível adotarmos como certa apenas uma dessas versões. Seria reduzir demasiadamente as possibilidades de análise e impedir a construção de uma visão ampliada sobre Villa. É possível que, ao longo de sua trajetória, elementos dessas três versões estejam presentes, em maior ou menor intensidade, ora conjugados ora separados, pois é inegável que todos reunidos dimensionam a totalidade de sua personalidade. De acordo com o nosso entendimento, entretanto, consideramos muito pouco provável a legitimidade da lenda negra. O contexto social, econômico e político do México, nesse período, sobretudo no que concerne às condições de vida das populações camponesas, nos leva a entender a lenda branca e a lenda épica como sendo mais coerentes e, por isso, perfeitamente aceitáveis.

Por mais díspares que possam aparentar, essas três versões são apreendidas a partir de um ponto comum, pois elas não se baseiam em documentos sólidos, mas sim em memórias,

¹¹¹ KATZ: *Pancho Villa*. Um dos principais historiadores do villismo, essa obra é uma das mais importantes biografias de Villa. Katz aponta para três vertentes diferentes acerca dos acontecimentos relacionados à vida de Villa até 1910. A lenda branca, composta por relatos e memórias do próprio Villa, deixa claro que como tantos outros pobres, ele foi vítima da injustiça do sistema social e econômico do porfiriato. A lenda negra, baseada em apontamentos de seus opositores, revela um homem cruel, um bandido mau-caráter, sanguinário e assassino. E a lenda épica, composta pelo conjunto das tradições populares, trovas e corridos que mostram Villa como um homem de muita coragem, honradez e ousadia, portador de extrema lealdade de grande importância em Chihuahua.

cancioneiros populares, testemunhos e rumores. Contudo revelam informações convergentes acerca do nascimento, do núcleo familiar e do contexto social ao qual estavam submetidos.

Villa nasceu em 1878, no rancho de *La Coyotada*, na localidade de San Juan del Rio, estado de Durango. Seu nome verdadeiro era Doroteo Arango. Filho mais velho de Agustín Arango e Micaela Arámbula, tinha outros dois irmãos e mais duas irmãs. Poucos anos depois, a família se estabeleceu, sob o sistema de parceria, na fazenda *Gogojito*, uma das propriedades dos López Negrete. Com a morte prematura do pai, Doroteo, aos 16 anos, assumiu a responsabilidade da casa enquanto a mãe cuidava dos irmãos.

A família Negrete era parte da elite proprietária de Durango e mantinha sob seu controle um grande número de trabalhadores submetidos aos tradicionais sistemas de exploração da mão de obra. Tanto os parceiros quanto os jornaleiros (peões), contraíam dívidas crescentes junto à tenda da fazenda (tiendas de raya) e por meio delas criavam um vínculo eterno de dependência. A perversidade do sistema acirrava os antagonismos e contribuía para alimentar um clima de constante tensão. Segundo Tutino, *na economia comercial de rápido crescimento do norte do México, as famílias sujeitas à subordinação nas fazendas padeciam de uma grande insegurança geradora de ressentimentos e onde mais isso se tornou agudo foi na região laguneira de Coahuila e Durango*¹¹².

Em setembro de 1894, voltando do trabalho para casa, Villa presenciou o dono da fazenda, Agustín López Negrete, humilhando sua mãe e ordenando a um capataz para levar uma de suas irmãs com o propósito de estuprá-la. Furioso, tomou um rifle de seu primo e atirou contra Negrete.

¹¹² TUTINO, *ibid.*, p.256.

Não há dúvidas que esta passagem constitui o motivo central que precipitou Villa para o mundo do banditismo e ela aparece, em seus contornos gerais, em todas as biografias. Há, contudo, uma série de divergências secundárias. Não teria sido Agustín e sim seu filho ou mesmo um capataz (mayordomo) o alvo de Villa. A agressão contra sua irmã já havia sido consumada. Villa teria ferido de morte sua vítima. Havia sido um tiro no pé, portanto um ferimento sem grandes consequências para Negrete.

Não é nosso propósito entrar no mérito desses detalhes. Contudo, consideramos aqui que realmente Villa atentou contra um dos Negrete e o fez por intermédio de uma motivação moral considerada justa dentro dos padrões de conduta das sociedades camponesas – a defesa da honra familiar. Baseamos nossa afirmação em dois aspectos: a fuga imediata diante da possibilidade real de uma retaliação instantânea e a própria configuração social calcada na exploração do amo sobre seus agregados, pois era algo muito freqüente os patrões exigirem o direito de posse integral sobre os camponeses. De fato é que, após o ocorrido, Villa deu-se conta que seria morto ali mesmo. Fugiu então para a Serra de *la Silla*.

Parece-nos muito aceitável entender que a reação violenta de Villa está inserida nos limites que estabelecem e regulam o código de honra das sociedades tipicamente rurais. Marco Antonio Villa, citando Octávio Ianni, afirma que *sob a aparência de uma aceitação passiva à exploração dos camponeses pelos grandes proprietários, encontra-se latente antagonismo, reprimida agressividade, pois a linguagem da violência é a forma de falar dos explorados, é o único meio eficaz que encontram para serem ouvidos pelos de cima*¹¹³.

¹¹³ Marco Antônio VILLA: *Francisco Pancho Villa*, p. 20-21.

Portanto, se há uma espécie de aceitação passiva por parte dos camponeses explorados, uma aceitação que se define dentro daquilo que pode ser tolerado, a violência irrompe quando o limite do tolerável é ultrapassado. Nesse sentido, o ultraje da honra é algo insuportável, sobretudo quando se trata da honra familiar. Parece ser exatamente isso que o próprio Villa citou em suas Memórias quando afirmou que:

Minha consciência me dizia que eu havia feito o certo. O amo, com cinco homens armados, com todo seu poderio, havia tentado impor em minha casa uma contribuição forçada à honra. Não lhe bastava o suor de seus servos, nossa incessante fadiga para enriquecer o dono das terras que por nossos esforços eram produtivas; queria também nossas fêmeas, nossas mulheres, levando à profanação do nosso lar por meio de seu despotismo.¹¹⁴

Essa justificativa permite-nos compreender que a reação de Villa expressa não apenas a agressividade reprimida decorrente da absoluta condição de exploração e da injusta configuração social, que outorgava aos proprietários de terras o direito de dispor de seus agregados como lhe conviesse. Revela também a descrença dos camponeses na eficácia do aparato jurídico oficial e a certeza da impunidade. É evidente que Villa tinha consciência que nada aconteceria ao agressor de sua irmã.

A fuga e o desaparecimento nas montanhas de Durango delimitam o início do período mais obscuro da vida de Villa, no que se refere à existência de documentos escritos. De 1894 a 1910, Villa efetivamente alternou a vida de bandoleiro com o exercício de atividades distintas ligadas à pecuária e à mineração, até estabelecer-se com relativa tranquilidade no estado vizinho de Chihuahua, como modesto comerciante. Agora convertido em foragido da lei, constantemente perseguido pelos federais e pelos *rurales* e diante do perigo eminente, abandonou seu nome de batismo para adotar Francisco Villa¹¹⁵.

¹¹⁴ KATZ, *ibid.*, p.17.

¹¹⁵ Para Katz, a adoção do nome consistia em estabelecer um vínculo de parentesco com Jesús Villa, modesto proprietário de terras de quem seu pai, Agustín Arango, era filho ilegítimo. Enrique Krauze aponta que Francisco Villa havia sido um conhecido bandido da região de La Laguna, assassinado pelos federais alguns anos antes.

O banditismo estava longe de ser um fenômeno ignorado pelas autoridades e a região norte do México, sobretudo na área de *La Laguna*, estava infestada de grupos armados de bandoleiros, ladrões e assassinos. Villa ingressou no bando comandado por Ignacio Parra e Refúgio Alvarado, conhecidos bandidos da região, alegando ter sido mais uma vítima da arbitrariedade da lei e das injustiças que se abatiam sobre os pobres do campo.

Parece mesmo que essa consciência social e a exacerbação do senso de justiça, típicas de quem efetivamente padeceu das arbitrariedades do sistema e presenciou por inúmeras vezes a exploração dos “de cima”, jamais deixaram de marcar as ações de Villa. Embora não tenha sido uma liderança camponesa nos moldes tradicionais, como Zapata, essa característica de Villa reforça a vertente épica de sua vida na configuração da imagem do ladrão justo e do homem generoso, pois embora a vida de bandido tenha lhe rendido relativa tranquilidade financeira com os botins das ações, afirma Katz que *mesmo com muito dinheiro, Villa dividia com a família, com os parentes e com os mais pobres, pouco guardando para si*¹¹⁶. Reed confirma essa tendência quando relata que Villa distribuiu farto botim aos pobres depois de assaltar a fazenda Los Álamos.

Embora lhe trouxesse algum dinheiro e relativa liberdade, pois devia manter-se em constante deslocamento, a vida de bandoleiro era incerta e muito cansativa. Por volta de 1900, juntamente com seu amigo Luís Orozco, Villa partiu de Durango com intuito abandonar a vida nômade para se fixar em Chihuahua. Foi vaqueiro e negociador de gado, trabalhou em algumas olarias e foi mineiro. Roubava gado para vender a carne nos mercados dos povoados. Quando reconhecido pelas autoridades era obrigado a fugir. Apesar de tudo, conseguiu comprar uma casa em Chihuahua onde abriu um pequeno açougue.

¹¹⁶ *Ibid.*, p.18

Katz¹¹⁷ aponta certos relatos que correspondem à lenda negra. Um agente dos EUA, John Biddle, recolheu documentos em Chihuahua, em 1914, afirmando que *Villa matou o namorado da irmã e foi preso em seguida acusado de roubar gado*. Carlos Husk, médico de uma mineradora norte-americana diz que *a fama de Villa é tal que não há crime algum no norte do país que não seja atribuído a ele*. Célia Herrera, membro de uma família rival, afirma que *Villa sempre foi um assassino cruel e frio, cometendo atrocidades desde os 14 anos e que nunca quis tomar parte na revolução*.

De fato a parcialidade e inconsistência desses relatos e a carência de documentos oficiais impedem a elaboração de um quadro preciso. Não há dúvidas que Villa tenha cometido assassinatos durante sua carreira de bandido, contudo torna-se muito difícil tentarmos quantificá-los, mesmo que forma grosseira. Um desses episódios, envolvendo Claro Reza, parece ser o mais significativo no que diz respeito à frieza de Villa nesses momentos. Consta em várias obras sobre Villa e esteve sempre muito vivo na memória popular. Por isso não é de estranhar que haja ao menos três versões diferentes. De acordo com Krauze:

Em julho de 1910, um de seus compadres, Claro Reza, o delata às autoridades. Ao saber disso, segundo Reed, Villa o esfaqueia no coração. Versões distintas situam a cena em frente à cantina “Las quinze letras” onde, sem desmontar de seu cavalo, saca a pistola, baleia Claro e sai tranquilamente da cidade. Outros recordam que o crime ocorreu no “Paseo Bolívar” quando Reza vem caminhando ao lado de sua noiva e Villa o espera encostado em um pilar, tomando um sorvete. Villa o encara e o baleia, saindo do local a pé, sem que ninguém se atreva a segui-lo.¹¹⁸

Não obstante a essas versões, o fato revela que a traição, a delação eram atitudes inaceitáveis para Villa, cuja reprimenda só poderia ser efetivada com a morte. Essa postura Villa manteve durante todo o período revolucionário, quando esteve à testa da Divisão do Norte.

¹¹⁷ *Ibid.*, p.33-34.

¹¹⁸ *Ibid.*, p.12.

Villa jamais se considerou um assassino. Entendia-se como vítima do sistema contra o qual se rebelou e, quando matou, agiu forçado pelas circunstâncias de sua própria sobrevivência. Parece ser esse um argumento aceitável. As acusações sobre roubo de gado, por exemplo, não despertavam tanta preocupação por parte das autoridades e muito menos diante da população mais pobre, pois se tratava de um delito comum em todo norte do México. Já os depoimentos e relatos que ajudaram a construir a lenda negra acerca de um Villa cruel, frio e assassino devem ser encarados com boa dose de reserva. O contato de Villa com Abraham Gonzáles, em meados de 1910, constitui um importante fato para desabonar essa versão. De acordo com Katz, *Abraham Gonzáles não teria recrutado Villa posteriormente para comandar vinte homens se este fosse realmente um assassino*¹¹⁹.

González era o líder do partido anti-reelecionista de Chihuahua e em 1910 iniciou uma prolífera aproximação com Villa. No decorrer de muitos encontros o discurso de Gonzáles parece ter despertado a consciência política de Villa para a compreensão dos inúmeros problemas que assolavam o povo pobre do México.

É bem provável que Villa, nesse momento, tenha se dado conta que estava diante de uma possibilidade singular e passou a ver na revolução a oportunidade de combater as iniquidades, as injustiças e a opressão identificadas ao governo porfirista e que tanto faziam sofrer as camadas de baixo, das quais ele próprio era oriundo.

Parece que o despertar de sua conscientização conduziu Villa ao exercício de uma crescente sagacidade política e social o diálogo que travou com Gonzáles acerca do Plan de

¹¹⁹ KATZ, *ibid.*, p.97.

San Luis Potosi, no final de 1910, e que serviu como forte argumento para Villa decidir colocar-se a serviço da revolução, revela isso:

- Não irá enganar-nos Madero? Ele que é latifundiário que tem parentes políticos servidores de Díaz?
- Madero não é como os outros fazendeiros, é amigo do povo, dizia Gonzáles. Ele precisa de homens comprometidos e sensíveis como você. O mais importante agora é derrotar Díaz.¹²⁰

Um pequeno grupo de aproximadamente vinte homens ficou sob o comando de Villa, na cidade de Chihuahua. Quando Madero entrou no país, iniciando a revolução, Villa colocou seus poucos bens à disposição da causa. Seu ímpeto para o combate, a disciplina militar e a capacidade de liderança ficaram evidentes desde o início. Em pouco tempo, de novembro de 1910 até março de 1911, Villa ascendeu na hierarquia tornando-se general e passou a comandar um contingente militar que só perdia em número para as tropas de Pascual Orozco.

O exército villista era heterogêneo até certo ponto, predominavam sem dúvida elementos dos estratos rurais do norte mexicano, uma grande massa de *aldeanos que habian perdido tierra y acceso al agua ante las haciendas algodonerias de La Laguna y rancheros chihuahuenses despojados*¹²¹, vítimas da nefasta política agrária que vicejou durante a ditadura porfirista. A “divisão do Norte” representava, na esfera militar, os anseios de mudança e a esperança de um país mais justo, como queriam as camadas desfavorecidas. Ela transformou-se numa reprodução da nova sociedade desejada pelos camponeses nortistas e, para Villa, nada havia de mais importante que seus soldados. Contudo, não era somente isso que alimentava a motivação dos soldados. A figura de Villa era o agente aglutinador desses anseios, pois os camponeses e os pobres do campo estabeleciam uma identificação imediata com seu general em função de sua origem humilde e dos valores que mantinha e praticava como a honra e a fidelidade aos aliados. Essas características são prontamente reconhecidas e

¹²⁰ LAVRETSKI y GILLY: *Pancho Villa, dos ensayos*, p.23.

¹²¹ TUTINO, *ibid.*, p.259.

valorizadas pela população mais pobre. Aos antigos amigos Villa destinou o comando de tropas e batalhões, sendo incorporados como generais revolucionários. Tomás Urbina e Toríbio Ortega, por exemplo, eram companheiros de Villa desde a época em que vagavam como bandoleiros.

A divisão do Norte teve participação fundamental na tomada de Ciudad Juarez, primeira grande vitória dos maderistas, juntamente com as tropas de Orozco. Quando este rompeu com Madero, Villa manteve-se fiel ao líder da revolução, que o colocou sob as ordens do general Huerta. Villa e sua divisão do Norte lutaram na linha de frente contra os orozquistas, derrotando-os finalmente em Parral. Huerta, antigo militar porfirista, não aceitava a idéia de um exército camponês eficiente. Tentou então suprimir a figura de Villa acusando-o de insubordinação. Villa foi enviado à Corte Marcial e condenado ao fuzilamento. Salvo poucas horas antes da execução da sentença graças à interferência de Alfonso Madero, membro do Estado-Maior de Huerta. Para não se indispor com Huerta, Francisco Madero comutou a pena mandando-o para a prisão. Em junho de 1912, Villa ingressava na prisão de Santiago de Tlatelolco, na capital, onde *conoce a Gildardo Magaña, el joven zapatista que le enseña a leer y escribir y lo pone al tanto del Plan de Ayala. [...] el general Bernardo Reyes le da rudimentos de instrucción cívica y historia patria.*¹²²

Parece elementar que os meses passados no cárcere foram muito importantes para o crescimento pessoal de Villa e para a ampliação de seu horizonte de conhecimentos que havia sido iniciado com Gonzáles. Mais relevante, entretanto, foi a descoberta do Plan de Ayala. Pela primeira vez, Villa tomava contato com reivindicações de camponeses sistematizadas em um projeto político claro. Possivelmente o plano zapatista, mais que despertar em Villa sua

¹²² KRAUZE, *ibid.*, p.20.

atenção para as questões relativas à problemática da terra, revelava que necessidade premente da reforma agrária deveria converter-se na principal bandeira revolucionária para os camponeses.

Em dezembro de 1912, Villa conseguiu fugir da prisão. Ao receber a notícia da morte de Madero, viajou para Tucson, no Arizona, onde se encontrou com os sonorenses Maytorena e Adolfo de la Huerta, que o ajudaram a voltar ao México. Dois meses depois, Villa regressava para tomar novamente o comando de seu exército agora com o propósito de derrubar Huerta.

Seus generais e soldados o esperavam. Villa encontrava-se, outra vez, à frente da divisão do Norte. A partir de abril de 1913, travaram-se combates sangrentos contra o exército huertista, os federais, também reconhecidos como colorados. Nesse período Villa imprimiu uma série de derrotas aos huertistas, ocupando várias cidades do norte.

A tomada de Torreón foi uma das manobras mais espetaculares da revolução. Torreón, situada no estado de Durango, era uma cidade estratégica. Para ela convergia boa parte das linhas férreas vindas do sul e da capital. Partindo dela se espalhavam importantes ramais que percorriam todo o norte, até a fronteira com os Estados Unidos. Dispondo de poucas armas, Villa então *fez-se passar por um coronel federal e telegrafou ao general Castro dizendo que estava em dificuldades:*

- Locomotiva desarranjada em Montezuma. Envie outra e mais cinco vagões.
- Linhas cortadas entre Chihuahua e este lugar. Rebeldes se aproximam pelo sul. Que devo fazer?
- Volte imediatamente, respondeu Castro.¹²³

¹²³ REED, *ibid.*, p.157.

Quando chegou à estação com um trem carregado de soldados, Villa tomou a cidade praticamente sem disparar um tiro. Na manhã seguinte, ordenou que todos os federais capturados fossem passados pelas armas.

Durante pouco mais de um ano, a atuação da divisão do Norte foi marcada por vitórias constantes que desmoralizavam o exército federal. Nesse ínterim ocorreu a queda de Huerta e a ascensão dos constitucionalistas, liderados por Carranza. Villa alinhou-se a ele. No entanto, por divergências ideológicas os desentendimentos entre ambos se acirravam, culminando no rompimento por ocasião da batalha de Zacatecas.

Não há dúvidas que os êxitos villistas alimentavam cada vez mais as expectativas das camadas pobres do campo e um grande número de camponeses procuravam ingressar voluntariamente nas fileiras da divisão do Norte. A confiança e a auto-estima das tropas, decorrentes das vitórias sequenciais no campo de batalha, era fruto de inovações táticas. Reed afirma que:

Villa é o maior chefe militar da revolução e um gênio da estratégia. Seu método é muito similar ao de Napoleão: sigilo, rapidez, ataques noturnos, marchas relâmpago, adaptação ao terreno, estreitamento de relações com seus homens e crença mítica na invencibilidade.¹²⁴

De fato, a desburocratização da divisão do Norte era algo muito diferente dos padrões militares vigentes no México até então. Seu exército era o único que contava com hospitais móveis de campanha. Eram vagões esmaltados com equipamentos cirúrgicos manipulados por dezenas de médicos e enfermeiras. Villa tinha também um trem de provisões onde transportava farinha, café, milho e açúcar para alimentar as populações famintas do campo. Um dos elementos mais importantes para garantir a coesão interna das tropas era a forma direta e leal como Villa se relacionava com seus soldados. Katz fornece um exemplo

¹²⁴ *Ibid.*, p.155.

significativo, a partir do depoimento de Desidério Carrasco, soldado que se uniu a Villa em 1913:

Personalmente saludó a todos de mano, uno a uno, y nos preguntava: que tal muchacho? Como te llamas? De donde eres? Tienes familia? Luego mandó que nos repartissen la comida, ropa, armas y municiones. Cada semana el general Villa nos pagava 15 pesos em monedas de oro. Yo mismo no conocia las oncitas de oro.¹²⁵

Não obstante, esse estreitamento dos vínculos nas relações era algo maior que simplesmente uma tática para conservar a coesão da tropa. Villa era um camponês e, como tal, tinha naturalmente o hábito da proximidade com os seus. Era comum tratar a todos que se lembrasse pelo nome, aproximava-se dos cozinheiros e dos cantadores e, nas fogueiras onde comiam seus soldados, pedia permissão para comer com eles. Contudo, cobrava estrita disciplina e respeito à hierarquia e não hesitava em executar qualquer soldado que descumprisse as ordens.

Nesse mesmo período, Villa proclamou-se governador militar do estado de Chihuahua e, embora não contasse formalmente com um plano de ação política, como o Plan de Ayala dos zapatistas, empreendeu uma série de transformações econômicas e sociais com a finalidade premente de melhorar as condições de vida das camadas desfavorecidas. Na esfera econômica, mandou emitir papel-moeda próprio - lastreado por fundos provenientes dos confiscos de terras¹²⁶ - para reativar o pequeno comércio e permitir que a população pobre pudesse comprar alimentos e tabelou os preços da carne, do leite e do pão.

No plano social, o governo villista permitiu o acesso à terra dos camponeses despojados, pôs seus soldados para trabalhar na garantia do fornecimento dos serviços básicos

¹²⁵ KATZ, *ibid.*, p.124.

¹²⁶ REED, *ibid.*, p.138-40. Villa ordenou o confisco de grandes extensões de terras das empresas pertencentes à família Creel-Terrazas. No início do livro, o autor descreve uma dessas propriedades confiscadas pelos constitucionistas, no norte de Durango, que estava sob a administração direta do general villista Tomás Urbina.

de eletricidade, comunicações e água e iniciou a implantação de um sistema de instrução pública. Dedicava atenção especial às crianças. Reed diz que *a grande paixão de Villa são as escolas, pois acreditava que a terra para o povo e as escolas resolveriam todos os problemas e com frequência ouvia-lhe dizer: - quando passei esta manhã por tal ou tal rua vi um grupo de crianças brincando. Fundemos ali uma escola!*¹²⁷

Sua obstinação pela educação explica-se a partir da rudeza da própria vida que levou. Villa ressentia-se verdadeiramente em nunca ter frequentado a escola, pois era algo que estava muito distante de sua realidade. Por isso nutria grande admiração por pessoas como Abraham González e Madero, que eram instruídos e aptos para exercerem a atividade política. Em dezembro de 1914, quando villistas e zapatistas haviam entrado triunfalmente na capital, Reed, por inúmeras vezes, o questionou sobre a presidência do México. Villa respondeu: - *sou um guerreiro, não um homem de Estado. Não sou bastante educado para ser presidente. Seria uma desgraça para o México que um homem inculto fosse seu presidente*¹²⁸. Portanto, Villa tinha clareza absoluta que não estava minimamente capacitado para ser presidente.

Apesar disso, Villa mostrou-se um governante cuja conduta estava inteiramente de acordo com sua visão política, vinculada aos interesses dos excluídos. Durante todo o tempo que governou o estado, Villa contou com a assessoria direta do jornalista Silvestre Terrazas, dono do jornal *El Correo de Chihuahua* e um dos maiores opositores da oligarquia Terrazas-Creel.

Do ponto de vista da política externa, Villa adotou uma espécie de nacionalismo passando a perseguir aqueles que acreditava serem inimigos do México. Primeiro, reagiu de

¹²⁷ *Ibid.*, p.136.

¹²⁸ *Ibid.*, p.151.

forma irônica, quando a Conferência de Haia estabeleceu as “regras da guerra”, questionando se havia algum mexicano nessa conferência representando os constitucionalistas. Depois, expulsou de Chihuahua diplomatas espanhóis e, quando o cônsul estadunidense, indignado, repudiou sua atitude, respondeu prontamente:

- Señor Letchen, nós mexicanos temos 300 anos de experiência com espanhóis [...]. Destruíram o império indígena e escravizaram o povo [...] usaram seus privilégios para roubar-nos a terra [...] apoiaram Porfírio Díaz e celebraram o assassinato de Madero.¹²⁹

A ingerência de Villa em Chihuahua foi efêmera, no entanto não podemos deixar de notar que seus esforços políticos estavam direcionados para a edificação de uma realidade capaz de proporcionar o bem comum aos cidadãos, sobretudo os camponeses. Não há dúvida que a utopia pessoal de Villa constituía algo que guardava alguma semelhança com o ideal socialista. Sonhava em estabelecer colônias militares por todo o país e, para os cidadãos que haviam lutado pela liberdade:

El Estado les dará tierras cultivables...trabajarán tres días a la semana [...]. Los tres días restantes recibirán instrucción militar que luego impartirán a todo el pueblo para enseñarlo a pelear. Así, si la patria es invadida, todo el pueblo de México se levantaría para defender sus hijos. Todos deberán tener un pedazo de tierra suya. Deben desaparecer para siempre las grandes haciendas[...]. Para mí mismo, mi única ambición es retirarme para una de las colonias militares y ahí cultivar maíz y criar ganado hasta que me muera entre mis compañeros que han sufrido tanto conmigo.¹³⁰

Parece mesmo que Villa jamais se distanciou dos interesses e do ideal de vida dos mais pobres. O que ele desejava para o país e para a sociedade que aí vivia era o que qualquer cidadão comum, sem maiores ambições políticas e materiais, também desejaria. Uma pequena propriedade garantida pelo Estado, algum meio de subsistência digno e a defesa intransigente dessas conquistas.

O governo de Villa desmoronou simultaneamente às primeiras derrotas militares que a divisão do Norte conheceu contra as tropas constitucionalistas de Carranza, em 1915. O

¹²⁹ *Ibid.*, p.141.

¹³⁰ *Ibid.*, p.163.

triunfo de Carranza e Obregón em Celaya representava um duro golpe nas aspirações das vertentes camponesas. Villa retomou as ações militares que haviam caracterizado seu exército em 1913, mas agora encontrava dificuldades. Suas tropas, definitivamente enfraquecidas e dispersas, não logravam fazer frente aos carranzistas que se encontravam agora em um momento político e militar favorável.

Perseguidos pelo exército de Obregón, Villa e a divisão do Norte continuaram combatendo no norte do país. Quando o governo dos Estados Unidos reconheceu a autoridade de Carranza, Villa enfureceu-se, declarando a traição e o oportunismo do presidente Wilson. Villa entendia que a postura do governo Wilson preparava o terreno para fazer do México um protetorado dos Estados Unidos, com a anuência de Carranza. Em represália, Villa invadiu o território norte-americano, em março de 1916, e atacou a cidade de Columbus.

Esse episódio desencadeou a imediata indisposição dos dois governos – e parece ter sido mesmo este o objetivo de Villa. Os Estados Unidos exigiram de Carranza o compromisso de capturar Pancho Villa, que passava à categoria de terrorista com a cabeça a prêmio, mediante a participação de um contingente militar próprio. Assim, em poucos dias, tropas norte-americanas comandadas pelo general John Pershing entravam no México. A Expedição Punitiva Pershing e os soldados de Carranza empreenderam inúmeras tentativas, todas infrutíferas.

Mesmo ferido em um dos combates, foi impossível prendê-lo. Possuía um vasto conhecimento geográfico da região, adquirido ainda nos tempos de bandoleirismo, deslocava-se com rapidez e escondia-se em locais absolutamente ignorados por seus perseguidores. As mensagens telegráficas quase diárias atestavam *el honor de informar a usted que Francisco*

*Villa se encuentra en todas partes y en ninguna*¹³¹. As informações desconexas e confusas sobre seu paradeiro revelam que, evidentemente, Villa contava com o apoio e o acobertamento de grande parte das populações pobres da região.

Frustrados, os militares da Expedição Punitiva regressaram aos Estados Unidos, mas a pressão do vizinho do norte continuou sobre Carranza. Enquanto o governo mexicano capturava e executava soldados villistas por todas as partes, Villa continuou suas atividades ocupando algumas cidades até 1920. Depois da morte de Carranza, nesse mesmo ano, o controle da revolução ficou nas mãos dos sonorenses. Adolfo de la Huerta, presidente provisório e antigo aliado de Villa, o convence a cessar suas atividades. Finalmente *el 28 de julio de 1920 los últimos 759 villistas deponen las armas*¹³². Nesse acordo, os villistas foram anistiados e Pancho Villa recebeu a pequena *Hacienda de Canutillo* como indenização, nas proximidades da cidade de Parral.

Villa não se afastou por completo da revolução. Poderia ter realizado seu desejo de viver tranquilamente com a família nas suas terras, plantando milho e criando gado. Contudo, declarou apoiar o projeto político de de la Huerta, que possuía orientações consistentes sobre a questão agrária. Poucos meses antes, de la Huerta havia rompido com Obregón e Calles. O primeiro assumira o controle da revolução.

O temor de ser alvo de atentados tornou-se uma realidade, principalmente após a morte de Zapata. Não há dúvidas que Villa ainda exercia forte influência política e tinha extrema popularidade. Era bastante razoável que Obregón e Calles o entendessem como um futuro adversário de peso. Além disso, é natural pensarmos que deveria ter feito outros tantos

¹³¹ KRAUZE, *ibid.*, p.97.

¹³² *Ibid.*, p.102.

inimigos pessoais durante sua vida atribulada de revolucionário. Passou a andar com uma pequena escolta, sempre acompanhado de Miguel Trillo, seu secretário particular.

Logo depois de participar de uma cerimônia de batismo, em Rio Florido (havia sido o padrinho), Villa retornou à Parral para, no dia seguinte, tomar o rumo de sua fazenda. Na manhã do dia vinte de julho de 1923, ao volante do Dodge que levava parte de sua comitiva, Villa foi surpreendido por um grupo que saiu atirando do interior de uma casa, quando o automóvel fazia a curva na esquina da rua Gabino Barreda com a avenida Juárez, no centro de Parral. Após bater em uma árvore, houve nova descarga de balas que liquidou imediatamente a todos os ocupantes.

As condições da morte de Villa estão envoltas ainda em muitas dúvidas, pois nunca se chegou a algum mandante de fato. Contudo, elas permitem supor que o atentado havia sido planejado com antecedência, pois os executores tinham escolhido o lugar com precisão. De acordo com Krauze, *alredor de tres meses dura la estancia de los interesados, en esperar el momento propicio para sorprender la victima*¹³³.

Qualquer pessoa que pensasse em liquidar Villa deveria saber que se tratava um homem precavido e pouco vulnerável. O cuidado na preparação do atentado, a escolha da casa no local estratégico, o tempo gasto na espera da oportunidade certa e a eliminação de todo o grupo dentro do veículo, são indícios razoáveis para acreditarmos que sua execução dificilmente partiu da motivação pessoal de algum desafeto. Ela revela as características típicas de um crime político.

¹³³ *Ibid.*, p.110.

Francisco Villa, que em dezenas de abordagens historiográficas foi descrito como um bandido louco, um sanguinário bêbado e traiçoeiro, era abstinente e não fumava. Nas horas de lazer dedicava-se ao carteador e às festas populares, onde exibia sua destreza como exímio dançarino. Foi sepultado no dia seguinte, na mesma cidade, sob comoção popular. Em muitos lugares do norte do México a população pobre chorou sua morte, pois em Villa reconheciam a si próprios.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

À vista dos fatos expostos nos capítulos anteriores nos permite ensaiar uma análise comparativa entre as realidades do processo histórico no Brasil e no México da segunda metade do século XIX. Tomaremos aqui a referência proposta por Marc Bloch a respeito do método comparativo com o devido cuidado em nos debruçarmos sobre as diferenças encontradas nesse processo. Acreditamos que a análise comparativa ocupada somente em ressaltar as semelhanças do desenvolvimento histórico das sociedades tende a esvaziar o trabalho, pouco acrescentando ao esforço despendido na análise das fontes e referências. Não queremos com isso afirmar que as ignoraremos. Contudo, nosso intento em caracterizar as especificidades de cada sociedade – e trata-se aqui de sociedades sincrônicas - determinadas pela combinação entre conjuntura latino-americana e realidade local de cada processo histórico particular, nos conduz a pensar que a análise das diferenças será capaz de produzir algum resultado mais original.

No sertão nordestino e no norte do México, as sociedades rurais se encontravam submetidas a um ambiente geográfico muito semelhante, marcado pela acentuada aridez do clima que limitava o desenvolvimento agrícola. De fato nessas regiões, durante o período colonial, não se desenvolveu a monocultura de exportação e a grande extensão de áreas livres permitiu a ocupação territorial baseada na expansão da pecuária e da atividade extrativa mineral, no caso mexicano. Como áreas distantes e isoladas dos centros urbanos, essas regiões se desenvolveram à margem das questões cruciais que interessavam às metrópoles européias, constituindo assim uma estrutura econômica periférica dentro do sistema. O isolamento econômico, a negligência dos governos metropolitanos em conectar efetivamente essas áreas

ao centro do sistema e a configuração física inóspita e pouco atrativa, converteram esses confins em espaços propícios para o florescimento do banditismo.

Uma profunda transformação na economia mundial resulta da revolução industrial, ocorrida primeiramente na Inglaterra, e a necessidade por novos mercados por onde pudessem circular livremente suas manufaturas debilitava seriamente o exclusivismo comercial ibérico sobre suas colônias. A eclosão dos movimentos emancipacionistas na América latina, conseqüência da crise do sistema colonial e dessa nova ordem econômica, representada pelo liberalismo, conduziu à independência mais ou menos simultânea na quase totalidade do continente. Se a independência representou uma frustração, sob a perspectiva econômica e social, politicamente ela deixava claro a ruptura com a velha ordem.

No Brasil, as medidas mais significativas para o enfraquecimento dos laços com a metrópole portuguesa foram tomadas pelo próprio príncipe-regente, a partir de 1808, depois da abertura dos portos e da quebra do monopólio. Até o momento da independência, em 1822, o processo foi todo conduzido pela elite política portuguesa e as mobilizações populares e liberais foram silenciadas. A opção pela manutenção do regime monárquico garantia a estabilidade da transição nas mãos da oligarquia local e a continuidade do sistema escravista revelava a inexistência de qualquer transformação social significativa. A afirmação do novo regime se dá sob o signo da preservação da unidade territorial e de um forte autoritarismo do imperador. Mesmo a eclosão das revoltas regenciais, após a abdicação, no contexto do avanço liberal, é incapaz de promover a desarticulação do regime e a instabilidade é em parte atenuada pela coroação precoce de Pedro II.

No México, é a participação popular de camponeses e indígenas que, em 1810, por detrás da liderança dos curas Hidalgo e Morelos, se levantam contra o domínio espanhol. A repressão brutal empreendida pela Espanha e a conivência da elite política mexicana deixam claro que às camadas populares seria vedada qualquer tentativa de participação na construção das novas nações. O processo de rompimento terminaria com a instauração de uma monarquia que não duraria mais que dois anos. Após o fuzilamento de Iturbide, os republicanos assumiam o controle do país.

Conservadores e liberais vão polarizar a vida política nos dois países durante o período de afirmação da independência. No Brasil, as tímidas diferenças ideológicas entre os dois grupos são ofuscadas pelo temor da sublevação das massas e pela negação da participação política das camadas de baixo. A manutenção dos interesses das classes proprietárias e a continuidade da escravidão demonstram que entre ambos havia mais semelhanças que divergências.

A realidade mexicana desse período é oposta. Embora haja predomínio conservador, a ação dos liberais desencadeia uma disputa encarniçada entre os dois grupos que confere uma incrível instabilidade política ao país. Conservadores centralistas defendendo a manutenção dos antigos privilégios e apoiados pela Igreja Católica alternam-se aos liberais federalistas numa sucessão interminável de guerras civis, acordos e juntas de governo. Entre 1824 e 1855, não menos que trinta e sete presidentes assumem o cargo. O quadro caótico paralisa quase que integralmente a economia. A derrota na guerra contra os Estados Unidos, em 1848, mutila o território e o México perde metade de sua superfície.

Somente depois de 1850, condições favoráveis para a estabilização política e a possibilidade de alavancar o desenvolvimento econômico parecem surgir no horizonte. Não obstante, os apontamentos de Monteiro sobre as rebeliões populares no Nordeste brasileiro, o segundo reinado caracteriza-se por um período de paz interna que possibilita a inserção do país na economia mundial. O único conflito de maiores proporções ocorre no plano externo contra o Paraguai. Paralelamente, as reformas sociais que vêm no bojo das aspirações políticas liberais, associadas ao movimento abolicionista, são efetivadas pelos ministérios conservadores num mecanismo paradoxal que assegura a continuidade do regime, mas corrói irreversivelmente suas bases. A economia cafeeira se consolida no Sudeste e o Nordeste açucareiro entra num longo período de declínio.

No México, a vitória dos liberais em 1854 parece trazer definitivamente a estabilidade com a lei de desamortização dos bens eclesiásticos e comunais e a aprovação da Constituição de 1857 que ratifica o federalismo. Contudo, a reação dos conservadores vai à Europa buscar um monarca que pudesse restaurar seus interesses e o país mergulha novamente na crise política com a resistência dos liberais liderados por Juárez. Entre 1867 e 1876, os governos de Juárez e Lerdo consolidam a vitória dos liberais e ensaiam a modernização do país. Uma nova guerra civil sacode o México quando o governo tenta reduzir a autonomia dos políticos locais e o presidente Lerdo proclama sua intenção de se reeleger. O general liberal Porfírio Díaz assume o poder com o propósito definitivo de pacificar o país para implementar as transformações necessárias.

No Brasil, o processo de modernização que se ajusta às necessidades econômicas impostas pelo mercado mundial se realiza por meio do império. Os imigrantes europeus que entram pelo Sudeste rumo às lavouras de café respondem à crescente escassez da mão de obra

africana, debilitada a partir de 1850. A política de terras baseada na distribuição de pequenos lotes para estimular a imigração fracassa, sobretudo no Nordeste e as populações camponesas vêm expandir o latifúndio sobre suas propriedades. Diante da resistência dos latifundiários o governo central é incapaz de agir e depois da indisposição com o exército e com a Igreja o império deixa ruir seus pilares. A lei Áurea e as tentativas reformistas do gabinete Ouro Preto precipitam a queda do regime monárquico. A República que o sucede institui o federalismo, conferindo um poder ainda maior às elites proprietárias locais e aprofunda a política econômica de produção e exportação do café. Do ponto de vista social o governo republicano é ainda mais conservador que o anterior e poucas mudanças se verificam. A questão fundiária permanecia intocada. Quando os sertanejos pobres de Canudos de levantaram contra a miséria, o governo tomou a afronta como pessoal e aniquilou os insurgentes.

Com Díaz o México é definitivamente incorporado ao capitalismo monopolista. O governo centralizado é fortemente autoritário, onde grassa a política da modernização pelo controle da ordem interna. A estabilidade do regime e a violenta repressão sobre as camadas pobres atraem os capitais ingleses e norte-americanos. Inversões estrangeiras se multiplicam e dominam os setores agrícolas do centro-sul, as minas e a pecuária do norte do país. Uma espetacular expansão do transporte ferroviário integra as áreas mais distantes e inóspitas. A política agrária despoja os camponeses e, principalmente nas regiões norte e noroeste, os deslindamentos e a espoliação das terras comunais e dos pequenos proprietários promovem a explosão dos latifúndios. Sob a perspectiva social, a situação das classes desfavorecidas não sofre alterações significativas e, em certo grau, se acirram as desigualdades e as tensões promovidas pela necessidade de uma nova realidade econômica.

De fato, na segunda metade do século XIX, principalmente depois dos anos setenta, se estabelece no Brasil e no México uma política clara de assalto às terras camponesas que tem no Estado seu maior patrocinador. A concentração de terras sob controle de uma poderosa oligarquia é consequência da tentativa redentora dos liberais em estabelecer um sistema de pequenas propriedades rurais, capaz de dinamizar os mercados internos. Contudo, os resultados se revelaram opostos, diante da capacidade de resistência das classes proprietárias e perversos para os camponeses e indígenas.

Enquanto no Brasil a questão agrária é ignorada pela elite republicana, no México a política de terras de Díaz e o centralismo autoritário de seu governo vão produzir um resultado muito distinto. Liberais agraristas e proprietários do norte se mobilizam contra a perenidade do regime e exigem a saída do ditador. Em Morelos, o movimento camponês já sinalizava, anos antes, contra as transformações decorrentes da modernização burguesa da terra. Madero, representante da elite proprietária articula um movimento contra a reeleição de Díaz e busca bases de apoio em setores distintos da sociedade. Relutante com relação à reforma agrária é convencido a incluir em suas propostas algumas reivindicações que o aproximam das vertentes camponesas. A caída de Díaz e a revolução mexicana abrem uma etapa inteiramente inédita na vida política do país. A revolução é marcada pela disputa entre os diversos setores sociais, mas a cisão mais evidente se revela na profunda divergência entre as aspirações camponesas e o projeto da burguesia urbana em conjunto com os grandes proprietários rurais.

A espoliação das terras camponesas em função da expansão do latifúndio é acompanhada de um mecanismo profundamente letal para as camadas inferiores das sociedades rurais. Quando inserida na dinâmica do mercado mundial a economia desses

países passa a exigir novas demandas de produção e de relações de trabalho que são sistematicamente rejeitadas. Elas representam uma ameaça real aos valores tradicionais que encontram suas origens nos antepassados, em função da relação sagrada que existe entre o camponês e a terra. De outro lado, a concentração fundiária recalca os vínculos de dominação e exploração dos patrões sobre seus dependentes, sejam peões temporários ou agregados. A situação de submissão proporcionada pela servidão por dívidas, por exemplo, produz um sentimento natural de rebeldia que guarda um limite de tolerância. Esses fatores configuram as tensões latentes que perpassam as relações dos de baixo com seus dominadores e que estão presentes o tempo todo, camufladas sob uma espécie de passividade conformista. Quando um ou mais desses componentes ultrapassam a marca do razoável e se tornam insuportáveis, explode a violência camponesa.

É por este viés que se pode compreender porque os bandidos sociais comumente contam com a aprovação e a cumplicidade das camadas pobres. Eles se convertem em proscritos através da irrupção desse sentimento de rebeldia que se manifesta na esfera individual. A defesa da honra constitui um dos mais importantes elementos dentro do código de conduta e ética das sociedades camponesas, e quando um agente interno ou externo atenta contra a honra, a vingança é tida como certa.

Antonio Silvino no nordeste do Brasil e Pancho Villa no norte do México foram bandidos cujas formas de atuação guardam profundas semelhanças com o padrão de comportamento estabelecido por Hobsbawm. Ambos ingressaram nessa condição por meio da necessidade crucial em defender a honra da família depois de uma afronta, que sabiam, jamais seria reparada pelo aparato jurídico oficial, portanto tiveram a mesma motivação moral. Nos dois casos, a omissão teria sido uma opção moralmente inaceitável no nível da consciência

individual. Como vítimas de uma injustiça tiveram que repará-la de acordo com os preceitos das sociedades em que viviam e, por isso, nunca se consideraram bandidos. Daí decorre o desejo natural de regressar à vida comum para terminar seus dias como pacatos criadores de gado numa pequena propriedade.

Os levantes camponeses e o banditismo demonstram de fato a existência de uma rebeldia potencial que permeia o substrato da sociedade de forma surda e pulsante. Quando irrompe a violência, as reivindicações se encerram no próprio movimento. Por isso não podemos afirmar, em princípio, que essas manifestações são portadoras de uma conscientização política clara e sistemática e formal. Dentro de uma concepção marxista, os movimentos camponeses configuram, no máximo, manifestações rebeldes, mas não revolucionárias.

No Brasil, o banditismo social concentrou-se no sertão nordestino e os bandos de cangaceiros proliferaram exponencialmente depois de 1870. Silvino representou o primeiro proscrito que adquiriu notoriedade dentro de uma vasta área das caatingas. Seus feitos e sua audácia desafiaram constantemente e por muitos anos as autoridades. A formação de forças-tarefa de vários estados para tentar sua captura e os cuidados e precauções adotados na escolta até Recife comprovam a preocupação que ele despertava. Contudo, o fato de distribuir dinheiro e alimentos entre pessoas pobres, sabotar a expansão das linhas telegráficas, assaltar os trens da Great Western para cobrar pedágio e ter se proclamado o governador do sertão, não faz de Silvino um revolucionário. Suas ações como proscrito justificavam a sobrevivência particular, e os vínculos que mantinham o sentimento de grupo eram tênues. Embora tenha dito que a paz no sertão seria alcançada quando o governo oferecesse justiça para os habitantes, não há indícios relevantes em sua atuação que sejam capazes de revelar uma

perspectiva de transformação política e social para a sociedade em que viveu. Depois de capturado e condenado, as façanhas de Silvino ficaram no imaginário popular dos sertanejos, habitantes das mesmas cercanias que ele freqüentava.

O bandoleirismo também atingiu níveis elevados no norte do México depois de 1877, quando a política agrária do porfiriato despojou milhares de camponeses. Ao contrário de seu contemporâneo brasileiro, Pancho Villa foi um bandido pouco conhecido em Durango e Chihuahua. As inúmeras fugas que empreendeu depois de capturado revelam que não causava tantos incômodos às autoridades. De fato, Villa alternou a vida de proscrito com momentos de cidadão comum, deslocando-se quando pressentia que a presença de soldados ou *rurales* poderia lhe render transtornos.

A transcendência de Villa está justamente na revolução mexicana. Enquanto camponês e proscrito é inegável que trazia consigo os valores de solidariedade e reciprocidade típicos dessa sociedade. No entanto, a conjuntura histórica ofereceu-lhe uma possibilidade que ele entendeu como missão. Ao ver na revolução o momento único dentro do qual poderia lutar para, de alguma forma, atenuar o sofrimento dos camponeses pobres, ele canalizou sua potencialidade de rebeldia para o interior de um movimento de envergadura nacional. Villa não só manteve aceso o ideal camponês como aderiu ao Plan de Ayala na convenção, entendendo que a reforma agrária e o acesso à terra para o povo era uma condição indispensável da revolução. A experiência da vertente camponesa na revolução mexicana, representada por Villa e Zapata, faz frente ao marxismo dogmático e evolucionista que coloca a teoria sobre objeto para atestar de antemão a incapacidade revolucionária da classe camponesa. Os camponeses mexicanos tinham um programa político formalmente sistematizado, com reivindicações claras acerca do que pretendiam para o país, e realizaram

mobilizações militares de relevante envergadura mostrando elevada capacidade de organização. O governo de Villa, em Chihuahua – insistentemente menosprezado pela interpretação historiográfica liberal - promoveu em pouco tempo uma série de transformações políticas e sociais cujas bases residiam na expropriação dos latifúndios e na restituição da terra aos despossuídos. As vertentes camponesas do sul e do norte, alçadas no início da revolução por intermédio de Madero, romperam com os setores anti-agraristas e conduziram seu próprio destino no processo. Quando ocuparam a capital, entre 1914 e 1915, adotaram uma atitude purista em relação ao poder e se recusaram a formalizar sua vitória no campo político. A impossibilidade de ampliar o arco de alianças com o movimento operário da C.O.M.e o distanciamento progressivo entre villistas e zapatistas esvaziaram a força dos camponeses. Em pouco tempo a habilidade política dos setores liberais sob Carranza frustraram as aspirações de reforma agrária.

VII – REFERÊNCIAS

Fontes históricas:

Relatórios:

Arquivo Público do Estado de São Paulo: *Relatórios da Assembléia Provincial de Pernambuco, 1864-1879.*

Idem. *Relatórios da Assembléia Provincial da Parahyba do Norte, 1876-1888.*

Idem. *Falla de abertura da 2ª sessão da Assembléia Provincial do Rio Grande do Norte, 1876-1884.*

Jornais:

Arquivo Público do Estado de São Paulo. *A República*, set. e out. de 1873.

Idem. *O Estado de São Paulo*, 02 a 20 de dez. de 1914.

Livros:

AGUILAR, J. A. y ROJAS, R (coord.): *El republicanismo en Hispanoamérica*. Fondo de Cultura Económica, México, s.d.

ANDRADE, Manoel Correia de: *A terra e o homem do Nordeste*. 7ª ed. São Paulo, Cortez, 1963.

AZUELA, Mariano: *Los de abajo y Mala yerba*. Fondo de Cultura Económica, 2004. Col. Conmemorativa 70 años.

BARBOSA, Carlos A. S. *A morte e a vida na revolução mexicana: Los de Abajo, de Mariano Azuela*. PUC, São Paulo, 1996. Dissertação de mestrado.

BARROSO, Gustavo: *Heroes e Bandidos*. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1917.

BATALLA, Angel Bassols: *Formación de regiones económicas*. UNAM, México, 1992.

_____: *Geografía económica de México*. 5ª ed. Editorial Trillas, México, 1984.

_____: *Geografía socioeconómica de México, aspectos físicos y económicos por regiones*. Editorial Trillas, México, 2004.

- BLOCH, Marc: *Mélanges historiques*. Sevpen, Paris, 1963.
- CARVALHO, José Murilo de: *A construção da ordem, a elite política imperial; Teatro das sombras, a política imperial*. UFRJ e Relume-Dumara, Rio de Janeiro, 1996.
- CASASOLA, Agustín: *Jefes, heroes y caudillos*. Fondo de Cultura Económica, México, 1996
- CHANDLER, Billy Jaynes: *Lampião, o rei dos cangaceiros*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.
- CHONCHOL, Jacques: *Sistemas agrários en América Latina – de la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. Fondo de Cultura Económica, México, 1994.
- COSIO VILLEGAS, Daniel: *Historia Moderna de México: El porfiriato – vida económica*. Editorial Hermes, México, 1965. Tomo II.
- _____: *Historia Moderna de México: El porfiriato – vida social*. Editorial Hermes, México, 1957. Tomo II.
- CUNHA, Euclides da: *Os sertões*. Record, Rio de Janeiro, 2006.
- DONGHI, Túlio Halperin: *História da América latina*. Paz e Terra, São Paulo, 2005.
- DULLES, John W. Foster: *Ayer en México: una crónica de la revolución 1919-1936*. Fondo de Cultura Económica, México, 1994.
- EISENBERG, Peter L: *Modernização sem mudança*. Paz e Terra, UNICAMP. Rio de Janeiro e Campinas, 1977.
- FACÓ, Rui: *Cangaceiros e fanáticos*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1983.
- FERNANDES, Florestan: *Capitalismo dependente e as classes sociais na América latina*. Zahar, Rio de Janeiro, 1981.
- FERNANDES, Raul: *Antônio Silvino no RN*. Clima, Natal, 1990.
- FURTADO, Celso: *A economia latino-americana*. Cia. Editora nacional, São Paulo, 1978.
- GUERRA, François-Xavier: *México: del antiguo régimen a la revolución*. 2ª ed. Fondo de Cultura Económica, México, 1991. Tomo I.

HOBSBAWM, Eric J: *Bandidos*. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1976.

_____: *Rebeldes Primitivos*. Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

KATZ, Friedrich: *La servidumbre agrária en México en la época porfiriana*. Era, México, 1991.

_____: *Pancho Villa*. Era, México, 1999. Tomo I.

KRAUZE, Enrique: *Biografía del poder, Francisco Villa*. Fondo de Cultura Económica, México, 1987.

LAVRETSKY, I. y GILLY, A: *Pancho Villa, dos ensayos*. Macehual, México, 1978.

MACHADO, Christina Matta: *As táticas de guerra dos cangaceiros*. Laemmert, Rio de Janeiro, 1969.

MONTEIRO, Hamilton de Matos: *Crise agrária e luta de classes*. Horizonte, Brasília, 1980.

PINTO, Luís Aguiar da Costa: *Lutas de famílias no Brasil*. Editora Nacional, São Paulo, 1980

POLANYI, Karl: *A grande transformação, as origens da nossa época*. Elsevier, Rio de Janeiro, 2000.

PRADO, Maria Ligia: *A formação das nações latino-americanas*. Atual, São Paulo, 1994.
Col. Discutindo a História.

PRADO JÚNIOR, Caio: *Formação do Brasil contemporâneo*. Brasiliense, São Paulo, 1999.

_____: *História econômica do Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1971.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de: *Os cangaceiros*. Duas cidades, São Paulo, 1977.

REED, John: *México rebelde*. Zumbi, São Paulo, 1959.

RIBEIRO, Darcy: *O povo brasileiro*. Companhia das Letras, São Paulo, 1998.

SIERRA, Justo: *Evolución política del pueblo mexicano*. 2ª ed. Biblioteca Ayacucho, Madrid, 1985.

SILVA HERZOG, Jesús: *Breve história de la revolución mexicana*. Fondo de Cultura Económica, México, 1986. Vol.1.

_____: *El agrarismo mexicano y la reforma agrária*. Fondo de Cultura Económica, México, 1959.

TÁVORA, Franklin: *O cabeleira*. Ática, São Paulo, s.d.

TUTINO, John: *De la insurrección a la revolución en México*. Ediciones Era, México, 1990.

VANDERWOOD, Paul: *Los rurales mexicanos*. Fondo de Cultura Económica, México, 1982.

VILLA, Marco Antônio: *Canudos, o povo da terra*. Ática, São Paulo, 1995.

_____: *Francisco “Pancho” Villa, uma liderança da vertente camponesa na Revolução Mexicana*. Ícone, São Paulo, 1992.

WOMACK JR, John: *Zapata y la revolución mexicana*. Siglo Veintiuno, México, 1979.

ZAVALA, Silvio: *Apuntes de historia nacional 1808-1974*. Fondo de Cultura Económica, México, 1990.

ZEA, Leopoldo: *El positivismo en México: nacimiento, apogeo y decadencia*. Fondo de Cultura Económica, México, 1988.